

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

LETÍCIA SUEMI KOYAMA

**AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO NO
LESTE EUROPEU NO PÓS GUERRA FRIA**

BAURU
2017

LETÍCIA SUEMI KOYAMA

**AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO NO
LESTE EUROPEU NO PÓS GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof.^a M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU
2017

Koyama, Leticia Suemi

K886c

As consequências da globalização no Leste Europeu no pós Guerra Fria / Leticia Suemi Koyama. -- 2017.

129f. : il.

Orientadora: Prof.^a M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru – SP.

1. Guerra Fria. 2. Globalização. 3. Leste Europeu. 4. União Europeia. 5. Comunismo. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por me dar saúde durante todos esses anos. Aos meus pais, por sempre me apoiarem, à minha mãe, pela paciência durante os momentos de estresse e por sempre me incentivar a continuar e ao meu pai, pois sem ele não teria sido capaz de realizar mais essa conquista, e também realizar um sonho que eu sempre tive, de realizar um intercâmbio. Gostaria de agradecer também ao corpo docente da Universidade do Sagrado Coração, e principalmente a professora Roberta Cava e a coordenadora Beatriz Sabia, por todos esses anos de aprendizado e incentivo, vocês são uma grande fonte de inspiração.

Quero oferecer meus agradecimentos também ao Departamento de Relações Internacionais, e em especial a Bruna Pulino por ter me auxiliado durante todo o processo do meu intercâmbio e também pelo estágio realizado no departamento. Também sobre o intercâmbio, gostaria de agradecer aos amigos que fizeram parte da minha experiência e estiveram comigo durante esse ano tão importante: Cintia, Livia, Jessyca, Kristina, Hugo, Sabela, Lucía, entre muitos outros.

Gostaria de agradecer também a minha companhia da carona de todos os dias e amiga Mariane. Por fim gostaria de agradecer aos meus colegas de curso, que passaram os últimos quatro anos comigo todos os dias, sem vocês não teria sido tão especial. Agradecimentos especiais à Ramila, Geandrini, Luiz Bosco, Karime e Igor por terem compartilhado de tantos momentos comigo, espero levar nossa amizade adiante.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo apresentar primeiramente os conceitos de globalização, elencar e explicar suas consequências nos dias atuais, dissertar sobre as diferenças entre sua teoria e a realidade. Em seguida debater sobre o contexto histórico da região do Leste Europeu durante o período da Guerra Fria, explicar seus movimentos nacionalistas durante a guerra e analisar se existe uma identidade cultural na região. Por fim, é analisado o panorama atual, da região e do mundo, com destaque para os problemas da sociedade contemporânea e os resultados das últimas eleições na região; também se discute se ainda há um comunismo presente na região; é discursado a respeito do alargamento das relações internacionais da região, das suas relações com organizações internacionais e também com a União Europeia; e também a respeito das possibilidades para o futuro da região. Foi realizado a partir da modalidade exploratória, teórica e bibliográfica para obtenção de informações a respeito do tema.

Palavras-chave: Guerra Fria. Globalização. Leste Europeu. União Europeia. Comunismo.

ABSTRACT

The present work aims to present firstly the concepts of globalism, list and explain its consequences on current days and lecture about the differences between its theory and the reality. Afterwards it aims to discuss about the historical context of Eastern Europe during the period of Cold War, explain the nationalist movements during this period and analyze if there's a cultural identity in the region. At last, the current region and world landscape is analyzed, highlighting the contemporary society issues and the results of the past elections; is also discussed if the communism persist in the region nowadays; the work presents a discussion about the expansion of the foreign relations in the region, about the region's relations with international organizations and with European Union; and about the future possibilities for Eastern Europe. The present study used of exploratory, bibliographic and theoretical methods to get information.

Keywords: Cold War. Globalism. Eastern Europe. European Union. Communism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cenário europeu da Guerra Fria (1986)	37
Figura 2 – Alemanha ocupada em 1945	38
Figura 3 – Instituições democráticas na Eslováquia.....	74
Figura 4 – Instituições democráticas na Polônia	75
Figura 5 – Instituições democráticas na Hungria.....	77
Figura 6 – Taxa de crescimento do PIB (2008-2016).....	78
Figura 7 – Taxa de crescimento do PIB per capita (2008-2016)	79
Figura 8 – Balança comercial (2012-2016)	80
Figura 9 – Taxa de desemprego (2012-2016).....	81
Figura 10 – Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (2012-2016)	82
Figura 11 – Países membros da União Europeia em 2017	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Primeiras eleições na República Tcheca.....	86
Tabela 2 – Primeiras eleições na Hungria.....	88
Tabela 3 – Primeiras eleições na Polônia	90
Tabela 4 – Primeiras eleições na Eslováquia.....	92
Tabela 5 – Transformação organizacional dos partidos comunistas.....	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO	10
2.1	ASPECTOS GERAIS DA GLOBALIZAÇÃO E SUAS TEORIAS	10
2.2	CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO: RISCOS E IMPACTOS.....	20
2.3	DIVERGÊNCIAS ENTRE TEORIA E PRÁTICA	26
3	O LESTE EUROPEU DURANTE A GUERRA FRIA	32
3.1	PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	32
3.2	MOVIMENTOS NACIONALISTAS	44
3.3	EXISTE UMA IDENTIDADE CULTURAL NA REGIÃO?	57
4	TRANSIÇÃO OU MODERNIZAÇÃO	67
4.1	PANORAMA ATUAL	67
4.2	AINDA PERDURA O COMUNISMO?.....	84
4.3	ALARGAMENTO DAS RELAÇÕES	94
4.4	UNIÃO EUROPEIA E LESTE EUROPEU: ATÉ ONDE CHEGAMOS?	101
4.5	PERSPECTIVAS PARA O LESTE EUROPEU	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A Guerra Fria foi um importante evento para os estudos das Relações Internacionais e para o desenvolvimento da sociedade contemporânea. A bipolaridade do mundo (socialismo da URSS x capitalismo dos EUA) se planteou durante boa parte do século XX e é claro que um conflito de tamanha grandeza, mesmo que não se tenha projetado fisicamente uma guerra, o combate entre as ideologias opostas e a corrida armamentista que passou na época foram suficientes para deixar uma grande marca no cenário internacional.

Como era de se esperar, o fim da Guerra Fria trouxe inúmeras consequências para ambos os lados conflitados, mas especialmente os países que estavam sob o domínio da influência socialista da URSS sofreram mais drasticamente com a mudança repentina de ideologia. Os países então comunistas tiveram que se adaptar ao mundo capitalista e correr atrás do seu desenvolvimento econômico e tecnológico interno, além de ter que lidar com as diferenças culturais que as opostas ideologias pregavam.

O estudo da Guerra Fria assim como as suas consequências para o cenário internacional contemporâneo é relevante para as relações internacionais pois descreve basicamente a política ideológica do mundo atual, que passou de ter sua influência reprimida em apenas dois pólos para ser multipolar, com vários países que exercem influência de forma regional e assim portanto sujeitando alguns países às potências da sua proximidade geográfica.

Como fator consequente do capitalismo, a globalização, que pode ser compreendida como um processo de integração econômico e social entre países, pessoas e empresas do mundo todo. Por se tratar de um meio de integração, a globalização visa retirar as barreiras para trazer uma maior liberdade econômica. Mas ao mesmo tempo que ela elimina fronteiras, a globalização expõe as fragilidades de um país diante a um outro mais desenvolvido e com isso evidencia as diferenças entre esses Estados em todos os âmbitos, sejam eles econômicos, culturais, sociais ou políticos. As consequências da globalização vão além dessa estratificação mundial, em termos internos, questões como desemprego e a exclusão social também estão mais evidentes no mundo contemporâneo.

A União Europeia, como um grande exemplo de integração regional e também um exemplo de globalização, teve grande influência na transição da região do Leste

Europeu. O alargamento das relações com os países além do bloco soviético vem crescendo a cada dia mais e nos dias atuais a região já faz parte das maiores organizações internacionais, além de realizar acordos bilaterais com diversos países além da Europa.

O panorama atual da União Europeia e conseqüentemente do Leste Europeu, vem passando por momentos de tensão com a atual questão dos refugiados e a crise da zona do euro. Esses problemas fazem com que o futuro do bloco seja incerto, e a integração seja colocada em risco. As conseqüências de um possível rompimento da UE hoje pode ser muito negativo para diversos países no bloco, que são mais dependentes da economia intrabloco, mas é pouco provável que isso ocorra em um futuro próximo. Uma maior integração, entretanto, também não parece uma realidade próxima, com a ascensão de vários partidos anti-UE ao poder em vários países da Europa.

A pesquisa que foi feita neste trabalho tem modalidade exploratória, teórica e bibliográfica. Foram utilizados para obtenção de dados e referências: livros, artigos, notícias, sites oficiais de governo, entre outras fontes de conteúdo, estes podendo ser de origem nacional ou internacional.

Quanto ao objetivo do trabalho, se trata de uma pesquisa explicativa, de acordo com o método observacional foram estudados os fatores determinantes para a ocorrência dos fenômenos que serão trabalhados, ou seja, no caso dessa pesquisa foram estudados os acontecimentos e a história da Europa por meio de diversas fontes de conteúdo, para compreender como foi o desenrolar da economia, política e cultura de alguns países da Europa Central após o período da Guerra Fria.

De acordo com a forma de abordagem, a pesquisa é do tipo qualitativa e descritiva, os dados obtidos através da pesquisa foram analisados indutivamente e tem como objetivo especificar as propriedades e características do fenômeno analisado e descrever as questões e informações pesquisadas. O estudo também tem fim explicativo e objetiva responder as causas e as reações dos acontecimentos abordados.

2 AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização é o grande fenômeno da modernidade, e o termo, que ainda é recente, traz consigo diversas teorias, que serão discutidas ao longo deste capítulo. As relações bilaterais e multilaterais entre os Estados nos dias atuais mostram de maneira prática sobre essas teorias. As relações de interdependência, a modernização, a existência de economias-mundo e de uma aldeia global caracterizam a globalização do mundo contemporâneo e serão debatidas adiante.

Além das teorias, a globalização trouxe inúmeras consequências para todos, para os que compartilham ou não desse sistema. Da mesma forma que a globalização se trata de mais do que apenas a economia, suas consequências também vão além das econômicas. Uma dessas consequências e a mais significativa ao trabalho é a exclusão social, de tal forma durante o capítulo será analisado primeiramente o que é o conceito, e depois como se dá a exclusão social, e quem são os afetados.

Por último, relacionando as duas primeiras partes, será analisado as diferenças entre a expectativa e a realidade da globalização. O que foi prometido com a globalização, o que as entidades importantes prometeram àqueles que decidiram por adotar o liberalismo, e assim consequentemente a globalização, e comparar com o que lhes foi entregue.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA GLOBALIZAÇÃO E SUAS TEORIAS

Para iniciar um estudo sobre a globalização deve-se primeiro entender o conceito do termo, que pode ser compreendido como “o produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo, caracterizada pelo fetichismo da mercadoria, e compreendida em toda sua extensão” (OLIVEIRA et al., 2006, p.10).

A globalização deve ser considerada um termo moderno que busca explicar os recentes fenômenos do liberalismo econômico mundial. A ocorrência da globalização pode ser notada principalmente nas últimas décadas do século XX, a partir do fim da década de 70. Segundo Seitenfus (1999, p.170), foi um evento precedido pelo bilateralismo, multilateralismo e transnacionalismo que de forma generalizada tem como principal diferença a evolução das suas relações internacionais e a forma como essas relações tiveram grande impacto no desenvolvimento da economia mundial e

da sua interdependência. Então para compreender o histórico da globalização, é preciso compreender os processos que o antecederam.

Durante o bilateralismo, a primeira fase antes do surgimento da globalização, os países se relacionavam de forma individual e não haviam organizações internacionais que intermediassem esse contato, essa realidade que permaneceu até a Segunda Guerra Mundial, por tal motivo ao longo desta época as relações econômicas entre os Estados e a economia em geral caminhavam de forma lenta e o progresso era mais difícil.

A partir do multilateralismo, já se aproximando da globalização, as relações internacionais, dos países terminam por concentrar-se em organizações internacionais que prezam principalmente pela cooperação entre os povos. O transnacionalismo tem o mesmo princípio de forte papel das organizações internacionais, porém no transnacionalismo as empresas produtoras de bens se tornam mediadoras das relações internacionais, com a divisão do processo produtor em diversos países para baratear os custos e aproximar as marcas dos seus mercados consumidores.

Pode-se dizer que o transnacionalismo é somente uma das características da globalização porque o termo não se limita à aspectos econômicos, diferente dos termos tratados anteriormente, Giddens (2000, p.22) coloca que “a globalização é política, tecnológica e cultural, além de econômica”, a globalização é sinônimo de aproximação, integração, mundialização e união, e todos estes termos não se restringem apenas a relações econômicas, “[...] tem algo a ver com a tese de que agora vivemos todos num único mundo”, continua Giddens (2000, p. 20).

O fenômeno da globalização tem como umas de suas características, a crescente tecnologia e interdependência entre os Estados, essa tecnologia presente é principalmente dos meios de transporte e de telecomunicação, que alteraram o modo de vida da maioria da população mundial. O progresso nos meios de transporte, que pode ser visto, por exemplo, no desenvolvimento das tecnologias dos trens, carros e aviões, diminuiu as barreiras físicas da distância, tornando mais fácil a locomoção em quase todas as partes do globo. O avanço na telecomunicação permitiu que as informações caminhassem de forma rápida e independente dos meios físicos, além de também ser uma forma de aproximar aqueles que estão distante fisicamente.

As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”. Parece claro de repente que as divisões dos continentes e do globo como um todo foram função das distâncias, outrora impositivamente reais devido aos transportes primitivos e às dificuldades de viagem. (BAUMAN, 1999, p.19)

Como sugere Bauman, em um mundo globalizado, a distância já não importa, já que a aproximação é facilitada pelos meios de transporte tecnológicos que permitem que uma pessoa faça longos deslocamentos em um curto período. Otávio Ianni pondera a globalização dos tempos modernos:

[...] Ocorre que o globo não é mais exclusivamente um conglomerado de nações, sociedades nacionais, Estados-nações, em suas relações de interdependência, dependência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo. Ao mesmo se, o centro do mundo não é mais voltado só ao indivíduo, tomado singular e coletivamente como povo, classe, grupo, minoria, maioria, opinião pública. Ainda que a nação e o indivíduo continuem a ser muito reais, inquestionáveis e presentes todo o tempo, em todo lugar, povoando a reflexão e a imaginação, ainda assim já não são “hegemônicos”. Foram subsumidos, real ou formalmente, pela sociedade global, pelas configurações e movimentos da globalização. [...] (IANNI, 2001, p.13).

Essa questão de comunicação e transporte é apenas uma parte do fenômeno, como já foi dito anteriormente, a globalização não está ligada somente a economia, e embora a economia acabe influenciando as outras áreas da globalização ela não pode ser considerada a única. Dentro do âmbito econômico se fala do desenvolvimento tecnológico em diversas áreas e agora não somente em países desenvolvidos, mas também em países em desenvolvimento, que começam a se especializar e otimizar a tecnologia em suas áreas de interesse para melhorar suas economias internas com maiores índices de exportação.

Essa economia é crescentemente uma economia eletrônica, o uso do dinheiro em forma de papel diminui a cada dia enquanto a utilização do dinheiro eletrônico cresce, sistemas como pontos por cartão de crédito e programa de milhas são apenas alguns dos exemplos que mostram a força do virtual. Um outro exemplo de economia eletrônica é o chamado bitcoin, uma moeda virtual, que não depende da sua emissão por um Banco Central. Na verdade ela é produzida totalmente online e de maneira descentralizada, em milhares de computadores, e pode ser utilizada em compras em algumas empresas pelo mundo. Essa economia eletrônica facilita aos consumidores

as compras, de forma mais fácil e prática, sem sequer ter que sair de casa, o que por um lado pode ser ruim para as lojas e mercados físicos, que perdem um grande número de clientes, mas por outro lado aumenta a movimentação de capital geral.

Em termos de mobilidade, o mundo globalizado atual permite muito mais movimentação dos profissionais com competência para onde tiver melhores oportunidades. É comum que se veja em uma empresa moderna empregados de diversas nacionalidades, o que é interessante para os dois lados pois a empresa se beneficia de forma que contrata os melhores talentos do mercado mundial e o empregado que pode buscar uma melhor qualidade de vida em outros países. Isso faz com que a sociedade mundial seja uma mistura de influências, que é chamado por Giddens (2000) de “sociedade cosmopolita global”.

Diante desses desenvolvimentos tecnológicos e da difusão cultural surgiram inúmeras zonas econômicas e culturais no mundo, onde se concentram geralmente grandes multinacionais e por via de regra são zonas cosmopolitas, como por exemplo Hong Kong, Silicon Valley nos Estados Unidos e Singapura. Embora as grandes capitais do mundo tenham concentração de zonas econômicas, essas supracitadas são distintas de outras cidades capitais, por serem estritamente econômicas.

No contexto de globalização política se deve destacar a crescente presença das organizações internacionais e a integração dos países em âmbito regional por meio de blocos econômicos. As organizações internacionais já existiam antes de se falar de globalização, porém nos dias atuais tais organizações ganham força no cenário internacional, como é o caso da ONU e suas ramificações para tratar de temas que requerem maior especificidade, ou por exemplo da OMC, que trata da temática econômica. Tanto a ONU como a OMC são organizações com alcance global e abrangem quase todos os Estados do mundo. Ainda que existente essas organizações, não se pode dizer que elas são completamente eficientes nas suas propostas e que suas decisões são um ultimato para os seus membros, já que cada país ainda possui a sua soberania e interesses próprios.

O significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a “nova desordem mundial” de Jowitt com um outro nome (BAUMAN, 1999, p.67).

Bauman coloca a globalização política como uma desordem mundial, por não haver um centro diretivo de maior soberania para tomar decisões em âmbito global. Embora a ONU tente tomar a frente de temas importantes dos dias atuais, é comum ver países que ignoram a decisão imposta pela ONU e age de forma individualista e egoísta.

Os blocos econômicos regionais também ganham força a cada dia no cenário internacional, tais blocos são encontrados em todas as partes do globo e são uma forma de integração muito comum, já que aproveitam da interdependência na relação dos Estados para maximizar seus mercados. Uma das características de um bloco econômico é a diminuição ou às vezes a erradicação de barreiras alfandegárias entre os países membros, para facilitar a troca de produtos e aumentar os seus mercados consumidores. Além de aspectos meramente econômicos, blocos regionais como o Mercosul e a União Europeia, por exemplo, praticam da livre circulação de pessoas em seus territórios¹, o que favorece o turismo e assim conseqüentemente o mercado interno. A União Europeia é o exemplo máximo de integração dos dias atuais, por se tratar de uma instituição que supera a finalidade econômica. É exemplo de integração econômica, política e cultural o que será discutido nos capítulos posteriores de forma mais detalhada.

Para algumas pessoas ela augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir a distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual tem pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar. Com as “distâncias não significando nada”, as localidades, separadas por distâncias, também perdem o significado (BAUMAN, 1999, p. 25).

Vários dos exemplos já citados contribuem para a existência de uma globalização cultural, como o desenvolvimento de tecnologia de telecomunicação e transportes, a criação de blocos econômicos regionais e a livre circulação de pessoas nos mesmos. A presença da televisão e da internet na maioria das casas no mundo todo vai além de apenas propagar informações e notícias, os meios de comunicação são uma forma simples e eficaz de divulgar movimentos culturais e sociais.

¹ No Mercosul essa livre circulação está prevista em termos teóricos nos tratados e para o turismo é efetivo. Porém ainda falta uma maior regulação para que a mobilidade permanente ou profissional possa se efetivar na região, criando um real mercado comum.

Não é necessário que haja uma integração territorial efetiva para que exista essa propagação de valores culturais, que pode ser visto por exemplo com os Estados Unidos, que mantém sua supremacia na influência de valores culturais em grande parte do globo, seja no cinema, na comida, na forma de se vestir ou até mesmo na forma de agir. Além dos EUA, existem zonas influenciadoras regionais, como por exemplo o Brasil na América do Sul, a China e o Japão na Ásia, entre outros. O modo de vida capitalista dos EUA que se generalizou no Leste Europeu após o final da Guerra Fria também será discutido em tópicos futuros durante este trabalho.

Com a ideia de globalização se tornando cada vez mais presente nos dias atuais, era esperado que surgissem teorias de globalização, pensadas por estudiosos de diversas áreas, como de economia, sociologia, geografia, direitos humanos, relações internacionais, entre outros. Octavio Ianni foi um desses estudiosos com obras marcantes como o “Teorias de Globalização”, que será de extrema relevância para a pesquisa.

A primeira das teorias de Ianni que será trabalhada é a da existência de economias-mundo, que podem ser compreendidas como economias que ditam o sistema mundial. Ianni se baseia em dois autores para sustentar sua teoria, Braudel e Wallerstein, já que ambos têm similaridades quando tratam do assunto. Braudel coloca que tal economia possui limitações geradas por um espaço geográfico, submete-se a um centro, um pólo de poder, que é representado por uma cidade ou uma capital dominante e que se divide em zonas, há o coração, as zonas intermédias e as zonas periféricas.

Já Wallerstein utiliza o termo “sistema-mundo” para descrever tal ideia, assim como Braudel, Wallerstein também crê que tal sistema possui limites, mas que também possui estrutura, grupos ou membros, regras de legitimação e coerência; o sistema ganha vida por meio da tensão dos grupos e termina quando cada grupo busca organizar o sistema de acordo com seus interesses; compara o sistema com um organismo, de forma que algumas de suas características mudam com o tempo e outras não; suas estruturas podem ser fortes ou fracas dependendo do momento; diferencia os impérios-mundo (existe um único sistema político) das economias-mundo (não existe um só sistema por conta do capitalismo).

[...]o que preocupa muitos pesquisadores no século XX, em particular depois da Segunda Guerra Mundial é o conhecimento das realidades

internacionais emergentes ou realidades propriamente mundiais. [...]A ideia de “economias-mundo” emerge nesse horizonte, diante dos desafios das atividades, produções e transações que ocorrem tanto entre as nações como por sobre elas, e além dessas, mas sempre envolvendo-as em configurações mais abrangentes (IANNI, 2001, p.30).

A economia-mundo capitalista de Ianni, seja ela global ou regional, continua tendo como base o Estado-nação, e por se tratar de Estado, traz consigo algumas questões que devem ser consideradas como a interdependência, a soberania e a estratificação. A interdependência, característica importante da globalização, é claramente encontrada nos sistemas de economia-mundo capitalista, mesmo que esses sejam centros de poder econômicos, não seriam capazes de sobreviver no mundo atual se fossem isolados econômico e politicamente. A soberania entra em questão pela crescente presença e força de empresas transnacionais e organizações internacionais, como já foi dito anteriormente o Estado-nação continua sendo o ator principal em um sistema de economia-mundo, mas isso não significa que os outros atores não tenham seus valores e que não estejam em contínuo crescimento, o que as torna muitas vezes mais imprescindíveis para o desenvolvimento econômico do que a atuação do Estado em si. A chamada estratificação diz respeito a separação do centro, da economia-mundo e seus arredores, e da periferia, que são aqueles que saem menos beneficiados da interdependência ou até mesmo prejudicados, já que em uma relação de interdependência não significa que sempre os dois lados saem ganhando. Tal estratificação está presente não somente em plano global, como no caso da divisão norte-sul do mundo, mas também em plano interno, contendo o centro de poder e a periferia dentro mesmo de uma economia-mundo.

Ocorre que a economia-mundo, ou sistema mundo, em toda a sua complexidade não só econômica mas também social, política e cultural, sempre transcende tudo o que é local, nacional e regional. Repercute por todos os cantos, perto e longe. Os colonialismos e imperialismos espanhol, português, holandês, belga, francês, alemão, russo, japonês, inglês e norte-americano sempre constituíram e destruíram fronteiras, soberanias e hegemonias, compreendendo tribos, clãs, nações e nacionalidades. São muitos os que reconhecem que os Estados nacionais asiáticos, africanos e latino-americanos foram desenhados, em sua quase totalidade, pelos colonialismos e imperialismos europeus, segundo os modelos geo-histórico e teórico, ou ideológico, configurado no Estado-nação que se formou e predominou na Europa. (IANNI, 2001, p.48)

As economias-mundo ditam a geo-história mundial de longa, média e curta duração através de suas dinâmicas, por exemplo o jogo das forças produtivas, o empenho de inovar e a luta pelos mercados. Essa geo-história é transformada toda vez que se renova, tendo diferentes economias-mundo a cada vez.

A segunda teoria a ser debatida é a teoria da interdependência das nações, que também é tratada como uma teoria sistêmica, já que na perspectiva de Ianni, a comunidade global se torna um “sistema” por meio de suas relações interdependentes, já havia sido abordado de forma sutil previamente, mas que agora é o foco principal. A interdependência, de forma descomplicada significa a mútua dependência, como ela age e de acordo com quais interesses é uma questão sempre variável.

A interdependência das nações focaliza principalmente as relações exteriores, diplomáticas, internacionais. Envolve Estados passionais tomados como soberanos, formalmente iguais em sua soberania, a despeito de suas diversidades, desigualdades e hierarquias. E diz respeito a bilateralismos, multilateralismos e nacionalismos, acomodando ideais de soberania e realidades geoeconômicas e geopolíticas regionais e mundiais. [...] (IANNI, 2001, p.79)

As relações de interdependência sempre tem um custo, e para que essas relações sejam favoráveis esse custo deve sempre ser menor do que os benefícios gerados, e como já foi dito anteriormente nada garante que todos os lados serão beneficiados. A interdependência tem como princípio a cooperação econômica e dessa forma os Estados conseguem atingir e manter a paz, por haver essa dependência econômica os países preferem não entrar em conflito.

As organizações internacionais servem de elementos suplementares para a interdependência, o que significa que o Estado continua sendo ator principal e o principal enfoque de estudos. A interdependência preconiza que os Estados agem de forma racional para obter melhores resultados de acordo com seus interesses.

[...] a tese da interdependência das nações é bem uma elaboração sistêmica de como se desenvolve a problemática mundial. Diz respeito a um cenário em que a maior parte dos problemas aparece nas razões, estratégias e táticas e atividades de atores principais e secundários, todos jogando com as possibilidades da escolha racional (IANNI, 2001, p.80).

Um outro tema em discussão dentro da interdependência é a hegemonia do Estado-nação mais poderoso e influente, que garante sua presença no cenário internacional como orientador das diretrizes e às vezes impõe sua vontades diante aos países sob sua influência, supondo que tal Estado hegemônico busca tornar os demais países mais modernos. “Essa interdependência, [...]diz respeito às vantagens e responsabilidades de nações dominantes, ou superpotências, bem como das nações dependentes, subordinadas ou alinhadas. [...]” (IANNI, 2001, p.79)

Ianni também fala sobre a modernidade durante o período de globalização, o que quer dizer que a civilização ocidental, principalmente os Estados Unidos e a Europa são os ditadores das diretrizes mundiais, seguindo o pensamento da hegemonia que foi tratado anteriormente.

Desde que a civilização ocidental passou a predominar nos quatro cantos do mundo, a ideia de modernização passou a ser o emblema do desenvolvimento, crescimento, evolução ou progresso. As mais diversas formas de sociedade, compreendendo tribos e nações, culturas e civilizações, passaram a ser influenciadas ou desafiadas pelos padrões e valores sócio-culturais característicos da ocidentalidade, principalmente sob suas formas europeia e norte-americana (IANNI, 2001, p.97)

A ideia de ocidentalização vem como um sinônimo de modernização e isso acaba remetendo aos sistemas de império e colônia de tempos passados, assim como noções de estratificação entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos, ou em desenvolvimento. A teoria da modernização, como chama Ianni, conta com princípios de urbanização, industrialização, mercantilização, individualismo e de liberdade e igualdade, de modo que o indivíduo, como proprietário ou empreendedor tem liberdade e é persuadido à modernização. Tal modernização é principalmente exercida pela elite, que não necessariamente é econômica, mas também pode ser intelectual, militar, empresarial, entre outras, pois esses são os grupos que dirigem, inovam e mobilizam esse desenvolvimento. Essa ocidentalização pode ser vista claramente nos termos do fim da Guerra Fria, quando as ideias capitalistas chegaram nos países anteriormente de domínio socialista e estes passaram a modernizar-se e a adequar-se aos parâmetros do cenário internacional.

A teoria da modernização é bem assim: uma formulação “científica” que contempla alguns dos valores do ocidentalismo. Articulada em termos lógicos e teóricos, codifica e estabelece parâmetros que,

simultaneamente, explicam a trajetória das sociedades ocidentais e apontam as condições e possibilidades de evolução das outras sociedades. [...] (IANNI, 2001, p.110)

De maneira geral o processo de ocidentalização, ou modernização tem em vista o desenvolvimento, urbanização, industrialização, entre outros, mas todos os objetivos de valor econômico, diferente do que é tratado por exemplo no conceito de aldeia global, que é a próxima teoria a ser tratada e última teoria relevante para o tema abordado no trabalho. A aldeia global, diferentemente da ocidentalização tem a ver com o social e o cultural, embora também esteja ligada com as diretrizes das teorias anteriores.

A noção de aldeia global é bem uma expressão da globalidade das idéias, padrões e valores sócio-culturais, imaginários. Pode ser vista como uma teoria da cultura mundial, entendida como cultura de massa, mercado de bens culturais, universo de signos e símbolos, linguagens e significados que povoam o modo pelo qual uns e outros situam-se no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem. (IANNI, 2001, p.119)

A aldeia global tem como principal característica a tecnologia de informação, e as suas consequências no cenário global, a teoria se baseia em como essa rede de distribuição de informações cria uma igualdade de pensamentos e valores. A modernização da ocidentalização cria a aldeia global, a partir da modernização da comunicação com a criação e constante evolução de TVs, celulares, computadores e outras fontes de telecomunicação. Embora exista uma mídia de alcance global, que geralmente dita a formação da cultura de massa, é importante compreender que existem mídias com divergências políticas, culturais, e religiosas que mantêm sua influência em termos locais ou regionais. Assim como na ocidentalização, na aldeia global há uma elite privilegiada, mas essa é especialmente a elite de intelectuais. São esses intelectuais que vão representar essa mídia global.

Essas teorias estudadas por Ianni, ajudam no entendimento de como se dá o desenrolar da globalização e das relações internacionais nos dias atuais. Embora a globalização se trate da integração e união dos Estados-nação, algumas vezes também acaba por afastar e segregar e por mais que em teoria seja positiva a globalização também conta com consequências negativas que devem ser estudadas para que possam ser questionadas e até mesmo solucionadas.

2.2 CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO: RISCOS E IMPACTOS

A globalização como um fenômeno que atinge todas as partes do mundo, traz consequências positivas e negativas para a sociedade internacional. Serão tratados ao longo deste tópico alguns dos principais riscos e impactos que o mundo globalizado padece, dando maior ênfase no movimento como fator de exclusão social, e identificando essa exclusão em seus aspectos econômicos, políticos e socioculturais.

Antes de começar a tratar dos riscos e impactos iniciados pelo processo de globalização, não se pode dizer que tal fenômeno tenha consequências apenas negativas, já que se esse fosse o caso, o mesmo já teria perdido força e se dissolvido com o passar do tempo, mas o que se deseja discutir aqui é a relação entre os pontos positivos e negativos do processo de globalização para melhor compreensão dos dilemas do cenário internacional atual.

Embora se trate de uma afirmação controversa, eu diria que, terminada a Guerra Fria, a maioria das nações deixou de ter inimigos... Mais do que inimigos, os países atuais enfrentam riscos e perigos, uma transformação profunda da sua própria natureza. (GIDDENS, 2000, p. 28)

Uma das características da globalização econômica é o fato de que os países buscam cada vez mais se modernizar, e com isso, o fenômeno da industrialização está mais presente do que nunca no mundo atual. A industrialização é um evento que demonstra um certo grau de poder no mundo globalizado, já que um país industrializado é um país moderno, que possui tecnologia e é capaz de produzir bens de consumo com maior valor agregado, portanto é capaz de produzir mais capital e ser um imponente ator nas relações internacionais.

O processo de industrialização traz consigo alguns impactos, por exemplo o fator de desigualdade entre os países industrializados e não industrializados, que muitas vezes por não serem industrializados são considerados atrasados e não desenvolvidos, o que acaba por estratificar os países e reforçar a ideia de norte e sul do mundo, no qual o norte é onde se pode encontrar os países desenvolvidos e o sul é onde estão os países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento. Tal estratificação é importante para a compreensão da relevância de certos países nas relações internacionais e da falta de presença de outros.

É claro no cenário internacional como alguns países se mostram mais relevantes e poderosos diante de outros, um exemplo é a supremacia norte-americana na tomada de decisões de valor global, que mesmo quando não tem a última palavra nas decisões, é um ator importante nas deliberações dos assuntos mais relevantes, além de ter poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, que pode ser considerada uma das organizações mais significativas dos dias atuais.

A União Europeia, como o bloco de integração regional mais expressivo, também demonstra claramente essa supremacia do norte nas relações internacionais, já que com a soma de países da UE (principalmente Alemanha e França) com os Estados Unidos, se encontra a maior fonte de poder político do mundo. A influência desses países em questões ligadas não só no que diz respeito aos mesmos mas também no que diz respeito a outros países de diversas regiões, principalmente países não desenvolvidos ou em desenvolvimento nos mostra o quanto o liberalismo continua empoderando os países do norte e causando maior desigualdade entre os Estados (GIDDENS, 1991).

Além de ter impactos nos valores sociais e políticos, a questão da tecnologia em constante desenvolvimento e a industrialização trouxe também impactos ambientais que antes não eram tratados. As consequências ambientais da globalização são uma das que mais são preocupantes, de forma que vão além da capacidade humana de reversão.

Durante o período de industrialização mundial do século XIX e XX pouco se falava sobre as consequências ambientais e apenas se pensava nos fatores positivos que a industrialização traria, relativos a economia, entretanto, já no início do século XXI foi possível notar algumas complicações relacionadas ao meio ambiente devido à intensa busca por uma produção de grande escala. Giddens coloca as consequências ambientais como riscos derivados do meio ambiente criado, ou também chamado de natureza socializada (1991), no qual se entende que os perigos ecológicos surgem da relação entre o conhecimento humano e a transformação da natureza, como por exemplo a quantidade de lixo atômico e poluição química na sociedade mundial atual, a questão do “aquecimento global”² que foi tema chave nas questões ambientais nos

² Aumento da temperatura dos oceanos e da atmosfera terrestre, a partir de um intenso processo de emissão de gases.

últimos tempos, além do intenso desmatamento e degradação dos bens primários em diversos países no mundo todo.

A tecnologia militar, e em especial a tecnologia nuclear, experienciou grandes avanços durante o período de globalização e isso trouxe consigo um dos maiores riscos da sociedade global atual, um risco de uma guerra nuclear.

Mesmo com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) realizado pela ONU, que entrou em vigor em 1970 (ainda durante a Guerra Fria), existem países que continuam a desenvolver e criar novas tecnologias para armas nucleares, que é proibido pelo tratado.

Segundo o tratado, somente são permitidas tecnologias para o uso nuclear de forma pacífica, como no uso da energia nuclear, porém alguns países não fazem parte do tratado, esses são Israel, Índia, Paquistão e Coréia do Norte, o último inicialmente assinou o tratado porém se retirou em 2003 e hoje em dia é um dos países que demonstra ações no âmbito de armas nucleares causando insegurança, não por conta da quantidade de seu arsenal nuclear, mas sim pela sua instável governança, que é liderada por um primeiro ministro que não mede as consequências de suas ações.

Além desses países, os cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança também possuem arsenais nucleares reconhecidos pelo mundo, no qual lideram Estados Unidos e Rússia, que juntos possuem cerca de 15 mil ogivas nucleares, que é capacidade suficiente para destruir o mundo. Um conflito entre qualquer desses países nos dias atuais muito provavelmente envolveria o uso de armas nucleares e causaria a morte de milhões de pessoas inocentes, assim como já aconteceu em Hiroshima e Nagasaki durante a 2ª Guerra Mundial, porém com capacidade destrutiva ainda maior.

O desenvolvimento de novos maquinários que permitem que a produção aumente de forma exponencial também traz consigo algumas questões sociais. Com as máquinas fazendo a maior parte do trabalho que o homem fazia em tempos menos desenvolvidos, a questão do desemprego se torna aparente no contexto de globalização. Para conseguir um emprego no mundo globalizado é exigido muito mais do trabalhador, tanto na forma de experiência quanto na forma de conhecimento teórico. São mais valorizado no mercado de trabalho aqueles que têm conhecimentos específicos sobre os diversos temas para diferentes áreas de atuação, e em geral há uma rigidez muito maior no mercado de trabalho causando senão o desemprego, a baixa dos salários.

A redução quantitativa e as transformações qualitativas no mercado de trabalho interno nas grandes empresas (redução de hierarquias, novas formas de gestão de pessoal e de relações de trabalho) contribuem ainda mais para tornar abundante a força de trabalho. No mercado geral de trabalho, a inserção dos trabalhadores torna-se crescentemente precária e instável. (POCHMANN, 1999, p.18)

Com a industrialização, também se pode notar uma mudança na taxa de desemprego nos diferentes setores de produção quando comparado os países desenvolvidos e não-desenvolvidos. Nos países desenvolvidos, a taxa de desemprego no setor terciário é muito maior que nos setores primários e secundários, chegando em 1998 a 70,9% em contraste com 24,8% do setor secundário e 4,3% do setor primário, enquanto que nos países não desenvolvidos os valores eram distribuídos de forma um pouco mais homogênea com 51% no setor terciário e nos setores secundário e primário 31% e 17,5%, respectivamente (POCHMANN, 2001). A partir de tais dados é possível enxergar as dificuldades da inserção no mercado de trabalho na época do mundo globalizado, que tende a requerer maior nível acadêmico e profissional dos seus empregados ao mesmo tempo que não tem espaço para inserir todos no mercado de trabalho.

Como já foi citado anteriormente, como uma importante característica da globalização, a tecnologia e principalmente a tecnologia de informação transformou completamente os moldes da sociedade mundial.]Dentro de uma visão positiva, a introdução dessa tecnologia de informação trouxe a sociedade atual a possibilidade de maior interação com o resto do mundo, a partir da criação da televisão e dos smartphones, quem tiver condições de ter acesso a tais tecnologias têm o mundo em suas mãos, a partir de um pequeno aparelho um indivíduo pode ver notícias do mundo todo, conversar com qualquer pessoa independente da sua localidade, usar de utilidades como calculadora, calendário, tradutor, mp3, tudo em um lugar só. E analisando esta condição, a tecnologia de informação favorecida pela globalização parece brilhante e inofensiva, porém tudo tem dois lados e a introdução desta tecnologia como imprescindível para a sociedade contemporânea nos traz questionamentos, como a exclusão social, que devem ser pensados e discutidos.

Existem diversas causas para a exclusão social, uma dessas é citada na obra de Gilberto Dupas (1999), a revolução tecnológica, que foi tomada como padrão na era da globalização e causa um tipo de exclusão mais social.

Dupas (1999) cita uma anedota criada por Wolfe (1995) para explicar os níveis de exclusão social, tal anedota divide a sociedade em três grupos: os que possuem cartão de crédito, os que não possuem mas gostariam de ter, e aqueles que nem sequer sabem o que é um cartão de crédito. De acordo com tal paradoxo, o grupo que não tem cartão de crédito mas gostaria de ter, participa da sociedade capitalista mas vê seus desejos frustrados por barreiras econômicas ou sociais, e por esse motivo acaba se sentindo mais excluído que os membros do terceiro grupo, pois estes não sabem nem o que estão “perdendo”, fora da sociedade capitalista global.

É interessante relacionar o paradoxo citado com a disposição das sociedades do mundo atual, de forma que quando falamos do grupo de pessoas que têm cartão de crédito, esses são os países desenvolvidos que não só participam da sociedade capitalista como também ditam as regras de tal modo de vida; o grupo de pessoas que não possuem cartão de crédito mas gostariam de ter podem ser ligados aos países em desenvolvimento ou não desenvolvidos, que vivem das ideias liberais capitalistas mas não tem condições de viver como a teoria idealiza o capitalismo; por fim o grupo que não conhece o cartão de crédito pode ser comparado às sociedades comunistas que ainda encontram dificuldades no mundo globalizado, já que os indivíduos de tais países não têm liberdade de escolha para viver no formato de vida propagado pelo modelo capitalista e muitas vezes desconhece o diferente.

Ainda no espectro social, a revolução tecnológica que aparece em diversos aspectos, como por exemplo na industrialização e na tecnologia de informação já citados, e também na evolução dos transportes nas últimas décadas, de certa forma facilitou a integração social e possibilitou que grandes distâncias pudessem ser percorridas em um curto período de tempo. Porém, essa globalização tanto divide como une, já que a distância se torna um produto social (BAUMAN, 1999). Essa distância que Bauman coloca como um produto social se refere às fronteiras estatais e as barreiras culturais que se encontram nas diversas sociedades e tornam difíceis que um indivíduo forasteiro se sinta incluído de forma total.

Mesmo não se encaixando em uma comunidade estrangeira, um indivíduo que decide ser local no mundo globalizado escolhe então pela privação e degradação social (BAUMAN, 1999), já que um homem que pode ser considerado de uma classe mais alta economicamente falando deve poder se mover de maneira mais fácil e mais constante. De tal forma as sociedades se dividem entre aqueles que se movem e os que ficam no mesmo lugar. A estratificação social é uma realidade contemporânea e

explica o isolamento das elites no centro das cidades e a formação de guetos nas periferias.

[...]é possível distinguir um tipo de sociedade de outro pela extensão ao longo da qual ela estratifica seus membros. A extensão ao longo da qual os de “classe alta” e os de “classe baixa” se situam numa sociedade de consumo é o seu grau de mobilidade - sua liberdade de escolher onde estar. Uma diferença entre os da “alta” e os da “baixa” é que aqueles podem deixar estes para trás, mas não o contrário. As cidades contemporâneas são locais de um “aperteid do avesso”: os que podem ter acesso a isso abandonam a sujeira e pobreza das regiões onde estão presos aqueles que não tem como se mudar (BAUMAN, 1999, p.94).

Como já apontado, existem diversas causas para a exclusão social e com a globalização econômica é fácil imaginar que uma das suas causas seria por fatores econômicos e principalmente do desemprego já tratado neste capítulo. De fato, isso nos mostra que a exclusão social é um fenômeno multidimensional, já que pode ser criada através de desigualdades econômicas, políticas, culturais ou étnicas. Mas no caso da desigualdade econômica, a exclusão deve ser ligada com a questão da pobreza, que pode significar a incapacidade de satisfazer necessidades básicas de um indivíduo (DUPAS, 1999), porém essas necessidades básicas são variáveis, de acordo com cada indivíduo e a sua respectiva sociedade, porém de forma geral, o que deve ser incluído para definir tais necessidades são as condições de moradia, alimentação, saneamento básico, educação e lazer.

Além da questão da pobreza, a desigualdade também pode estar presente na divisão do trabalho, na distribuição de renda e riqueza, na estrutura de riscos e saúde e nas oportunidades de carreira. “A igualização ou nivelamento podem operar para cima, erguendo aqueles colocados abaixo, ou para baixo, afundando aqueles que estão em cima, ou alguma mescla das duas ações” (THERBORN, 1999, p. 73).

A exclusão social por causas econômicas pode variar em diversos níveis, pode ocorrer a exclusão do mercado de trabalho (desemprego), a exclusão do trabalho regular, exclusão do acesso a moradias e serviços comunitários, exclusão do acesso à terra, exclusão em relação a sobrevivência, exclusão dos direitos humanos, entre outros (ROGERS, 1995 citado por DUPAS, 1999). O indivíduo pode estar incluído em alguma das dimensões citadas porém de outras não, a exclusão não é necessariamente total, por exemplo, uma pessoa que trabalha de maneira informal,

sem recursos e de forma precária é excluído do trabalho regular, mas não é desempregado e por isso não está excluído do mercado de trabalho.

De forma geral, os riscos encontrados como consequências da globalização variam entre questões individuais, como a exclusão social discutida acima, e questões coletivas, como por exemplo mudanças climáticas e meio ambiente. Existem riscos também nas mudanças da forma de pensar, que pode ser vista nas diferentes formas de família e casamentos existentes nos dias atuais, nas doenças e epidemias que se alastram de forma rápida principalmente com a facilidade de mobilidade do indivíduo. Os riscos de intensidade, segundo Giddens (2000), não diferem o rico do pobre, atingem a todos de forma igual, exemplos seriam uma guerra nuclear, uma explosão populacional, um colapso do câmbio econômico ou um problema ecológico grave. De acordo com tais riscos, não há diferença entre o incluído e o excluído, o que nos mostra que os grandes riscos atuais da sociedade global é cada vez mais abrangente e pode atingir a qualquer um. Assim, a partir do momento que as sociedades pararem de agir conforme interesses pessoais e permitirem que a desigualdade continue se alastrando, o mundo pode reverter muitos desses riscos criados pela globalização.

2.3 AS DIVERGÊNCIAS ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A globalização, como integração mundial de forma econômica, política e cultural, parte de princípios liberais capitalistas e prega a cooperação e a interdependência como meios de desenvolvimento, porém seus princípios e características vão além da economia e atingem também temas como a integração social e a propagação da ocidentalização nas sociedades do mundo todo. A partir do que foi discutido, podemos perceber que a globalização em termos teóricos se apresenta de forma positiva, porém em termos práticos ela sofre diversas contradições.

De acordo com a teoria de economias-mundo de Ianni, existe um pólo de poder que dita o sistema mundial e por ter como base um Estado-nação tem características importantes como a interdependência, a soberania e a estratificação. Tais características já demonstram a instabilidade da globalização e suas contradições, de forma que a interdependência é completamente assimétrica, os benefícios aos países desenvolvidos não são os mesmos dos países não desenvolvidos, isso quando não há o prejuízo para os países não desenvolvidos; a soberania é colocada em questão

quando se vê a imposição dos Estados mais poderosos em decisões referentes a países com menor relevância no cenário internacional, desrespeitando o princípio de não intervenção e desvalorizando a soberania de tais países; a estratificação por sua vez demonstra a realidade da sociedade atual e a sua perspectiva futura, com a desigualdade entre norte e sul, centro e periferia cada vez mais presente, a estratificação apenas se fortalece e designa quem é relevante e quem não é no cenário internacional, dando importância àqueles que têm capacidade econômica e colocando seus interesses à frente daqueles que não são desenvolvidos e veem o resto do mundo deixando de lado suas expectativas e necessidades.

A interdependência das nações é de fato um produto da globalização econômica, já que tem preceitos de cooperação e se baseia nisso como meio para manter a paz mundial. No entanto, a relação de custos e benefícios para os países participantes é imensamente desproporcional. Se supõe que na interdependência existe uma dependência mútua entre os países, o que não condiz com a realidade, já que essa é sempre maior para um dos lados, e dessa forma os custos para a parte mais dependentes são maiores e seus benefícios menores do que o da parte menos dependente.

Notamos nesse tipo de relação que os interesses do Estado que possui maior força econômica e que geralmente é detentor da tecnologia e dos produtos com maior bem agregado, se sobressai aos interesses da outra parte e assim, a interdependência não ocorre de fato como a sua teoria pressupõe.

A teoria da modernização ou ocidentalização trabalha com os preceitos de urbanização, mercantilização, industrialização, entre outros. Essa modernização, junto com todas as suas ações subordinadas têm grandes consequências no estabelecimento da sociedade mundial como ela é, trazendo os mais variados problemas. Por se tratar de uma ação elitista, já que quem promove esses desenvolvimentos e modernização são as elites, tanto econômica quanto intelectual, essa teoria também salienta as desigualdades e a supremacia do Ocidente nas relações internacionais.

A modernização coloca como padrão um estilo de vida, sobretudo norte americano e europeu, e dispõe aqueles que não estão de acordo com esse padrão como inferiores e que precisam de mudanças, além de enfatizar a desigualdade entre o rico e pobre.

Na ideia de aldeia global, soma-se a teoria de que a partir da globalização e de novas tecnologias de informação é criada uma similaridade de valores e pensamentos ao redor do mundo. Por isso, se supõe que os valores são compartilhados na sociedade global, o que de certa forma é condizente com a realidade mas possui algumas divergências e considerações que devem ser tratadas. De acordo com o ponto de vista de que existe uma aldeia global, e partindo do pressuposto de que há a supremacia do Ocidente na sociedade atual, quaisquer valores que sejam contrários aos valores ocidentais são desconsiderados e colocados como errados.

A ideia de aldeia global estratifica a sociedade mas de uma forma diferente, de acordo com suas diferenças culturais e sociais, já que vai além de fatores econômicos. As ideias do liberalismo capitalista em geral levam apenas ideais ocidentais e aqueles que as seguem e querem fazer parte devem agir de acordo com o que é padronizado.

[...]os chamados processos “globalizantes” redundam na redistribuição de privilégios e carências de riqueza e pobreza, de recursos e impotência, de poder e ausência de poder, de liberdade e restrição. Testemunhamos hoje um processo de reestratificação mundial, no qual se constrói uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária. As quase soberanias, as divisões territoriais e a segregação de identidades promovidas e transformadas num must pela globalização dos mercados e da informação não refletem uma diversidade de parceiros iguais.” (BAUMAN, 1999, p.78)

De forma geral, com a crescente globalização e integração dos países, a criação de instituições internacionais, para tentar gerenciar os temas de interesse mundial, foi imprescindível. Em escala regional, a integração criou diversos blocos econômicos, como o Mercosul, o NAFTA, os Tigres Asiáticos e a União Europeia, por exemplo.

Esses blocos nasceram com o intuito de integrar os países da região de forma que acabassem com as barreiras alfandegárias entre os países membros e permitissem a livre circulação de bens, em alguns casos de integração também, a circulação de serviços e pessoas. A União Europeia, o exemplo de maior integração regional possui uma coordenação além de econômica, compartilha do mesmo princípio de bem estar social, da mesma moeda e possui organizações que tratam dos interesses do bloco de forma que os Estados cedem algumas competências à essas instituições para que elas possam cuidar de assuntos específicos.

Da mesma maneira que os países buscam formar blocos regionais para tratar de seus interesses, a criação de instituições internacionais como a ONU (e seus subordinados, o Banco Mundial sendo o órgão mais relevante para este tópico do trabalho), a OMC e o FMI, foram apenas um resultado das relações internacionais no mundo contemporâneo. Do ponto de vista econômico, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial são os ditadores das regras e comandam a economia, a partir dos interesses das maiores potências mundiais. Embora sejam duas instituições de caráter econômico, não se deve confundir suas missões, o Banco Mundial tem como objetivo erradicar a pobreza, tendo como lema “nosso sonho é um mundo onde não exista miséria”; e o FMI tem como objetivo manter a estabilidade econômica global. Desse modo, é importante entender os seus objetivos para comparar com a sua realidade prática.

O FMI propõe como suas atividades: a promoção da cooperação econômica, da estabilidade cambial, do emprego, do comércio internacional além de reduzir a pobreza ao redor do mundo. Embora coloque em questão a pobreza, este não é o foco da instituição, que oferece empréstimos a países necessitados que sofrem um período de desequilíbrio financeiro, e para receber esse empréstimo o país requerente deve cumprir com alguns requisitos que o Fundo coloca, requisitos nas formas de políticas econômicas e medidas para tentar solucionar o problema na balança de pagamentos.

Já o Banco Mundial, que é derivado da ONU, tem como objetivos principais reduzir a pobreza e a desigualdade no mundo, de tal forma o Banco ceda empréstimos a países em desenvolvimento principalmente, para que esses possam investir em educação, saúde, infraestrutura, entre outros. O BM, que foi criado com a intenção de ajudar a reconstruir os países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, teve seus objetivos modificados com o tempo.

Do ponto de vista teórico, a presença de instituições como o FMI e o Banco Mundial são imprescindíveis para garantir a estabilidade econômica e para diminuir a pobreza no mundo, porém a realidade não é tão condizente com essas perspectivas. Isso porque, tais instituições muitas vezes deixam seus objetivos serem corrompidos pelos interesses pessoais dos Estados mais relevantes, porque nas duas instituições os países precisam cooperar financeiramente para poder fazer parte dos mesmos, e assim, os países que investem mais tem maior poder.

Stiglitz (2002, p.46) coloca que “as instituições não são representativas das nações que a servem [...]”, de maneira que apenas um grupo seletivo de países estão no comando das instituições e que elas acabam servindo apenas o interesse de poucos, mesmo se tratando de instituições de alcance universal.

Tornou-se cada vez mais claro, não só para os cidadãos comuns, mas também para aqueles que formulam as políticas, não só para os que vivem nos países em desenvolvimento, mas também para as pessoas nos países desenvolvidos, que a globalização, da maneira como tem sido praticada, não satisfaz as expectativas conforme seus defensores prometeram que iria satisfazer - nem realizou o que pode e deve realizar. Em alguns casos não resultou nem mesmo em crescimento, mas quando isso aconteceu, não trouxe benefícios para todos; o efeito líquido das políticas estabelecidas pelo Consenso de Washington tem sido, com relativa frequência, beneficiar alguns à custa de muitos, os riscos à custa dos pobres. Em muitos casos, interesses e valores comerciais tem substituído a preocupação com o ambiente, a democracia, os direitos humanos e a justiça social (STIGLITZ, 2002, p.47)

Tendo conhecimento de alguns dos fatores que orientam a globalização, das suas características principais, de algumas das teorias que procuram discutir o mundo globalizado e de alguns órgãos que caminham junto ao mundo contemporâneo podemos ver que o fenômeno é bastante controverso, prometendo crescimento e integração mas ao mesmo tempo aumentando a desigualdade e favorecendo sempre um grupo seletivo de países.

Não é como se a globalização fosse totalmente negativa, ela trouxe sim muito desenvolvimento e modernização para o mundo, apenas o que acontece é que sempre há consequências positivas e negativas quando nos deparamos com mudanças. Ser um país que adota os preceitos do liberalismo capitalista e assim da globalização não significa que este encontrará o desenvolvimento sonhado mas também não significa que estará condenado à miséria e a desigualdade.

A globalização em si não é boa nem ruim. Ela tem o poder de fazer um enorme bem e, para os países do leste asiático, que aderiram à globalização em seus próprios termos, dentro do seu próprio ritmo, ela tem representado um grande benefício. (STIGLITZ, 2002, p.48)

O que não se pode negar é que a globalização e o liberalismo capitalista são fenômenos que dominam o plano internacional desde o fim da Guerra Fria e que causaram muitas mudanças no mundo, independente de serem positivas ou

negativas. Por estas mudanças, a globalização não pode ser ignorada e ainda deve ser considerada um fenômeno recente em termos históricos, o que dificulta a compreensão da sua gravidade e influência.

3 O LESTE EUROPEU DURANTE A GUERRA FRIA

A Guerra Fria, como um evento que tomou quase metade do século XX, teve extrema importância para que o mundo estivesse como está hoje. Isso em diversos aspectos, das tecnologias desenvolvidas na época da guerra, da bipolaridade do mundo entre dois centros de influência e do desenvolvimento de cada sistema dentro da sua zona de influência.

Por isso é importante entender o contexto histórico da Guerra Fria, os eventos mais significativos, como foi seu desenvolvimento e como chegou ao fim. Também é importante ressaltar a diferença entre os dois sistemas político e econômicos da época, o comunismo soviético e o capitalismo americano.

Além disso, é importante focar no que ocorria na região do Leste Europeu, que é o foco do estudo, durante o período da Guerra Fria. Por isso será debatido sobre os movimentos nacionalistas da época, porque eles ocorreram, e qual era a realidade política e econômica dos países na região.

Para finalizar, para melhor entender as atitudes da região a respeito da URSS, seu descontentamento e o sentimento nacionalista crescente, é preciso analisar como é a formação da região. É preciso entender quais são suas particularidades, e o que forma sua etnia, os idiomas, as populações, suas tradições e seus movimentos culturais.

3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para compreender as características econômicas, culturais e sociais dos países do Leste Europeu nos dias atuais, é preciso voltar no tempo e entender o contexto histórico que tornou o Leste Europeu o que ele é hoje. Alguns conceitos iniciais devem ser esclarecidos, para que se prossiga com a história em si. Conceituar e caracterizar o capitalismo, o socialismo e o comunismo é fundamental para que se compreenda a diferença entre os termos e entender também a diferença entre as suas ideias e seu modo de viver. Diferentes livros e teóricos abordam esses temas e por isso existem diversos pontos de vista sobre cada conceito. O termo capitalismo, por exemplo, pode ser entendido como:

[...] Uma primeira acepção restrita de Capitalismo designa uma forma particular, historicamente específica, de agir econômico, ou um modo de produção em sentido estrito, ou subsistema econômico. Esse subsistema é considerado uma parte de um mais amplo e complexo sistema social e político, para designar o que não se considera significativo ou oportuno recorrer ao termo Capitalismo. Prefere-se usar definições deduzidas do processo histórico da industrialização e da modernização político-social. Fala-se, exatamente, de sociedade industrial, liberal-democrática, ou de sociedade complexa, da qual o Capitalismo é só um elemento, enquanto designa o subsistema econômico. (CAPITALISMO, 1998, p. 141)

O capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes. O empreendimento capitalista depende da produção para mercados competitivos, os preços sendo sinais para investidores, produtores e consumidores. (GIDDENS, 1991, p. 61)

Sendo essas apenas umas das definições que podem ser usadas, o capitalismo se deve a um sistema socioeconômico em que os meios de produção e os serviços são de propriedade privada e possuem fins lucrativos, tem ampla ligação com o liberalismo e é um sistema que é mais individualista e de modo geral privado, no capitalismo a intervenção do Estado não é o que move a economia e sim o conjunto do Estado com os entes privados.

Além do conceito de capitalismo, é importante também entender sobre as sociedades capitalistas, já que essas são a base da sociedade moderna e dominaram o mundo após a Guerra Fria. Giddens (1991) entende como sociedade capitalista:

Podemos reconhecer as *sociedades capitalistas* como um subtipo específico das sociedades modernas em geral. Uma sociedade capitalista é um sistema que conta com diversas características institucionais específicas. [...]A natureza fortemente competitiva e expansionista do empreendimento capitalista implica que a inovação tecnológica tende a ser constante e difusa. Em segundo lugar, a economia é razoavelmente distinta, ou “insulada” das outras arenas sociais, em particular das instituições políticas. Dadas as altas taxas de inovação na esfera econômica, os relacionamentos econômicos têm considerável influência sobre outras instituições. Em terceiro lugar, a insulação do estado e da economia (que pode assumir muitas formas diversas) se fundamenta sobre a preeminência da propriedade privada dos meios de produção. [...] (GIDDENS, 1991, p. 62)

As sociedades capitalistas de Giddens devem ser relacionadas com as sociedades globalizadas explicadas no capítulo anterior, já que a globalização é uma

consequência do liberalismo capitalista e portanto a sua sociedade deve também ser considerada capitalista. Os fatores de competição no mercado, livre-comércio, industrialização e modernização caracterizam a sociedade capitalista e descrevem os maiores contrastes com o comunismo e as sociedades comunistas encontradas durante o período da Guerra Fria.

Os termos “comunismo” e “socialismo” se diferem de forma que o socialismo deve ser visto como um período de transição de uma sociedade capitalista para atingir o comunismo, e sendo o último um estágio da sociedade onde não há mais diferença entre o Estado, a propriedade privada e os indivíduos, gerando uma sociedade igualitária. De acordo com Marx e Engels (1998, p.81), “os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não tem interesses que os separem do proletariado em geral [...]”, e o que caracteriza o comunismo seria não a abolição da propriedade, mas sim da propriedade burguesa (MARX; ENGELS, 1998, p.85).

De tal forma, a partir da teoria de Marx, o proletariado seria dominante do Estado e das propriedades, e dessa forma o Estado deixaria de existir, já que a sociedade e o Estado seriam uma só coisa. Já a respeito do socialismo, é colocado no Dicionário de Política (1998):

[...] Em geral, o Socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos. [...] (SOCIALISMO, 1998, p.1196)

Existe discordância entre os autores que discutem a Guerra Fria e a URSS, alguns tratam a URSS e os países que seguem a sua influência como comunistas, e outros os tratam como socialistas. Independente disto, o que deve ser levado em conta é que os ideais da União Soviética e seus países satélites são contrários aos ideais da sociedade capitalista. E foi por essa oposição de ideias que a Guerra Fria teve seu início.

A Guerra Fria foi um período da história no qual o mundo se dividiu entre duas grandes zonas de influência e dois países: o capitalismo dos Estados Unidos e o comunismo da União Soviética. As zonas de influência dentro da Europa são as mais relevantes para o estudo do trabalho e portanto serão as mais abordadas. De maneira geral a Europa se dividiu em ocidental e oriental, a Europa Ocidental se encontrava sob influência capitalista norte americana e o lado da Europa Oriental sob influência soviética.

A Guerra Fria assentou-se, efetivamente, sobre o equilíbrio de poder. Contudo esse equilíbrio não se assemelhava ao do tradicional concerto europeu, pois os Estados Unidos e a União Soviética funcionavam como pólos de um sistema mundial de Estados. (MAGNOLI, 2013, p.97)

Tal período foi de imensa importância para a definição do mundo como conhecemos hoje. Não se sabe dizer com exatidão quando começou e terminou essa guerra, alguns historiadores colocam o seu início com a Doutrina Truman em 1947, alguns dizem que se iniciou ainda no final da Segunda Guerra Mundial, com os ataques a Hiroshima e Nagasaki e ainda há alguns que o colocam quando a Alemanha foi dividida em dois países, uma socialista e outra capitalista, em 1949. Assim como o seu início, há controvérsias quanto a data de seu fim, já que alguns estudiosos consideram o fim da Guerra Fria com um dos grandes marcos do fim do século XX e o maior marco da guerra em si, o muro de Berlim e sua queda em 1989, enquanto outros sustentam a ideia de que seu fim ocorreu com o dissolução da União Soviética em 1991.

Embora seu início e fim não sejam específicos, todos os ocorridos acima foram elementos cruciais para o estudo e entendimento do que foi esse período. Porque embora não tenha sido uma guerra convencional com homens feridos em batalhas longas e conflitos armados diretos entre as superpotências da Guerra Fria, ainda assim foi um dos maiores e importantes eventos do século XX e ainda mostra consequências mesmo décadas após o seu fim.

Após o fim da 2ª Guerra Mundial ocorreram as conferências de Yalta e Potsdam, que redefiniram a organização da Europa em termos geopolíticos. A conferência de Yalta, que ocorreu em fevereiro de 1945, logo no fim da guerra, ampliou os territórios sob influência soviética, incluindo a Polônia e a Romênia, além de confirmar a anexação dos estados Bálticos de 1939. A conferência de Potsdam,

de julho de 1945, teve como tema central a divisão da Alemanha derrotada dos nazistas, de tal forma, após a conferência foi decidido que a Alemanha seria dividida em quatro zonas de ocupação, administrada pelos vencedores da guerra³ (MAGNOLI, 2013).

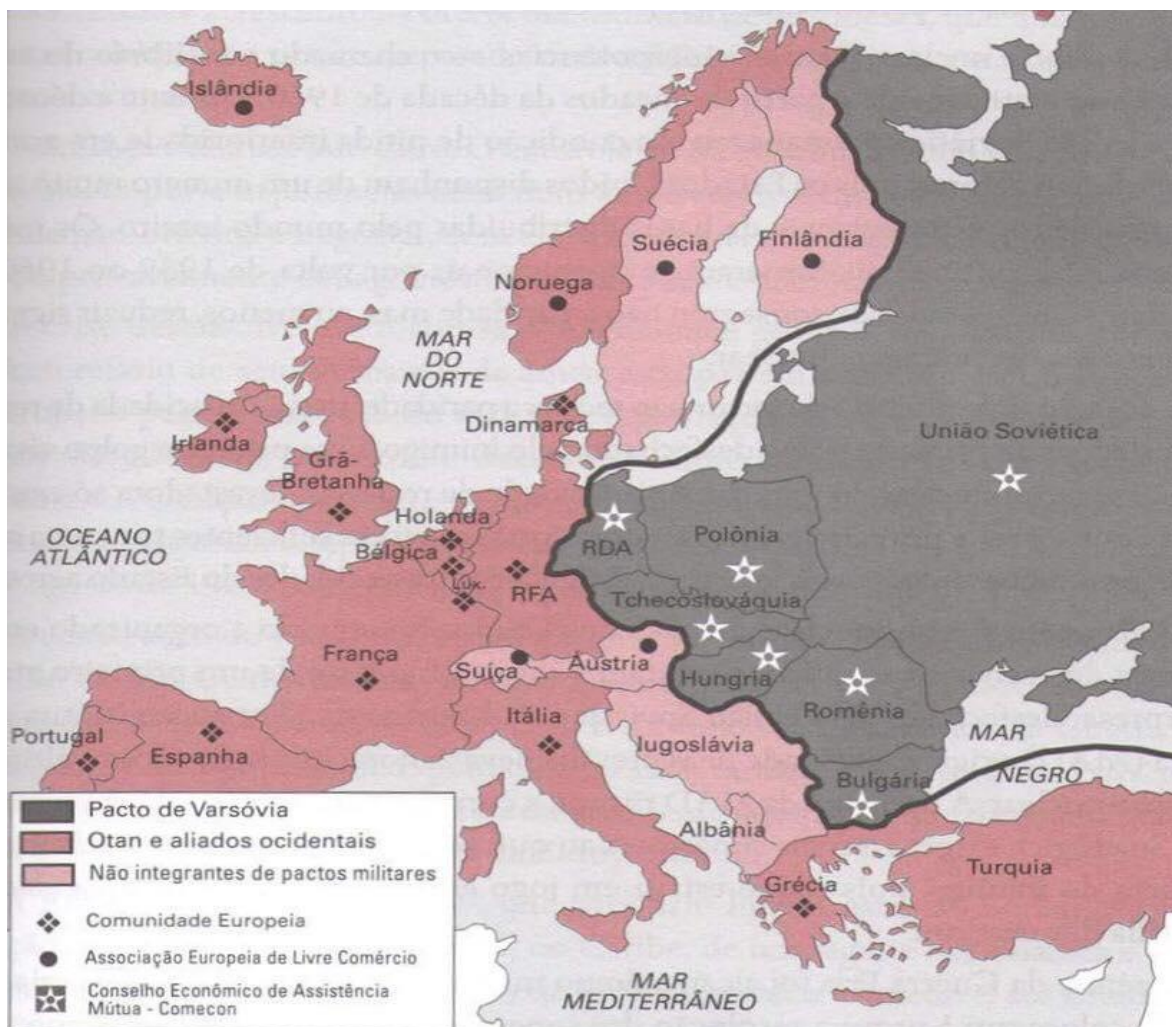
Podendo ser considerado como o início da Guerra Fria, a Doutrina Truman que data de março de 1947, se trata de uma política externa implantada pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que tinha como objetivo barrar a zona de influência comunista e impedir que essa alcançasse força mundialmente e principalmente que atingisse países que estavam sob influência direta dos EUA.

Um dos pontos dessa política foi o Plano Marshall, que daria apoio financeiro aos países da europa para a sua reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, esse Plano econômico tinha o objetivo de atingir principalmente os países da Europa Ocidental, que tinham maior proximidade geográfica com a URSS para que estes se mantivessem sob influência americana e não acabarem recorrendo ao bloco comunista para ajuda. Embora o programa visasse principalmente os países da Europa Ocidental, ele foi proposto para todos os países da europa, até mesmo os países do Leste Europeu e da União Soviética.

[...] É pouco provável que os congressistas americanos tivessem aprovado o programa caso os soviéticos viessem a aderir. Mas essa adesão parecia quase impossível em virtude da condição imposta de cooperação econômica supranacional. De qualquer modo, a ousada proposição colocava Washington na ofensiva diplomática, encurralando Moscou entre alternativas pouco palatáveis. Aderir significava, quase, abrir mão da muralha invisível que protegia a economia soviética da influência corrosiva do mercado capitalista. Recusar equivalia a assumir a responsabilidade pela divisão da Europa. (MAGNOLI, 2013, p.102)

³ Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética.

Figura 1 - Cenário europeu da Guerra Fria (1986)



Fonte: Foucher (1993 apud MAGNOLI, 2013, p.113).

Em 1949 foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), um tratado de cooperação militar entre os países capitalistas. Os países membros da OTAN se comprometiam a colaborar militarmente caso houvesse um ataque do lado soviético, e tinha como principal objetivo estabelecer uma aliança para promover a segurança coletiva. Da mesma forma, em 1955 a URSS criou seu próprio grupo de cooperação militar com o Pacto de Varsóvia, que incluía todos os países da Europa Oriental que estavam sob influência soviética, porém com objetivo mais de definir o bloco de países que seguiam Moscou. Tais grupos de cooperação militar marcaram de uma vez por todas a divisão da Europa e suas zonas de influência.

Figura 2 - Alemanha ocupada em 1945



Fonte: Duby (1997 apud MAGNOLI, 2013, p. 96).

O muro de Berlim, o maior símbolo da Guerra Fria, foi construído em 1961, durante a era Krushev⁴, no país também símbolo da guerra, a Alemanha. O muro tinha 45 metros de extensão e partiu a cidade de Berlim oficialmente em capitalista (ocidental) e socialista (oriental), sendo estas a República Federal da Alemanha (RFA) e a República Democrática da Alemanha (RDA). A divisão ocorreu após um período de crise no país, no qual profissionais qualificados estavam saindo do lado da Alemanha Oriental e migrando para a Alemanha Ocidental, em busca de uma melhor qualidade de vida. Portanto, a criação do muro tinha como interesse soviético barrar essa migração que ocorreu até 1961. A sua queda em novembro de 1989 foi um grande marco para o fim desse período de bipolaridade mundial, já que era o grande

⁴ Período de governo da União Soviética por Nikita Krushev entre 1956-1964.

símbolo da guerra, sua queda demonstrava o enfraquecimento do comunismo na Europa e a maior flexibilidade com a oposição dentro da URSS.

A corrida armamentista e tecnológica pode ser relacionada com o desenvolvimento de novas armas e principalmente com o desenvolvimento de armas nucleares cada vez mais potentes e destrutivas além de ter o lançamento de foguetes e satélites pelos dois pólos de poder da época como pontos altos do período da Guerra Fria. Diversos satélites foram enviados ao espaço durante o período da guerra, e pode-se dizer que foi um momento fundamental para o desenvolvimento dos estudos siderais, e esse desenvolvimento claramente demonstrava uma superioridade de poder daquele que exercesse maior domínio sobre o espaço.

O primeiro país a demonstrar tal poder foi a URSS com o envio do Sputnik 1 e 2 em 1957, o segundo ainda mundialmente conhecido por ter sido o primeiro satélite com a presença de um ser vivo, a cachorrinha Laika. Depois em 1961, os soviéticos lançaram o primeiro foguete pilotado por um humano, o Vostok, fazendo com que os EUA, que até então se via como o mais poderoso e desenvolvido entre as partes se sentisse ameaçado.

Como uma forma de contra-ataque, os EUA promete a partir de um discurso emblemático proferido por John Kennedy em 1961 que levaria um astronauta americano à lua dentro de uma década. Assim como prometido, em 20 de julho de 1969 a NASA envia Apollo-11 à Lua, com o astronauta Neil Armstrong e o piloto Edwin Aldrin. Ainda há controvérsias sobre a “conquista” da lua pelos americanos, e sobre a quantidade de investimentos que foram gastos durante essa época de corrida espacial, se discute se realmente era necessário tanto gasto apenas para se mostrar superior ao resto do mundo, e a partir dessas críticas os programas espaciais dos dois lados perdeu um pouco de seu apelo ao público.

É claro que havia na corrida espacial um forte componente simbólico de prestígio e poder: quem primeiro dominasse o espaço teria comprovada sua maior capacidade científica e progresso e, portanto, provaria ao mundo que tinha o sistema mais perfeito, com maior capacidade de realizar os sonhos do homem. (ARBEX, 1997, p.59)

Além dessa corrida espacial, outro tópico que contou com grande desenvolvimento foi a espionagem, que na época era a maior fonte de informação do inimigo e foi tão característico desse período que está presente na maioria dos filmes, livros, documentários e séries que falam sobre a época. Faziam parte do trabalho de

um espião, que eram treinados durante anos pelos dois principais países, coletar informações, praticar chantagem, assassinatos, sabotagens, entre outros. Do lado soviético havia a KGB, sob o comando de Josef Stalin até a sua morte em 1953 e depois pelos seus sucessores e do lado americano havia a CIA, que durante um período da década de 50 iniciou uma “caça às bruxas” para perseguir possíveis espiões soviéticos.

Os especialistas em questões militares sabem que, durante uma guerra, é muito importante conhecer a força real do exército inimigo, seu poder de fogo, sua capacitação tecnológica, sua estratégia de mobilização e ataque, o moral de suas tropas, o tamanho de seus suprimentos de armas, combustível, água e alimentos, os padrões de comportamento de seu povo ao longo da história, e os diversos lados do jogo político na cúpula do poder. Todos esses detalhes contribuem para levar um exército à vitória ou à derrota. Somente um bom espião, infiltrado nas fileiras do inimigo, pode obter algumas dessas informações. (ARBEX, 1997, p.66)

A crise dos mísseis de Cuba em 1962 foi um dos acontecimentos de maior relevância da Guerra Fria, pode-se dizer que foi o momento que o mundo mais se aproximou de realmente iniciar uma guerra militar. A tensão entre os EUA e a URSS era constante, com a corrida espacial e armamentista, ambos os lados estavam em alerta a todo o tempo e prontos para contra-atacar assim que o outro iniciasse o conflito. Com medo de uma invasão americana, Cuba pediu ajuda à União Soviética que enviou técnicos militares e mísseis para serem usados caso a invasão se efetivasse (MAGNOLI, 2013).

A instalação dessa base nuclear foi detectada por aviões de espionagem americanos e a partir desse momento a tensão entre os dois lados foi ao extremo. Com grande esforço do campo diplomático das duas partes uma guerra nuclear foi evitada, porém por duas semanas o mundo viveu em constante medo do que poderia acontecer. A partir de resolução diplomática, a URSS acordou em retirar sua base nuclear de Cuba assim como os EUA acordaram em retirar a sua base da Turquia, que foi um dos motivos da instalação militar da URSS em Cuba, com a intervenção em Cuba, os soviéticos queriam demonstrar o seu descontentamento com o ato dos EUA e também demonstrar o seu poder militar.

[...] Assim que a URSS adquiriu armas nucleares – quatro anos depois de Hiroshima no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois

dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) – as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. Não está muito claro se chegaram a considerar seriamente a possibilidade de uma ação nuclear contra terceiros [...] mas de todo modo as armas não foram usadas. Contudo, ambos usaram a ameaça nuclear, quase com certeza sem intenção de cumpri-la, em algumas ocasiões [...] (HOBSBAWM, 1995, p.227).

Esse entendimento entre as superpotências de não uso de seu arsenal nuclear foi o chamado de Destruição Mútua Garantida, e sua teoria se baseava no fato de que após a União Soviética demonstrar o seu poder destrutivo, a maioria das pessoas acreditava que deveria haver a dissuasão nuclear tendo em vista o alto nível de vítimas civis que sofreriam caso uma guerra se iniciasse (KISSINGER, 2012). Nesse momento o mundo vivia sob um equilíbrio de poder, já que ambas as partes já haviam demonstrado que tinham poder para destruir a outra.

Contudo, a Guerra Fria não foi apenas uma corrida militar e espacial, o grande objeto da guerra era a oposição de ideologias entre as partes, de um lado o capitalismo, que pregava a liberdade econômica, os bens privados e a não intervenção do Estado na economia, e do outro o comunismo soviético, com ideais de uma sociedade igualitária, no qual não importava o individual, apenas o coletivo. E tendo em vista essa divergência ideológica, durante o período da Guerra Fria, as superpotências queriam demonstrar a sua superioridade para as suas sociedades e mostrar que viviam diante das melhores condições, independente do lado. Para tentar garantir a sua influência ideológica uma importante arma usada na época era a mídia, uma propaganda que podia ser transmitida de diversas formas, seja por meio de cartazes que eram colocados nas ruas das cidades, comerciais que expressavam as maiores qualidades das políticas exercidas e principalmente que mostravam quão superior essa política era em relação à oposição.

Esse processo de propaganda ideológica teve grande impacto no desenvolvimento cultural e social dos Estados no momento da guerra.

No âmbito econômico, em 1949 foi criado a Comecon⁵, com finalidade de integrar o Leste Europeu e acelerar a organização da divisão internacional do trabalho nos países soviéticos (MAGNOLI, 2013) mantendo os países do bloco soviético independentes do comércio ocidental capitalista.

⁵ Council for mutual economic assistance ou Conselho para assistência econômica mútua.

Em 1953, o comércio intrabloco atingiu dois terços do intercâmbio externo total dos países do Leste Europeu. Em 1956, em seu ponto mais baixo, ele ainda representava 55% do total e, nos anos seguintes, estabilizou-se no patamar de cerca de 60%. A parcela das economias capitalistas desenvolvidas no intercâmbio dos países do Leste Europeu oscilou, de modo geral, em torno do patamar de 20% (BRUS, 1986 apud MAGNOLI, 2013, p.148)

Assim como o bloco soviético, o grupo dos países capitalistas criaram em 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) no âmbito de integração econômica. Porém, a criação da CECA tinha outra motivação em sua criação, o bloco nasceu do medo da França de uma Alemanha novamente poderosa e que pudesse gerar uma outra guerra. A CECA foi a precursora do que chamamos hoje de União Europeia, embora até chegar nesse estágio de integração que conhecemos hoje tenha passado por várias etapas, que serão discutidas mais à frente.

O último acontecimento a ser explicado aqui é a dissolução do bloco soviético e para compreender esse momento é necessário entender a conjuntura política e econômica do período. Na década de 80, a URSS vinha sofrendo de uma crise econômica que na época não eram tratadas como reais e não eram discutidas na mídia soviética. Porém essa crise era real, e mostrava de forma clara que alguns aspectos do sistema utilizado na União eram falhos e estavam obsoletos. Havia uma alta taxa de desempregados, embora “oficialmente” não existisse desemprego, uma grande taxa da população ativa estava sem trabalho, isso porque as indústrias tinham tecnologias arcaicas e os níveis de produção estavam em queda.

As filas para distribuição de bens essenciais como pão e leite eram enormes e estes eram insuficientes, a população estava passando fome, faltavam serviços, médicos, luz e água em várias partes da URSS. Junto com essa crise econômica vinha uma crise política, com inúmeras rebeliões e oposição crescente (ARBEX, 1997).

Foi com esse contexto que em 1985 Mikhail Gorbachev entrou no poder, um chefe de linha branda, comparado a Brejnev⁶, por exemplo. Gorbachev instaurou duas políticas que ficaram mundialmente famosas por trazer uma nova esperança para a URSS, a glasnost e a perestroika. Explicando estes termos de forma elementar, a primeira política significa “transparência”, e com isso Gorbachev queria criar uma aproximação entre o governo e a sociedade soviética, com a abolição da censura e

⁶ Leonid Brejnev - governante da URSS entre 1964 e 1982.

uma maior liberdade para discutir os problemas existentes que até então eram mantidos como secretos. A segunda política significa “reconstrução”, tal conceito vinha para tentar resgatar a URSS da sua então crise econômica, com uma maior liberdade do Estado para assuntos econômicos, como a iniciativa de menor intervenção do Estado frente à vontade inovadora de alguns empreendedores. Após a implementação dessas políticas foi fácil para a oposição se fortalecer e começar a tomar conta do parlamento soviético, levando rapidamente a independência de alguns países do domínio soviético e em 1991 ao fim da União Soviética e a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que foi um dos marcos do fim da Guerra Fria.

Essa cooperação entre os EUA e a URSS já havia sido tentada por Reagan em 1981, quando Reagan envia uma carta à Brejnev com objetivo de eliminar as desconfianças entre as duas partes e tentando de alguma forma garantir que os EUA não estava interessado em ameaçar a segurança do mundo. Reagan continuou tentando estabelecer contato com os próximos governantes soviéticos após a morte de Brejnev, e mesmo com diversas controvérsias em seus discursos, finalmente em 1985 se encontra com Gorbachev (KISSINGER, 2012).

Começando com Brejnev, sempre sonhei encontrar-me a sós com um líder soviético, pois acreditava que talvez pudéssemos realizar coisas que os diplomatas dos nossos países não podiam por não terem a autoridade. Em outras palavras, senti que se tivéssemos as pessoas mais importantes negociando e conversando em uma reunião de cúpula e, então, os dois emergissem de braços dados dizendo: “Concordamos com o seguinte”, os burocratas não conseguiriam estragar completamente o acordo. Até Gorbachev, jamais tive a oportunidade para testar minha ideia. Agora é a minha chance. (REAGAN, 1990 apud KISSINGER, 2012, p.721)

A interação entre Estados Unidos e União Soviética veio a calhar para ambas as partes, já que os soviéticos vinham de um período de crise e a hegemonia dos EUA já não era a mesma do princípio da guerra. O dólar tinha se desvalorizado e até mesmo em questões militares, a hegemonia se encontrava fragilizada, como se pode ver durante a Guerra do Golfo de 1991, que foi financiada principalmente por países que apoiavam os EUA, e não pelo próprio país.

As mudanças que o mundo passou durante o século XX tornaram insustentável a permanência da ordem bipolar que o mundo viveu durante a Guerra Fria.

A Guerra Fria começou numa época em que os Estados Unidos esperavam uma era de paz. E terminou num momento em que os Estados Unidos preparavam-se para uma nova era de longo conflito. O império soviético desmoronou ainda mais repentinamente do que havia irrompido além de suas fronteiras; com a mesma rapidez, os Estados Unidos mudaram de atitude em relação à Rússia, passando, em questão de meses, da hostilidade à amizade. (KISSINGER, 2012, p.713)

Após o período da Guerra Fria, o mundo se deparou com um sistema multipolar⁷, com a presença de várias potências mundiais e regionais, que possuem sua zona de influência econômica, política e cultural, acabando com a hegemonia das duas superpotência do século XX. Movimentos de integração regional também se tornaram cada vez mais comuns e é dessa forma que blocos econômicos viraram a base das relações econômicas de um país.

Foi a partir do fim da Guerra Fria e da supremacia da União Soviética no Leste Europeu que este encontrou espaço para se colocar no cenário internacional.

3.2 MOVIMENTOS NACIONALISTAS

A implantação de um sistema socialista no Leste Europeu se deu de forma diferente em cada país e com Stalin no poder, a supremacia da União Soviética se solidificou na Europa Oriental. Os “czares vermelhos” ou “Império Vermelho” consolidaram o poder comunista na URSS, utilizando a política de “socialismo num só país”⁸ (MAGNOLI, 2013).

[...] o processo de transição no Leste Europeu atravessou três etapas políticas. A primeira caracterizou-se pela formação de governos de coalizão, nos moldes definidos em Yalta. A segunda, deflagrada pelo discurso de Churchill e pela Doutrina Truman, consistiu na supressão dos parceiros não socialistas e no estreitamento das coalizões. A terceira, impulsionada pelo lançamento do Plano Marshall, conduziu à absorção dos partidos social democratas ou a fusão entre comunistas e social democratas, resultando em regimes completamente alinhados a Moscou. Nas fases intermediárias e final, a intimidação, os expurgos e o terror funcionaram como método político decisivo. (MAGNOLI, 2013, p.110)

⁷ Depende da perspectiva adotada, alguns autores consideram essa realidade a partir de outra ótica, como é o caso de Samuel Huntington, que determina o mundo como uni-multipolar.

⁸ Teoria que coloca que a URSS deve centralizar seu poder e se reforçar internamente para obter maior êxito de maneira externa.

Em setembro de 1947, os partidos comunistas dos seguintes países europeus criam um órgão de ligação entre os partidos: URSS, Polônia, Bulgária, Romênia, Hungria, Iugoslávia, França, Tchecoslováquia e Itália. Tal órgão era chamado de *Kominform* e deve ser considerado como uma ferramenta de política dos soviéticos, para fortalecer a zona de influência soviética (VAÍSSE, 2013).

Sob o governo do marechal Tito, a Iugoslávia se recusou a seguir o alinhamento com Moscou e rompe com as relações que haviam entre os dois, sendo assim acusado pelo *Kominform* de possuir uma política diferente da URSS. Por este motivo, Tito encerra sua participação em 1948.

Embora Tito seguisse as ideias marxistas, decidiu por não obedecer as ordens soviéticas e a Iugoslávia sempre foi um ponto frágil nas relações da União Soviética com seus países-satélites.

No ano de ruptura, cerca de 46% da corrente de comércio iugoslava realizava-se com a União Soviética. Em apenas um ano, essa parcela tombou para menos de 14%. No plano político, o combate ao “revisonismo titoísta” tornou-se missão prioritária do *Kominform*, o que deu origem a violentos episódios de expurgos nos partidos comunistas europeus. (MAGNOLI, 2013, p.147)

A existência de partidos comunistas no Leste Europeu na verdade era bem comum, a Iugoslávia mesmo tinha com Tito um partido político comunista no poder, porém cada partido tinha sua singularidade, e às vezes tentava alinhar sua política com os seus interesses nacionais, o que era considerado uma traição pelo *Kominform*.

O principal problema na linha de política comunista de Stalin, era que essa era completamente rígida e totalitária, e se baseava somente nos interesses soviéticos. Como coloca Hobsbawm (1995), todo regime de partido único tem implícito uma possibilidade de ditadura, e isso era exatamente o que o comunismo soviético buscava ser: um regime de partido único. As oposições que tentaram desafiar o partido comunista foram na maior parte das vezes destruídas pelos exércitos do Pacto de Varsóvia.

Sob o comando de Stalin, a União Soviética demarcou a fronteira invisível, conhecida como “cortina de ferro”, sem muitos problemas, já que o exército vermelho já ocupavam os países do Leste Europeu desde o fim da 2ª Guerra Mundial, substituindo o exército nazista. No entanto, quando chegou a hora de alinhar as políticas de tais países-satélites, os soviéticos enfrentaram dificuldades. Dois anos

após a guerra, apenas a Albânia e a Iugoslávia eram comunistas, e como já foi visto, a Iugoslávia de Tito era comunista porém seguia neutra às políticas soviéticas.

Os outros países que faziam parte do comunismo soviético como a Hungria, a Polônia e a Tchecoslováquia tinham partidos comunistas fortes, contudo esses não eram únicos e incontestados. Em países como a Hungria e a Tchecoslováquia existia um sistema multipartidário (KISSINGER, 2012).

Os novos regimes da década de 1940, não obstante na Europa tivessem se tornado possíveis, todos, pela vitória do Exército Vermelho, só em quatro casos foram impostos exclusivamente pela força das armas: na Polônia; na parte ocupada da Alemanha; na Romênia [...]; e, substancialmente, na Hungria. Na Iugoslávia e Albânia foi muito mais um produto doméstico; na Tchecoslováquia os 40% de votos do Partido Comunista em 1947 quase certamente refletiam uma verdadeira força na época [...] (HOBBSAWM, 1995, p.385)

De certa forma, mesmo sendo aplicado o regime comunista de maneira forçada, é possível dizer que no princípio o sistema tinha alguma legitimidade. As promessas de industrialização do comunismo soviético eram apreciadas nos países do Leste Europeu, que vinham de momentos difíceis do pós-guerra.

A realização da promessa de industrialização pode ter sido um dos motivos que manteve o regime comunista soviético presente por tantos anos, porém em algum momento, quando esse desenvolvimento se tornou obsoleto, a vontade de mudança cresceu nos países-satélites soviéticos. É verdade que a industrialização trouxe um certo crescimento para os países da Europa Oriental, além de diminuir o desemprego, porém os investimentos feitos no início do regime acabaram ficando obsoletos e não houveram novos investimentos para continuar o desenvolvimento das economias dos países-satélites, causando assim uma crise das décadas futuras da implementação do regime.

Os grandes problemas da industrialização na Hungria por exemplo, eram que em primeiro lugar o país não possuía matéria-prima suficiente para sustentar a produção e, precisava então importar, o que gerava maior gasto para a produção de bens. Em segundo lugar, os cargos de diretores das fábricas estavam em mãos de pessoas que não tinham experiência mas que eram confiáveis aos soviéticos, e dessa forma não tinham conhecimento do que deveria ser feito. E em terceiro lugar, a falta de concorrência fazia com que as fábricas se dessem por satisfeitas com seus produtos e se preocupassem com a inovação, pois o consumidor não tinha escolha

de compra (SZABO, 2006). A concorrência traz o desenvolvimento de tecnologias e maiores oportunidades para o consumidor, o que não existia na economia soviética dos anos 50.

As mudanças positivas não foram apenas no âmbito da modernização, a educação e o esporte por exemplo tiveram melhoras significativas na Hungria nos primeiros momentos do comunismo. A educação entretanto, pode ser considerada como controversa já que aumentou-se o número de alunos, pessoas que antes não tinham condições de pagar um ensino poderiam usufruir de escolas gratuitas e com isso, uma melhora quantitativa do ensino, porém a educação era voltada completamente para a formação marxista, de forma que os educadores não tinham liberdade para agir de maneira diferente.

Em suma, o sistema soviético foi projetado para industrializar o mais rápido possível um país muito atrasado e subdesenvolvido, na suposição de que seu povo se satisfaria com um padrão de vida que garantisse um mínimo social e um padrão de vida material pouco acima da subsistência [...] Apesar da ineficiência e desperdício, atingiu esses objetivos [...] A Rússia se transformara numa grande potência industrial, e na verdade seu status de superpotência, mantido por quase meio século, apoiou-se nesse sucesso (HOBSBAWM, 1995, p.375)

Outra característica presente no regime comunista soviético é o uso da censura. O desenvolvimento cultural na época da Guerra Fria no lado soviético foi em grande parte barrado pela censura. Era liberado apenas aquilo que estivesse de acordo com os ideais soviéticos. Por esse motivo não houve muita produção cultural no período.

Sob o governo de Mátyás Rakósi, do Partido dos Trabalhadores da Hungria, o país viveu momentos de grande repressão e restrição, a liberdade não existia. O comunismo de Stalin colocou os países-satélites isolados do resto do mundo, para que não houvesse comparações com o lado ocidental. Não era possível obter informações sobre o modo de vida capitalista e assim, os soviéticos se preveniam de contestações das políticas tomadas nos países comunistas.

O pluripartidarismo foi eliminado e a tomada de poder pelo partido era justificada de modo que o país deveria aceitar o regime comunista como uma política superior, tendo em vista o crescimento e uma melhor qualidade de vida (SZABO, 2006).

Por ser seguidor de Stalin, a era de Rakósi foi a de maior alinhamento com a URSS e isso foi declarado pelo próprio governante diversas vezes durante discursos.

A forma de governo totalitária de Rakósi e a forma que o regime soviético foi imposta no país trouxe insatisfação de parte da população, que acabaria tentando uma revolução em 1956.

Os tanques soviéticos trouxeram não apenas os vencedores da guerra, mas também um novo sistema social. A implantação do socialismo na Hungria não se deu a partir de um movimento de massa autóctone (como na Rússia) ou em um país que antes da Guerra já tinha, em termos relativos da Europa Oriental, um nível industrial razoável, um movimento operário forte e um partido comunista consolidado e influente (como a Tchecoslováquia). O fato de o socialismo ter chegado à Hungria de fora (ainda mais por meio de tanques) não poderia deixar de ter conseqüências importantes na maneira como esse sistema seria absorvido pela população. [...] (SZABO, 2006, p.13)

As amostras positivas do regime comunista não demoraram a encontrar um fim, as melhorias eram controversas, da mesma forma que ocorreu na educação. Havia mais trabalho e o desemprego não existia em termos teóricos, mas as condições de trabalho eram precárias, não havia boa higiene pessoal, não eram oferecidos banheiros suficientes e os operários trabalhavam muito mais do que podiam para alcançar as metas colocadas pelo governo. É verdade, não havia o desemprego, mas ser empregado em tais condições era realmente melhor? Além de ganhar pouco, apenas o suficiente para sobreviver, os operários não recebiam em datas comemorativas⁹ e mesmo assim tinham que trabalhar.

As características da economia stalinista eram semelhantes em todos os países que estavam sob influência do regime comunista. Além da Hungria, toda a região socialista se encontrava em um universo próprio e independente do mundo capitalista.

Durante o período de reinado da URSS, a economia se baseava quase que inteiramente dentro do bloco, havendo poucas relações com qualquer outro país, seja ele capitalista ou neutro. Além das escassas relações no âmbito econômico, as relações individuais eram quase impossíveis, de forma que a saída de um cidadão do lado soviético para o lado Ocidental, mesmo que para o turismo, era extremamente difícil. Tal movimentação dos cidadãos só poderia haver com o consentimento do governo e este não estava disposto a expor seu povo ao modo de vida Ocidental.

⁹ Datas comemorativas todas ligadas à dias de sucesso da União Soviética, como por exemplo o dia de aniversário da revolução soviética (SZABO, 2006).

O sistema soviético assegurou o mínimo a toda população, em todos os países tinha trabalho, comida, roupa, moradia, assistência médica e educação para todos. Embora, como já foi dito previamente, essa segurança era questionável, pois embora todos tivessem direito ao que era necessário para viver, esse direito era garantido minimamente, só era oferecido o mínimo. Esse modelo poderia ser considerado um sistema de certa forma igualitário, mas isso não significa que todos viviam de forma espetacular.

A modernização prometida pelos soviéticos trouxe sérios problemas para o setor agricultor nos países-satélites, que tiveram seus campos estatizados e sua produção para o consumo individual ou familiar substituídas pela produção em larga escala. Os camponeses, que eram a maior parte da população, não foram capazes de aproveitar os pontos positivos que a industrialização trazia e portanto foram os que mais viam negatividade no programa econômico soviético.

Em março de 1948, empresas com mais de cem funcionários são estatizadas, o que significa, na prática, a implantação da economia estatal. A imprensa é censurada, as organizações que poderiam expressar as opiniões da sociedade civil têm sua atuação restrita. Não poderia haver mais dúvidas de que o país adotava o modelo soviético [...] (SZABO, 2006, p.18)

A forte fase de industrialização trouxe grande importância para a classe operária. De tal forma, com a insatisfação das políticas econômicas soviéticas pela classe operária, constituída dos trabalhadores das fábricas e dos camponeses, os governos não tiveram escolha senão atender alguns chamados do povo. Na Polônia, a agricultura foi descoletivizada, e embora esse não fosse o único problema das economias, levou a um maior reconhecimento da classe operária.

Com a morte de Stalin em 5 de março de 1953, as coisas começam a mudar na União Soviética e nos seus países-satélites. Há historiadores que digam que a morte de Stalin foi o começo do fim da URSS e deve-se concordar que se não fosse uma figura tão emblemática e poderosa como Stalin, a União Soviética não teria chegado onde chegou. Quando se fala em termos de Guerra Fria e também quando se fala em alinhamento dos países-satélites ao regime comunista soviético, percebemos que suas políticas eram autoritárias e seu governo não era aceito por todos. Pela imponência do governo de Stalin, antes de sua morte, uma aliança formal militar foi entendida como desnecessária.

Dessa maneira, durante o governo de Nikita Krushev, sucessor de Stalin, houve a chamada “desestalinização” política e econômica da URSS, que foi declarada oficialmente durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Durante esse congresso, Krushev declarou através de um relatório que condenava os excessos e os crimes de Stalin. No relatório, Krushev reconhece os feitos de Stalin, principalmente a industrialização promovida pelo mesmo, mas anuncia que Stalin abusou de seu poder de forma ilegal, promovendo execuções, tortura e perseguição da oposição e inocentes, alegando que estes eram “inimigos do povo” (SEGRILLO, 2006). Essa desestalinização proposta por Krushev veio com novos governos não só na União, mas também nos países-satélites soviéticos. O primeiro grande feito da “desestalinização” de Krushev foi a criação em 1955 do Pacto de Varsóvia, que promoveu uma regulação intrabloco e que de certa forma devolveu um pouco da soberania dos países do Leste Europeu, já que não estavam mais sob a constante e direta intervenção dos exércitos vermelhos de Stalin.

No âmbito dos países-satélites, a insatisfação com o regime era evidente. De tal forma, a primeira revolta ocorreu na Polônia em junho de 1956, na cidade industrial de Poznan, onde a rebelião buscava mostrar a sua insatisfação com as condições de vida e maior liberdade política. Esse primeiro levante de junho foi sufocado pela URSS, causou a morte de dezenas de pessoas, e muitas outras ficaram feridas. Porém sem desistir, em outubro do mesmo ano o Partido Comunista Polonês começa a apoiar um comunismo nacionalista, e desse modo colocam Gomulka no poder, que alega que o país iria seguir um “caminho nacional rumo ao socialismo” (KISSINGER, 2012). O distanciamento das políticas de Moscou por fim foi aceito pela URSS com a promessa de que seria mantido o sistema socialista e que o país não sairia do Pacto de Varsóvia.

A permissão de Moscou do comunismo nacionalista polonês pode ser entendido por alguns motivos. Primeiramente, porque a rebelião ocorreu em um país com mais de 30 milhões de habitantes, que já eram conhecidos pela União Soviética pela sua resistência e coragem. Segundo, porque a Polônia tinha o apoio dos chineses. E terceiro, porque uma revolta ainda pior estava acontecendo em um outro país-satélite de Moscou, a Hungria.

Esse momento de comunismo nacionalista de Gomulka marcava de maneira ou de outra o fim do stalinismo no país, e embora o governo de Gomulka depois se

mostre opressor, naquele momento marcou uma mudança positiva na independência da Polônia diante da URSS (HOBSBAWM, 1995; KISSINGER, 2012).

[...] Gomulka foi oficializado como primeiro secretário do partido, os soviéticos reconheceram que os poloneses administrassem internamente seus assuntos como bem entendessem (liberdade na escolha do líder, descoletivização da agricultura, entendimento com a Igreja Católica etc.), desde que se mantivessem no âmbito do socialismo e dentro do Pacto de Varsóvia. A chamada solução polonesa (autonomia interna, com alinhamento externo ao campo do socialismo real) seria considerada uma grande vitória para Gomulka e para o chamado comunismo nacionalista (a la Tito), e serviria de grande incentivo para a eclosão explosiva do autonomismo na Hungria dali a alguns dias. (SEGRILLO, 2006, p.57)

Na Hungria, as coisas começaram a se movimentar com a retirada de Rakósi do poder e a sua substituição por Imre Nagy em 1953, após um longo período de insatisfação da população húngara. Porém, embora Nagy estivesse como primeiro-ministro, Rakósi continuava a ter grande poder dentro do partido e como já foi dito anteriormente, Rakósi era um discípulo de Stalin, enquanto Nagy era um comunista reformista, que visava o nacionalismo. Por este motivo, durante o período que Nagy ficou no poder, tentou priorizar os interesses nacionais e pregava uma política de “comunismo democrático”, o que agrada a população. Nagy coopera com os agricultores individuais, apoia a iniciativa privada, declara que a classe intelectual deve voltar a ser valorizada e promete maior liberdade em questões religiosas. Com tais iniciativas Nagy tenta resgatar a Hungria da crise econômica e social que vinha vivendo durante os últimos anos com Rakósi.

Apesar do esforços de Nagy, os resultados não são os esperados e embora tivesse o apoio popular, suas medidas trouxeram novos problemas à Hungria, que em janeiro de 1955 durante uma cúpula com Moscou é acusado de trair os interesses da União Soviética, além de ser acusado de ir contra os valores do partido e do marxismo em si. Tudo isso, somado de problemas de saúde fazem com que em abril de 1955 Nagy seja expulso das suas funções do partido e seu cargo de primeiro-ministro substituído por András Hegédus, que era porém completamente subordinado de Rakósi e em novembro de 1955 Nagy é expulso do partido (SZABA, 2006). Sob o comando de Rakósi novamente, o país voltou a vivenciar dias de censura e terror.

[...] os anos 1950 na Hungria são lembrados principalmente pelos atos repressivos, ilegais, cometidos contra a população. Instituiu-se um “terror em massa” que não respeitava os direitos humanos apontados pela ONU em dezembro de 1948, sendo suprimidas as principais liberdades básicas. Um slogan de época retrata bem a ideologia dominante: “quem não está conosco está contra nós”. (SZABO, 2006, p.27)

Com as acusações de Krushev no XX Congresso, as ações de Rakósi na Hungria foram classificadas como stalinistas e este foi substituído por Ernő Gerő, que embora também fosse stalinista, era considerado mais moderado que Rakósi. E por sua forma de governo, não foi capaz de impedir a revolta que tomou as ruas em 23 de outubro de 1956. Com as manifestações estudantis, o povo queria reformas que incluíam a maior liberdade de expressão, a retirada de tropas soviéticas do país, um julgamento para Rakósi e o retorno de Nagy. Este último se tornando o símbolo da revolução húngara. Kissinger (2012, p.513) coloca que “ao contrário do povo polonês, os húngaros exigiam, não a liberalização do regime comunista, mas sua destruição; não a igualdade com a URSS, mas o rompimento total com ela”.

Já no dia 24 de outubro, com as manifestações ainda mais acentuadas, Nagy retorna ao poder mas isso não é o suficiente para cessar as manifestações, que nesse momento já estavam não só na capital em Budapeste, mas no país todo. Em 28 de outubro, os manifestantes já haviam ocupado prédios públicos, incendiaram documentos, as fábricas foram tomadas por movimentos operários e os rebeldes exigiam a retirada das tropas soviéticas de toda a Hungria, um sistema multipartidário e a retirada do país do Pacto de Varsóvia, o que era muito mais ousado do que já havia sido tentado anteriormente pela Polônia.

Mesmo sob o comando de Nagy reformista nacionalista, o país ainda estava sob domínio do comunismo, o que ainda causava desconforto em muitos, que queriam a mudança total do regime. Mesmo assim, tentando satisfazer os anseios nacionais, Nagy em 30 de outubro aboliu o sistema unipartidário e realizou a coalizão entre os partidos democráticos; no dia 1º de novembro, Nagy anuncia a neutralidade da Hungria e a sua saída do Pacto de Varsóvia.

O governo nacional húngaro, imbuído de profunda responsabilidade para com o povo húngaro e sua história, e expressando a vontade unida de milhões de húngaros, declara a neutralidade da República Popular da Hungria. O povo húngaro, com independência e igualdade, e de acordo com o espírito da Carta das Nações Unidas, deseja viver

amistosamente com seus vizinhos, com a União Soviética e com todos os povos do mundo. O povo húngaro deseja a consolidação e o desenvolvimento contínuo das realizações da sua revolução nacional sem associar-se a quaisquer blocos de poder. (NAGY apud ZINNER, 1956, p.463)

Isso a União Soviética já não podia permitir, a revolução foi massacrada pelo Pacto de Varsóvia, ao fim da revolução havia cerca de 20 mil mortos e 160 mil exilados (MAGNOLI, 2013). Nagy foi substituído por Janos Kadar, preso e dois anos após a revolução, foi executado. O pedido de reconhecimento pela ONU da neutralidade da Hungria nunca se efetivou e nenhum outro país se envolveu no caso mesmo com o pedido de intervenção da Hungria pela ONU.

O silêncio da ONU e dos países ocidentais em geral pode ser explicado por dois motivos principais. Em primeiro lugar, os Estados Unidos, que se manteve neutro durante todo o período da rebelião não queria se envolver no conflito e arriscar iniciar uma guerra nuclear com a URSS, já que a revolução ocorreu em meio do contexto histórico da Guerra Fria e durante nenhum momento da guerra um tentou invadir a zona de influência do outro. Além disso, as perdas que os EUA teriam com essa intervenção não valia a pena economicamente, já que os países do Leste Europeu não tinham economias muito desenvolvidas e nem um mercado pronto para receber o capitalismo americano. Em segundo lugar, ao mesmo tempo que ocorria a revolução nacionalista na Hungria, o mundo estava passando por uma crise ainda maior, a crise de Suez¹⁰, que por se tratar de possíveis mudanças no comércio de um dos insumos mais importantes do mundo, o petróleo, tinha a atenção tanto dos Estados Unidos quanto da URSS, e claro, da ONU, que não podia se dar o trabalho de resolver a questão húngara naquele momento.

[...]A atitude dos Estados Unidos e da ONU, em relação à Hungria, poderia ter sido mais coerente com a reação a Suez. Mas, ao contrário, os americanos e seus aliados agiram como meros espectadores, sem risco direto no resultado. As democracias não podiam ir à guerra pela Hungria, mas poderiam ter levantado o fantasma dos custos políticos e econômicos de uma repressão soviética. Da maneira como foi, o

¹⁰ A crise ocorreu após o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizar o Canal de Suez, que era privatizado e pertencia principalmente à Grã-Bretanha e França. O canal é a única ligação do Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho, e principal canal para passagem de petróleo. Temendo o bloqueio do canal por Nasser, a Grã-Bretanha e a França, junto com Israel invadem a região do Sinai, o que não é bem visto pela ONU que pede para os países retirarem as suas tropas da região.

Kremlin não pagou por seus atos, nem mesmo economicamente. (KISSINGER, 2012, p.515)

Embora não fosse de interesse dos países capitalistas intervir na região pelas justificativas supracitados, não se pode negar que o desprezo do mundo a respeito da revolução húngara fez com que as consequências fossem as piores possíveis. As milhares de mortes durante o período podem e devem ser relacionadas com o descaso da ONU perante a situação.

O ocorrido na Tchecoslováquia começou com a ascensão de Alexander Dubcek no poder, em 1968. Dubcek era eslovaco e estes, mesmo os dos partidos comunistas, tendiam a apoiar a existência de uma oposição. De tal forma, houve maior liberdade de imprensa, restauração dos direitos civis, maior abertura política e uma flexibilidade do comunismo soviético.

As políticas adotadas por Dubcek criaram brechas para que houvesse manifestações reivindicando o pluripartidarismo, iniciadas por intelectuais e estudantes. As manifestações tiveram o apoio da Iugoslávia de Tito, e da Romênia que também começava a mostrar distanciamento de Moscou e uma política mais nacionalista com um novo líder político desde 1965 (MAGNOLI, 2013; HOBBSAWM,1995).

A partir das mudanças feitas por Dubcek, iniciaram-se as negociações entre Praga e Moscou que pareciam estar indo bem, já que Dubcek já havia declarado que não tinha intenção de se retirar do Pacto de Varsóvia e nem de conceder o pluripartidarismo pedido nas manifestações, como fizera a Hungria. Porém o que ocorreu na verdade foi o oposto da diplomacia que estava ocorrendo nas reuniões, já que em 20 de agosto o exército do Pacto de Varsóvia, sem o apoio da Romênia, invadiu o país e ocupou a capital, com o intuito de derrubar o regime de Praga imposto por Dubcek.

Encouraged by the virtual cessation of censorship and police surveillance, Czechoslovak society set about creating the socialist pluralism for which the Communist Party called in its April Action Programme. The media, the trade unions, the youth movement and other official bodies were reorganized and rejuvenated; Slovaks, national minorities and the churches made rapid strides; agrarian cooperatives and workers' control came on the agenda; and even 'non-party intellectuals', the victims of the Stalinist purges and the old Social Democratic Party began to organize. Caught between this tide of public enthusiasm and the suspicion of party conservatives, the Dubcek

leadership eventually allowed itself to be carried along by the former, despite clear Soviet backing for the conservatives and the ominous manoeuvres of the Warsaw military pact. (OKEY, 2004, p.212)

Embora não tenha ocorrido uma resistência armada como na Hungria, que causou a morte de milhares de pessoas, a Primavera de Praga, como foi chamada, foi um marco do início do fim da soberania soviética.

As manifestações iniciadas em 1956 pela Polônia e Hungria, somadas a Primavera de Praga de 1968 deram abertura para que outros países-satélites de Moscou buscassem também a ruptura dos regimes soviéticos. E foi pensando nisso que após o ocorrido em Praga, a União Soviética, sob a liderança de um novo governo, considerado stalinista, pela forte presença de repressão e imposição forçada de alinhamento dos países-satélites à Moscou, proclamou a chamada Doutrina Brejnev.

A Doutrina Brejnev conferia o papel de centro dirigente da União Soviética a Moscou e proibia a oposição aos fundamentos do regime socialista soviético, em linhas gerais a doutrina tinha como objetivo tentar conter essas forças nacionalistas que vinham acontecendo no Leste Europeu (MAGNOLI, 2013). De maneira opressiva e agressiva, pode-se dizer que esse foi o único motivo pela qual a União Soviética ainda durou mais de duas décadas após as revoluções de 1956 e 1968.

A Polônia, que nunca de fato aceitou o comunismo, viu sua influência retornar em 1970 com greves operárias organizadas por sindicatos independentes e clandestinos que conseguiram barrar o aumento dos preços. E novamente em 1980, com a volta do aumento geral dos preços, culminando na criação do sindicato independente, o Solidariedade, este exigia eleições e pluripartidarismo e diferente dos partidos reformistas da Tchecoslováquia e da Hungria, não vinha de uma vertente comunista.

A atuação do Solidariedade mostrou uma fraqueza do poder político polonês, porque esse tomou força de maneira rápida, o que gerou uma forte repressão ao sindicato. Entretanto essa repressão foi interna, e embora as cidades tenham sido ocupadas por exército e a prisão dos diretores do Solidariedade tenha ocorrido, todas as ações foram tomadas no âmbito interno, não houve invasão por meio de Moscou. O Solidariedade, de fato, não deixou de existir, porém após a repressão em 1981 atuou de forma ilegal na Polônia, e pode ser considerado um dos fatores que desembocou na dissolução da União Soviética anos depois.

Os movimentos nacionalistas do Leste Europeu, embora não tenham sucedido de forma prática na época, mostraram as fragilidades do regime soviético. Além de servir para mostrar a insatisfação dos países com as políticas principalmente econômicas e sociais, que se mostraram distantes das realidades que o regime pretendia alcançar. A propaganda soviética da industrialização e do fim da desigualdade na realidade tinham seus defeitos estruturais, que não era permitido se posicionar contra e a vontade de um novo regime mais liberal e democrático nos países-satélites de Moscou eram evidentes.

Isso pode ser visto novamente durante mais uma revolução desta vez em 1989, na então Tchecoslováquia, que levou à queda do comunismo no país. A chamada “Revolução de Veludo” que se iniciou nos dias 16 e 17 de novembro nas capitais de Praga e Bratislava, se alastraram por todo o país a partir de manifestações estudantis, que acabou com cerca de 600 feridos, felizmente ninguém morreu durante a revolta, e a oposição foi capaz de derrubar o governo comunista, com o poder do apoio nacional. E assim ocorreu sucessivamente com os outros países-satélites soviéticos.

3.3 EXISTE UMA IDENTIDADE CULTURAL NA REGIÃO?

Antes de discutir se há uma identidade cultural na região deve-se entender o conceito de identidade.

Segundo Castells (1999) se entende por identidade “a fonte de significado e experiência de um povo”. A identidade tem a ver com a cultura, com a tradição e com os aspectos coletivos de uma sociedade. Supõe-se na identidade, a criação de um significado, a partir de uma base de atributos culturais de um ou vários grupos e por esse motivo podem gerar identidades diferentes.

Entende-se que a identidade cultural está em constante mudança, já que depende do espaço-temporal e este é instável. Por estar sempre se transformando, pode-se dizer que a identidade está sempre em processo de formação, ela nunca realmente tem um fim, e dizer que a identidade é unificada e coerente deve ser considerada uma utopia (HALL, 2006).

A partir do conceito de identidade, podemos relacioná-lo com a nação e com o sentimento de identificação que são criados através da identidade cultural. Manuel Castells (1999) define nações como:

[...]comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados. O quanto essa história deve ser compartilhada para que uma determinada coletividade se transforme em nação varia conforme contextos e períodos, assim como variam os ingredientes que induzem a formação dessas comunidades[...] (CASTELLS, 1999, p.69)

Segundo Castells (1999), as nações e os Estados devem ser entendidos de maneiras distintas, com suas especificidades, já que cada uma pode compartilhar ou não da mesma perspectiva histórica. Dessa forma, de acordo com as ideias de Castells, nos dias atuais podemos encontrar nações em Estado, como por exemplo a Catalunha, Quebec e País Basco; Estados sem nação, como Cingapura e Taiwan; Estados plurinacionais, como Espanha, Reino Unido e a antiga União Soviética; Estados uninacionais como o Japão; Estados que compartilham uma nação, como é o caso da Coreia do Sul e Coreia do Norte; e nações que compartilham o mesmo Estado, como os irlandeses na Irlanda e no Reino Unido e os suecos na Suécia e na Finlândia. A partir disso se conclui então que a nacionalidade e a cidadania não são a mesma coisa, uma pode pertencer a outra mas não é uma regra.

A questão da identidade cultural então deve ser relacionada com a nação e não com o Estado. Já que diferente do Estado, a nação não é apenas uma entidade política, os indivíduos em uma nação não exercem apenas o papel de um cidadão legal, mas também compartilham de um sistema de representação cultural.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2006, p.47)

As culturas nacionais do lugar que nascemos ou que passamos um longo tempo são o que nos faz criar laços com aquele lugar e com as outras pessoas que vivem ali. O sentimento de pertencimento depende da identificação, ele pode vir no lugar onde nascemos, mas não é uma regra. É comum uma pessoa que nasce em um país mas com pouca idade se muda para outro lugar, e passa a maior parte da vida nesse lugar, se identificar mais com lugar onde passou maior parte do tempo, já que teve mais tempo para se acostumar com a cultura, a comida, o idioma, etc.

Também a respeito da nação, Anderson (2008, p.32) coloca que são “uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana”. De tal forma, Anderson considera como imaginada pois mesmo nas menores comunidades não se pode conhecer todos, mas mesmo assim os que ali vivem têm na sua mente a comunhão de todos, e compartilham do mesmo sentimento de identificação. A nação para o autor é limitada pois mesmo que seja a maior nação do mundo, com mais de um bilhão de pessoas ainda tem um território delimitado. E por fim considera a nação soberana pois essa é independente da religião, pode agir por si só.

A caracterização da identidade cultural então é extremamente complexa e depende de vários fatores. A particularização de uma tradição, um idioma, uma religião não existe na representação cultural de uma nação, já que não existe um só lugar que não haja diversidade, seja ela como for, principalmente em tempos modernos de globalização. A partir dessa complexidade de caracterização das culturas nacionais, Hall (2006, p.13) coloca que:

[...] a medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente.

A criação da cultura nacional, se dá segundo Hall (2006) a partir de cinco elementos principais: a narrativa da nação; a ênfase nas origens, continuidade, intemporalidade e tradição; a invenção da tradição; o mito fundacional; e a ideia de um povo puro ou original.

Na narrativa da nação, são contadas na literatura e na mídia, por exemplo, estórias, eventos históricos, símbolos e rituais que representam as experiências compartilhadas que dão razão à essa nação.

A “comunidade imaginada” que dá origem à nação, serve para tirar as pessoas da individualidade e colocá-las no espectro coletivo, que perdura além da existência individual e permanece através das gerações.

A ênfase nas origens, continuidade, intemporalidade e tradição se dá de modo que a existência da identidade nacional é garantida. Sua essência está sempre presente, mesmo que haja modificações conforme o tempo, a sua base permanece.

Sua primordialidade pode às vezes estar adormecida porém sempre pronta para reassumir sua existência (GELLNER, 1983 apud HALL, 2006).

A questão da tradição é importante para a caracterização da identidade cultural de uma nação. Porém esta tradição, diferente do que muitos pensam, não está necessariamente ligada à antiguidade, uma tradição está caracterizada pela presença de repetição e ritual, e essa não é obrigatoriamente resistente ao tempo. As tradições pertencentes ao modo de vida atual não são as mesmas de centenas de anos atrás, já que não são imutáveis, se desenvolvem de acordo com os costumes das sociedades. Além da mutação da tradição, uma outra característica a ser considerada é que as tradições foram criadas a partir de uma série de motivos e que nenhuma sociedade é completamente tradicional (GIDDENS, 2000).

Não devíamos partir do princípio de que a criação consciente da tradição se encontra apenas na história relativamente recente. Além disso, produto de elaboração consciente ou não, as tradições sempre incorporaram poder. Reis, imperadores, padres e outros, de há muito que inventam tradições para proveito próprio e como forma de legitimarem o respectivo poder. (GIDDENS, 2000, p.48)

Desse modo, o conjunto de práticas realizadas continuamente e de maneira simbólica, que busca implantar normas e valores na sociedade são associados automaticamente com um passado histórico que muitas vezes não é real.

A partir da narrativa de cultura nacional pode-se considerar um exemplo o mito fundacional que de acordo com Stuart Hall (2006, p.54) se trata de “uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não de um tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’”. O que compreende que as tradições inventadas, que foram explicadas acima acabam por confundir a história e às vezes modificá-la. Através do mito fundacional são oferecidas narrativas de histórias alternativas, que podem ter sido construídas, e não necessariamente conferem com a realidade.

A nação e sua identidade geralmente se baseia na adoção de um povo original, ou puro, que seriam os precedentes desta nação. Porém na realidade, esse povo não é o que é detentor do poder, já que pode ser derrubado pela existência de outros povos que podem ser de superioridade quantitativa na nação. É mito declarar que uma nação precede de um povo original e puro, porque não já uma nação que detenha apenas uma raça entre os seus indivíduos.

A partir desses elementos é definido uma etnia, que deve ser considerado como o conjunto de características culturais, como a religião, os costumes, as tradições e a língua que são compartilhados por um povo em uma nação (HALL, 2006).

As áreas que se separaram da antiga união soviética reafirmam suas identidades étnicas essenciais e reivindicam uma nacionalidade sustentado por "estórias" (algumas vezes extremamente duvidosas) de origem míticas, de ortodoxia religiosa e de pureza racial. Contudo, elas podem também estar usando a nação como uma forma através da qual possam competir com outras "nações" étnicas e poder, assim, entrar no rico "clube" do ocidente (HALL, 2006, p.57)

Como já foi discutido no tópico anterior, os países do Leste Europeu não se sentiam pertencentes àquele regime comunista soviético, já que suas imposições não respeitavam a sua identidade nacional, portanto seus costumes, tradições e até mesmo religião eram ignorados frente às vontades de Moscou. De tal forma, os movimentos nacionalistas que vieram a ocorrer na segunda metade do século XX, tinha como principal fundamento as diferenças do "eu" dos países do Leste Europeu e do "eles" da União Soviética.

O que se via nos países-satélites da URSS era a aproximação entre eles não pela sua semelhança política, mas sim pelo seu estranhamento diante das políticas soviéticas. Bauman (2001, p.203) coloca que a unidade pela diferença se dá em primeiro lugar através de um conflito, "uma tentativa desesperada de separar 'nós' e 'eles'; então os traços cuidadosamente espiados 'neles' são tomados como prova e fonte de uma estranheza que não admite conciliação".

Qual seriam então essas diferenças entre o "eu" dos países-satélites e o "eles" da União Soviética? Quais são as identidades culturais presentes no Leste Europeu que os identificam de maneira distinta das outras nações? Essas respostas podem ser encontradas na identificação de seus povos, de suas línguas e de seus movimentos culturais durante a sua história. Mesmo com a sua população sendo uma mistura de raças e povos por diversos motivos, os países do Leste Europeu ainda possuem características próprias de cada nação.

A Polônia, assim como os outros países que serão abordados neste trabalho, tiveram seus territórios ocupados por diversos países durante vários momentos de sua história, deixando como legado uma influência na cultura local e a tornando mais diversificada. Entre os povos mais encontrados em territórios poloneses no início de

sua história estão os eslavos e os germânicos, estes que também tiveram sua parcela de influência na história da Hungria, da República Tcheca e da Eslováquia. Nos dias atuais a população da Polônia se constitui principalmente de poloneses, alemães, ucranianos e bielorrussos.

O Estado como conhecemos hoje começou a existir entre o século IX e X, porém é claro que antes disso já existiam tribos locais ocupando aquele território. Entre os séculos V e VII os eslavos já ocupavam toda a região entre o leste da Alemanha até a Rússia. Daí até os movimentos católicos nos séculos XVI e XVII, os costumes, tradições e até mesmo a língua eram fortemente influenciados pelos eslavos. Com o catolicismo, o nacionalismo polonês se tornou mais forte e o país conseguiu levar contribuições para o Ocidente com as suas conquistas culturais.

A Polônia porém é um país com uma história cheia de conflitos, invasões e eventos trágicos. No século XVIII, com partes de seu território ocupado pela Rússia, Prússia e Áustria, os poloneses tiveram que mostrar resistência para não perder sua identidade, e não deixar que esses países invasores implantassem seu modo de vida e sua cultura ali. Durante esse tempo o governo polonês apoiava um patriotismo da sociedade principalmente cultural, para que essa não fosse dominada pelo estrangeiro (WRÓBEL, 2005). O idioma polonês, assim como o tcheco e o eslovaco, são idiomas derivados do eslavo e embora seja o idioma oficial do país, mais generalizado no século XX, existem ainda algumas minorias que se comunicam por meio de dialetos no país.

Hoje em dia estima-se que um terço da nação polonesa vive fora da Polônia, a chamada diáspora polonesa se iniciou pela emigração para os países que fazem fronteira com o país a partir do século XVII. A partir da anexação de territórios poloneses pela Rússia, grande parte desses territórios nunca retornou à Polônia e dessa maneira os poloneses que vivem ali estão sendo considerados como vivendo em um território estrangeiro. Da mesma forma, no pós segunda guerra quando a União Soviética anexou mais uma grande parte do país, os poloneses foram obrigados a viver em terras “soviéticas”. Além disso, muitos poloneses emigraram para outros países da Europa e também para os Estados Unidos. Estima-se que ao final da 2ª Guerra Mundial cerca de 6 milhões de poloneses se encontravam na América, e entre a primeira década do segundo milênio calcula-se que cerca de 17 milhões de poloneses vivem fora da Polônia, em diversos países (WRÓBEL, 2005).

O cenário cultural na Polônia conta com nomes como Nicolaus Copernicus, um famoso astrônomo nascido em 1473 e Fryderyk Chopin, um famoso pianista nascido em 1810. O país apresentou diversos nomes em todas as áreas culturais que colocaram a Polônia no mapa, e por ser um país com o cristianismo muito presente, a indústria cultural teve influências de países mais ocidentais da Europa como a Itália e a França. Durante períodos como a Guerra Fria, entretanto, o país não podia expressar sua arte de maneira livre, sempre tendo que se colocar sob a censura da União Soviética.

Today, Polish artists are still shaking off the legacy of communism and are looking for a new place in a free market democracy. Yet, with two laureates of the Nobel Prize for Literature, many outstanding artists active in the country and abroad, and with a vibrant artistic life in Poland, contemporary Polish culture is certainly an interesting phenomenon. (WRÓBEL, 2005, p.51)

A República Tcheca é um país com cerca de 10 milhões de habitantes, no qual 94,9% são tchecos, 3,1% são eslovacos e 2% entre alemães, poloneses e ciganos (MILLER, 2005). Da mesma forma que a Polônia, antes de ser ocupada por eslavos a partir do século VI e VII, haviam tribos indo-europeus na região. A República Tcheca e a Eslováquia foram um único estado entre 1918 e 1992, chamado Tchecoslováquia e, portanto a similaridade entre os países após a sua separação é inevitável. O idioma tcheco, é o que mais se assemelha com o eslovaco, porém também tem semelhanças com o polonês, já que todos derivam dos eslavos.

Assim como na Polônia, o cristianismo teve influências na cultura tcheca, que se aproximou mais do ocidental na arte, na música e na literatura. A presença alemã no país em séculos passados contribuiu para que a Alemanha também tivesse uma forte presença no desenvolvimento cultural do país. O relacionamento entre os dois Estados, nos dias atuais se encontram em um momento amigável, relacionamento este que demorou a ser retomado após a ocupação da Tchecoslováquia pelos exércitos nazistas da segunda guerra, que gerou a morte de milhares de judeus que moravam na região.

Essa influência alemã ainda pode ser vista no século XIX, embora já um pouco dispersa, um exemplo é o nome mundialmente conhecido do escritor Franz Kafka, que embora tenha nascido em territórios tchecos, escrevia suas obras em alemão.

Czech speakers outnumbered German speakers in Prague by the 1860s, and the dynamism of the Czech national revival sometimes has the effect of dwarfing German political, economic, and cultural developments. Czech society did not supplant German society in the national revival; the two developed parallel social spheres in the nineteenth century—separate political parties, schools and educational associations, economic institutions, business networks, cultural groups, sport societies, unions, and churches (or at least religious services, in the case of Catholics). (MILLER, 2005, p. 258)

Alguns outros nomes influentes da cultura tcheca são os compositores do século XIX: Antonín Dvořák, Bedřich Smetana e Bohuslav Martinů. Outro escritor conhecido é Milan Kundera, e no departamento do cinema, o cineasta Miloš Forman recebeu dois prêmios do Oscar como melhor diretor, por seus filmes “One Flew Over the Cuckoo’s Nest” de 1975 e “Amadeus” de 1984. Após o período de censura e repressão da Guerra Fria, os movimentos culturais na República Tcheca explodiram, inúmeras obras que antes eram proibidas nos territórios soviéticos foram traduzidas, escritores liberaram seus trabalhos que estavam guardados (MILLER, 2005).

A Eslováquia é um pequeno país em número de habitantes quando se compara com os países que fazem fronteira, com cerca de 5,4 milhões de habitantes. Embora o país seja etnicamente diversificado, a grande maioria do país é composto por eslovacos (aproximadamente 85%), os húngaros contam cerca de 10% da população da Eslováquia, sendo assim o segundo maior grupo étnico. As religiões cristãs são as que predominam no país e se dividem principalmente entre católicos e protestantes.

Embora não se trate do maior território, o idioma encontra diferenças nas regiões, com a existência de três dialetos diferentes para cada parte do país. Essa diferença na língua é apenas um dos exemplos da ramificação cultural que existe nas diferentes regiões do país.

Slovaks have traditionally identified themselves by the region where they grew up. Persons living in different areas established their own folk customs. Folk handicrafts, music, and cuisine reflect regional variations characteristic of Slovak culture. The individual regions also developed their own distinct folk costumes. Even as Slovaks assert their distinct national identity, a sense of regional identity persists to this day (ALEXANDER, 2005, p.286)

Enquanto como parte do império Austro-Húngaro, e depois como Tchecoslováquia o país não teve muita expressão cultural, além de trabalhos artísticos, musicais e literatura nacionalista baseada nos folclores regionais e na

religião. A população não tinha um ensino muito qualificado e dessa forma não era educada nem à respeito do próprio idioma, que embora fosse muito similar ao tcheco, tem suas particularidades.

Os nomes mais notáveis do país estão entre as áreas de física e engenharia, os inventores Štefan Banič, Jozef Murgaš e Aurel Stodola trouxeram inovações como o paraquedas, comunicação wireless e o desenvolvimento da termodinâmica. A dificuldade em propagar os movimentos culturais eslovacos, se origina do fato de que seus feitos estão sempre ligados aos outros países, à Hungria durante o período do império Austro-Húngaro e à República Tcheca no período da Tchecoslováquia, não permitindo que o país pudesse brilhar mais individualmente.

Because Slovakia was an integral part of multiethnic nations for more than a millennium, the country does not have a national history peppered with royalty or august personages. Indeed, in the past, the achievements of Slovak military heroes, scientists, inventors, athletes, and creative as well as performing artists were typically subsumed within the accomplishments of multinational states. [...]The nineteenth-century national awakening stands out as the cultural high point of Slovak history. For many countries, establishing a written language might not be underscored as a significant part of their history, but for Slovakia this development was crucial. Slovak culture derives much of its distinctiveness from its religious heritage and, especially, its folk traditions. Folk literature and peasant life have historically inspired Slovakia's creative artists, including many of the national activists and writers spawned by the national awakening. And in the twenty-first century, its folk heritage is still being recognized as a unique characteristic of Slovak culture. (ALEXANDER, 2005, p.310)

De maneira geral a cultura na Eslováquia se desenvolveu apenas após o século XIX e por isso ainda está em processo de construção. Esse desenvolvimento cultural, entretanto, serviu para declarar uma separação entre os outros países que durante quase um milênio estavam envolvidas com a Eslováquia, após o século XIX pode-se dizer que a identidade nacional teve chance de se consolidar (ALEXANDER, 2005).

Com uma população de quase 10 milhões de habitantes, se comparada com os países ao redor, a Hungria tem uma população até que homogênea, com quase 90% da população sendo húngara, e quase 98% da população que fala o húngaro, mesmo este não sendo o seu idioma materno. As minorias no país contam com alemães, sérvios, eslovacos, croatas, eslovenos, e romenos. O idioma difere um pouco dos vizinhos do leste, já que se trata de uma língua urálica, que se assemelha mais com o finlandês e estoniano. Embora também tenha influências do eslavo e

germânico assim como os seus vizinhos, a gramática e o vocabulário são diferentes da maioria das línguas europeias. O idioma é falado por quase 16 milhões de pessoas, incluindo além dos que vivem na Hungria, 3,5 milhões de falantes da Romênia, Sérvia, Áustria e Eslováquia (BOROS-KAZAI, 2005).

A tradição folclórica do país esteve presente até o século XX, e até nos dias atuais, é apresentado principalmente para fins turísticos. O país permaneceu principalmente rural e ligado às tradições até a metade do século passado. Também um país cristão, a Hungria se viu mais ligada com os países do cristianismo latino original do que com os seus próprios vizinhos, já que o país tinha uma língua completamente diferente e particularidades tradicionais ainda muito fortes.

Alguns nomes importantes do movimento cultural da Hungria são: na área acadêmica o economista Karl Polanyi, na área artística os músicos Franz Liszt e Bela Bartok, o poeta Endre Ady, o jornalista Joseph Pulitzer, entre muitos outros. A lista de ganhadores do prêmio Nobel também é grande para o país, que já obteve inúmeros prêmios nas áreas de química e física.

Já foi definido até agora que sociedades inteiramente tradicionais não existem e que suas identidades nacionais são sempre uma mistura de atribuições culturais, que estão sob constante construção. Como foi visto nos exemplos acima, a mistura de etnias trouxe consequências para o desenvolvimento cultural dos países, uma influência de cada grupo presente no território é o suficiente para modificar a identidade cultural de uma nação. Essa mudança da identidade pode ser forçada como vista claramente em momentos que houveram ocupações dos territórios, como ocorreu com a Eslováquia durante o período do império Austro-Húngaro, por exemplo, além da mudança que a imposição do comunismo soviético gerou nos países-satélites no período da Guerra Fria.

De tal maneira, por ter origens similares tanto no povo quanto na língua, os países do Leste Europeu compartilham de uma identidade cultural similar, que pelo seu desenvolvimento histórico, acabaram por compartilhar muitos momentos e situações coletivas. A identidade cultural presente nestes países entretanto, mesmo que similares entre si, são distintas de outros países, principalmente dos países mais Ocidentais da Europa, mesmo que o cristianismo desses países tenha servido de influência para os países do Leste Europeu. As histórias de ocupação e territórios que foram tomados, as vezes devolvidos e as vezes não, fizeram com que as

identificações nacionais culturais dos países da região se dispersassem e desta forma, tornasse a região uma diversidade de nações em cada Estado.

4 TRANSIÇÃO OU MODERNIZAÇÃO

Após a dissolução da União Soviética, os países que faziam parte do bloco soviético tiveram que se adaptar ao mundo globalizado do fim do século XX. A consolidação da transição desses países depende de diversos fatores, como o panorama do mundo atual, além das realidades econômicas, políticas e sociais de cada nação.

Ao longo deste capítulo então, se pretende discutir o que a região se tornou após o fim do bloco soviético. Discutir sobre quais são seus governos atuais, se ainda existem governos comunistas na região, seus relacionamentos com as instituições que ditam as regras do mundo contemporâneo, e suas respostas aos problemas contemporâneos enfrentados, como a questão dos refugiados.

A relação dos países da região do leste com a União Europeia também é uma questão chave para compreender a realidade do Leste Europeu. O alargamento das relações entre o bloco e a região trouxe muitos investimentos, desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo, com as dificuldades enfrentadas pelo bloco, os países membros, principalmente a região do Leste Europeu passa por um período de euroceticismo. Além do euroceticismo, um conservadorismo nacionalista vem crescendo com os governos atuais, o que pode trazer consequências inesperadas para o futuro do Leste Europeu.

4.1 PANORAMA ATUAL

Com o fim da Guerra Fria e o desmoronamento da União Soviética no final do século XX, os países-satélites tiveram que se adaptar à um novo mundo. Após quase meio século de um regime comunista, com a censura e o autoritarismo fazendo parte da vida dos países do Leste Europeu, estes tiveram que estabelecer seu espaço no cenário internacional e buscar independência do bloco soviético, que até então era onde suas importações e exportações se baseavam.

As transformações pelas quais o mundo passou trouxeram inúmeras consequências para a sociedade e essas consequências foram especialmente intensas naqueles países que se encontravam em processo de afastamento do sistema comunista da então União Soviética. As questões de desigualdade, individualismo, liberalismo que já eram conhecidas por países do regime capitalista,

eram recentes na região do Leste Europeu e geraram rápidas mudanças no estilo de vida das sociedades de tais países.

O fim do século XX e o início do século XXI trouxeram novos problemas e novas agendas para as relações internacionais. Questões, como a integração, foram desenvolvidas em diversas regiões no mundo, mas principalmente na Europa; a intolerância religiosa se tornou um motor de inúmeros conflitos em regiões por exemplo do Oriente Médio; novos problemas como a destruição do meio ambiente, terrorismo e criminalidade urbana marcam as pautas das reuniões das Organizações Internacionais; desigualdade e estratificação são realidades das metrópoles no mundo todo.

Em lugar da paz, seguiram-se anos de confrontos sangrentos que sinalizaram a emergência de guerras, conflitos civis e padrões de violência de novo tipo. A prosperidade prometida não ocorreu, ao menos para a grande maioria das pessoas e países. A globalização, ainda que lançando bases para um crescimento ulterior, gerou desemprego estrutural, recessão em vários países (com retrocesso da produção industrial) e instabilidade financeira mundial, em meio à concentração de renda. (VISENTINI, 2015, p.142)

Esses confrontos colocados por Visentini (2015) colocam em evidência questões que são completamente relevante pros dias atuais, como a questão dos refugiados e da imigração. A Europa como um continente próximo a diversos conflitos, guerras civis e perseguições religiosas, seja na África ou no Oriente Médio, se vê de frente com um número grande de pessoas que querem fugir para a região, e esse acaba sendo um dos temas mais tratados pelos governantes dos países receptores desses refugiados. O grande debate ocorre entre os nacionalistas, que veem os refugiados como estranhos, e os humanitários, que acreditam que os refugiados precisam de uma garantia de segurança e direito de sair das zonas conflituosas que vivem.

A questão do terrorismo vem para complementar os medos da sociedade contemporânea, que se preocupa com o meio ambiente destruído, com a violência e a falta de segurança nas grandes cidades. O fundamentalismo religioso, que muitas vezes estava por trás dos atos terroristas dos tempos modernos, é utilizado por algumas pessoas como um motivo pela qual os governantes não deveriam abrir as suas fronteiras para os refugiados, já que muitos dos refugiados compartilham de

religião que são usadas pelos movimentos fundamentalistas, o que demonstra a mentalidade nacionalista e individualista da sociedade moderna.

O nacionalismo e o individualismo também são características das sociedades contemporâneas, que estão mais preocupadas consigo e com o seu bem estar social do que com as dificuldades dos países pobres. As consequências destes pensamentos podem ser relacionadas com a estratificação do mundo atual, no qual somente importa os interesses da minoria dos países desenvolvidos do norte.

O Norte conta hoje com uma população de um bilhão de pessoas, enquanto o Sul, seis vezes esse número. Além disso, mais de 90% dos nascimentos ocorrem no Terceiro Mundo. Nos quadros de uma globalização conduzida sob os parâmetros do neoliberalismo e da RCT¹¹, tal situação gera uma população excedente absoluta e uma manifestação de inquietude no Norte, devido à “invasão” dos imigrantes. Isso, contudo, não significa uma tendência irreversível, e sim os efeitos desestruturantes vinculados a um processo de modernização, que assegura ganhos futuros para a humanidade. (VISENTINI, 2015, p.143)

A questão da estratificação não ocorre apenas em âmbito externo, mas também internamente nos países, criando um centro desenvolvido e rico e uma periferia excluída. A distribuição de renda, desse modo, se concentra na mão desse centro desenvolvido e aumenta a cada dia a desigualdade social. Essa desigualdade pode ser vista em um levantamento feito em 1992, que mostra que 82,7% da renda mundial se encontrava na mãos dos 20% mais ricos, enquanto que os 20% mais pobres tinham 1,4% da renda (VISENTINI, 2015).

A nova ordem mundial, iniciada após a Guerra Fria, coloca em destaque as múltiplas potências mundiais e regionais, criando novas zonas de influência e maior diversidade nas relações internacionais, ainda que a supremacia dos Estados Unidos continuasse sendo vista nos dias atuais. Países como a China, o Japão, a Índia e até mesmo o Brasil em uma escala regional, se mostraram cada vez mais relevantes nas relações internacionais.

[...] a ascensão e queda de ordens mundiais anteriores baseadas em muitos estados - da Paz de Vestfália à nossa época - é a única experiência para a qual podemos nos voltar na tentativa de compreender os desafios enfrentados pelos estadistas contemporâneos. O estudo da história não fornece um manual de

¹¹ Revolução Científico-Tecnológica.

instruções que possa ser seguido automaticamente; a história ensina por analogia, indicando consequências prováveis de situações comparáveis. Mas cada geração tem de verificar por si mesma quais circunstâncias são de fato comparáveis. (KISSINGER, 2012, p.11)

Os desafios dos dias atuais não são desafios que podem ser resolvidos de maneira individualista, já que ultrapassam o poder de um único Estado. A organização do sistema internacional ainda está se concretizando e após o fim da Guerra Fria, contou com a adesão de vários países. Estes países desde então tem que lidar com as dificuldades do mundo contemporâneo que antes não era realidade para eles, pelo menos não de maneira explícita, assim como a questão do desemprego e a desigualdade. Este período de transição dos países do Leste Europeu e suas adaptações ao século XXI serão estudados durante este capítulo.

No âmbito político, em 2016 a Eslováquia elegeu Roberto Fico do partido social-democracia (SMER) como primeiro-ministro, com cerca de 30% dos votos. Por se tratar de um país com regime de república-parlamentarista, o primeiro-ministro tem o papel mais importante do governo do país, e o chefe de Estado tem um papel mais figurativo.

O presidente atual da Eslováquia é Andrej Kiska, eleito com quase 60% dos votos em 2014, embora não exerça um papel tão imponente quanto o do primeiro-ministro, pode indicar juízes e promotores e vetar leis. Kiska concorreu contra o atual primeiro-ministro Fico e sua vitória foi importante para que não houvesse uma hegemonia de partido no governo eslovaco (BBC, 2017; ESTADÃO, 2014).

O primeiro-ministro Roberto Fico se elegeu nas últimas eleições porém perdeu a sua hegemonia no parlamento, com a eleição de oito partidos com direito a cadeiras no parlamento, dessa forma o partido Social-Democracia precisa fazer coalizões para manter seu governo afrente da oposição. Entre os partidos eleitos, está um de extrema-direita liderado por Marian Kotleba, que recebeu 8,2% dos votos, o partido é conhecido por ter origens neo-nazistas e sua entrada para o parlamento gerou reações negativas do cenário internacional (THE GUARDIAN, 2016).

Roberto Fico é anti-imigracionista e se recusou a acatar a cota da União Europeia de realocação dos refugiados que foram para a Grécia e Itália, mesmo a Eslováquia não tendo recebido muitos refugiados até agora, decidiu junto com a Hungria, e depois também apoiado pela Romênia, República Tcheca e Polônia (por um período), a não aceitar a cota de realocação de 160 mil refugiados imposta pela

União Europeia e a levar o assunto para a corte, que não aceitou as reclamações feitas pelos países e pode aplicar multas para os países se estes não fizerem sua parte na realocação dos refugiados. Até setembro de 2017, a Eslováquia havia realocado apenas 16 refugiados vindos da Grécia, e nenhum da Itália, e segundo o esquema de realocação da União Europeia, o país deve receber 902 refugiados (DW, 2017).

Na Hungria existe o mesmo tipo de regime da Eslováquia, uma república parlamentarista. O presidente eleito pelo parlamento em 2012, Janos Ader, conseguiu se reeleger por mais 5 anos nas votações de março de 2017, vencendo por dois terços dos votos do parlamento. O primeiro ministro da Hungria, Viktor Orban do partido União Cívica Húngara (FIDESZ), foi eleito primeiramente em 1998, e depois novamente em 2010, conseguiu reeleição em 2014, permanecendo no poder até os dias atuais. O partido que foi inicialmente criado sob ideologias liberalistas, mudou e adota nos dias atuais preceitos conservadores, nacionalistas e populistas.

O primeiro-ministro é conhecido por ter ideais eurocentristas e ser anti-imigracionista, como já foi visto anteriormente, a Hungria se recusou a acatar a cota de refugiados imposta pela União Europeia. Orban chegou a alegar que os imigrantes significavam um veneno pra União Europeia, e que traziam riscos a segurança da região, além de alegar que a Hungria não precisava de imigrantes para compor a economia do país.

O país, que até setembro de 2017 não havia realocado nenhum refugiado, nem da Grécia nem da Itália, teria que receber 1294 refugiados segundo o pedido da UE. Orban até mesmo declarou apoio às ideias anti-imigracionistas de Trump, segundo Orban, a UE deveria adotar medidas tais como as de Trump para que a região não fosse colocada em risco com a entrada dos imigrantes (DW, 2017; THE GUARDIAN, 2016).

No 11º World Congress of Families, Orban declarou que a ideologia liberalista da UE era um insulto às famílias tradicionais. Orban utiliza de “valores cristãos europeus” para justificar as suas ações contra os refugiados e imigrantes. Com uma mentalidade conservadora, o primeiro-ministro húngaro já demonstrou que não apoia movimentos LGBT e é contra o aborto, embora este seja legal no país (THE GUARDIAN, 2017).

Também com um regime de república parlamentarista, a Polônia elegeu como presidente Andrzej Duda em 2015. A primeira-ministra Beata Szydlo, do partido

conservador Lei e Justiça, foi eleita também em 2015 e foi indicada ao cargo pelo líder do partido, Jaroslaw Kaczynski, que é considerado anti-imigracionista. Andrzej fez parte do partido Lei e Justiça por anos, mas se retirou em 2015, mesmo fora do partido, Duda continuou alinhado ao partido e não havia vetado nenhum projeto de lei do partido até julho de 2017.

Em julho de 2017, entretanto, o presidente Andrzej Duda vetou dois de três projetos de leis que ampliavam o poder do partido Lei e Justiça, maioria parlamentar, sobre o judiciário. Os projetos geraram inúmeros protestos nas ruas de diversas cidades na Polônia, que diziam que as leis infringiam a democracia no país, os manifestantes carregaram slogans que pediam “liberdade, igualdade e democracia”. Sob a pressão das manifestações o presidente decidiu por romper o alinhamento que teve até então com o partido, e vetou dois dos três projetos apresentados, leis que dariam poder ao Ministro da Justiça, que também é procurador geral, de nomear juízes.

O único projeto aprovado previa uma reorganização dos tribunais locais, embora nenhum dos projetos fosse aprovado pela população. A decisão tomada pelo presidente foi muito criticada pela primeira-ministra, que também é parte do partido (THE GUARDIAN, 2017; CARTA CAPITAL, 2017).

Assim como a Hungria, a Polônia não realocou nenhum refugiado até setembro de 2017 e foi inicialmente contra o esquema proposto pela União Europeia, junto com os outros países como já foi citado anteriormente, porém mudou de ideia e acabou por fim aceitando os termos colocados pelo bloco. O partido no poder, entretanto, já se colocou contra os refugiados inúmeras vezes, colocando como centro de sua justificativa a homogeneidade étnica do país e a força da religião (DW, 2017; POLITICO, 2017).

Tendo como presidente o ex primeiro-ministro Milos Zeman e como primeiro-ministro Bohuslav Sobotka do partido Social Democrático, a República Tcheca foi o país mais recente a passar por eleições parlamentares, elegendo Andrej Babis como o próximo primeiro-ministro do país. Babis é um bilionário, considerado como o “Trump tcheco”, dono de uma companhia chamada Agrofert, que atualmente é a maior corporação agro-alimentícia do país. Babis foi acusado de fraude e está sendo investigado pela polícia tcheca por desviar subsídios da União Europeia (THE GUARDIAN, 2017; G1, 2017).

A eleição de Andrej Babis, do partido da Aliança dos Cidadãos Descontentes, o ANO, sigla que significa “sim” em tcheco, trouxe grandes preocupações para a população e para o cenário internacional como um todo. O partido conseguiu quase 30% dos votos, com isso 78 de 200 cadeiras no parlamento. Babis é anti-imigracionista e anti-União Europeia, alegando que a participação do país no bloco tira parte da sua soberania nacional e garante que não há espaço para imigrantes no país e que não cederá espaço no mercado de trabalho para estes (G1, 2017).

Após a eleição de uma figura tão controversa como Andrej Babis, as expectativas da República Tcheca, após um bom período econômico, são baixas, e a possibilidade de um regime autoritário, preconceituoso e caótico é extremamente alta. A democracia do país, que desde o fim da coalizão com a URSS era considerada uma das mais fortes e estáveis pode estar em risco com essa eleição. O país que até agora só realocou 12 refugiados da Grécia, não mostra abertura para melhorar a situação em um futuro tão próximo (DW, 2017).

A respeito das sociedades do Leste Europeu, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) realiza pesquisas nos países que fazem parte dos receptores dos investimentos, para avaliar a satisfação da sociedade com respeito à economia, política, democracia, serviços públicos, entre outros. Entre os países do Leste Europeu estudados neste trabalho, apenas a República Tcheca não é mais um país de transição receptor de investimentos do EBRD. O país passou a ser doador em 2008, e nos dias atuais, a República Tcheca é responsável por 41% dos investimentos conjuntos do EBRD na Hungria e 37% na Eslováquia. Os investimentos da República Tcheca são prioritariamente para os países de maior proximidade geográfica, como os Balcãs e os países parceiros do Leste Europeu.

De acordo com o EBRD, em 2016, 25% dos correspondentes da Eslováquia acreditam que a economia do país está melhor do que há quatro anos, e 19% acreditam que a política está melhor do que há quatro anos. O otimismo no país decaiu de 41% em 2010 para 30% em 2016 e está abaixo do nível geral dos países em transição, que é cerca de 50%.

Figura 3 – Instituições democráticas básicas na Eslováquia



Fonte: Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (2016).

Sobre termos políticos, a democracia perdeu apoio, caindo de 47% em 2010 para 39% em 2016. Mas mesmo com apoio fraco, a maior parte da população reconhece algumas características democráticas no país. Como pode ser visto na tabela acima, há grande variação entre a satisfação dos eslovacos a respeito de diversos aspectos da democracia quando comparado com outros países na região de transição. Os eslovacos acreditam muito mais que ocorre das eleições livres e paz e estabilidade dentro do país do que o resto da região de transição, o que é um ponto positivo para a política do país, e de forma geral não está muito abaixo da média em nenhum aspecto quando comparado com a região de transição.

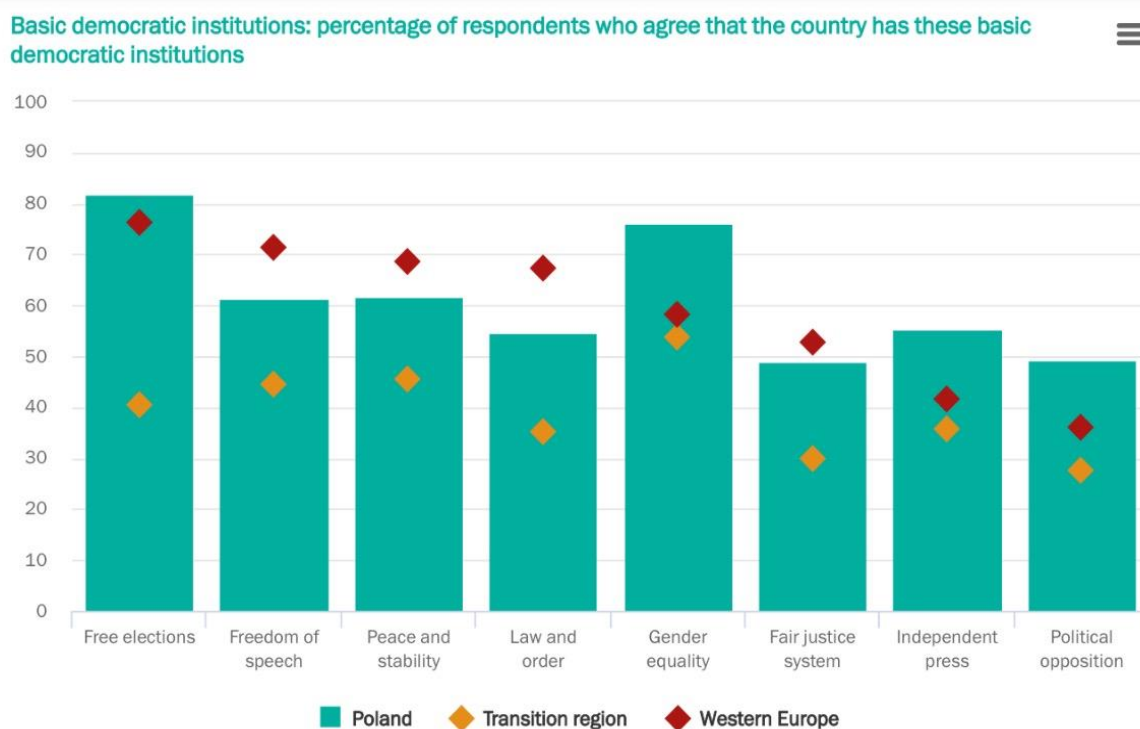
De maneira geral os eslovacos estão satisfeitos com os serviços públicos do país. Mais de 90% acredita que há qualidade nos serviços de eletricidade, água, tubulações de gás e aquecimento, e mais de 80% estão satisfeitos com as linhas telefônicas e os serviços postais. O único serviço que peca na qualidade segundo os eslovacos são as rodovias, apenas 52% da população está satisfeita com a qualidade das rodovias nacionais.

A respeito dos investimentos do governo, 46% dos eslovacos acreditam que os investimentos deveriam ir para a saúde, em segundo lugar está a educação, com 16%,

a aposentadoria vem em terceiro lugar como prioridade com 14%, seguido de outros serviços como por exemplo auxílio aos pobres e infraestrutura.

Na Polônia, 32% da população acredita que a situação econômica do país está melhor em 2016 do que há quatro anos, acima da média dos outros países em transição. Já no âmbito político, 27% da população acredita que a situação é melhor em 2016 do que em 2012, estando na média com os outros países em transição. O nível de otimismo do país continuou praticamente o mesmo, 55% em 2016, e acima da média quando comparado com a região de transição e também quando comparado com a Europa Ocidental.

Figura 4 – Instituições democráticas básicas na Polônia



Fonte: Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (2016).

O apoio à democracia no país teve um aumento significativo, passando de 46% em 2010 para 57% em 2016, ficando assim acima da média da região de transição, mas abaixo da média quando comparado com os países da Europa Ocidental. Como se pode perceber na tabela abaixo, a porcentagem de cidadãos que acreditam que há esses aspectos de democracia do país são em média consideravelmente maior do

que nos outros países da região de transição, o que pode ser analisado como um bom sinal.

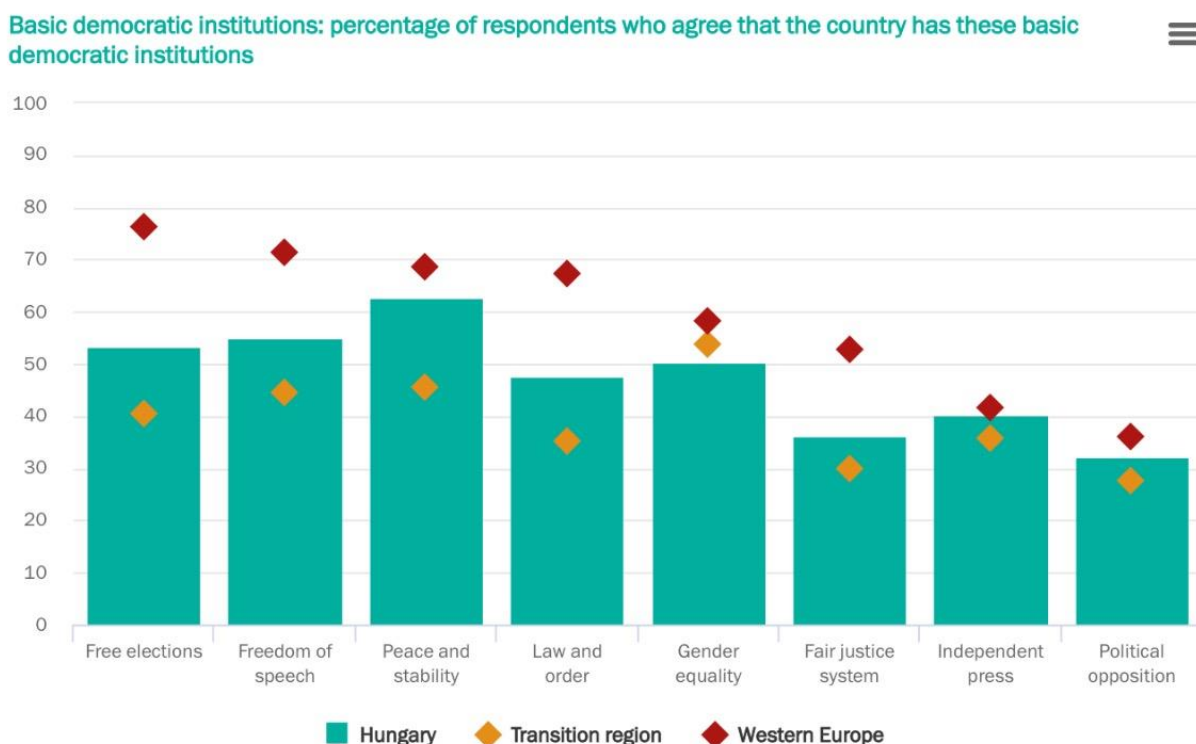
A porcentagem de satisfação dos serviços públicos na Polônia está acima da média, tanto dos países em transição quanto dos países da Europa Ocidental, como a Alemanha e a Itália. Entre 80% e 90% dos poloneses estão satisfeitos com os serviços de eletricidade, água, aquecimento, rodovias, linha telefônica, serviços postais e tubulação de gás.

A respeito do que os poloneses acreditam que deveria ser a prioridade dos gastos do governo, a grande maioria acredita que deve ser com a saúde no país, totalizando 48% dos entrevistados, em segundo lugar com 17% está a aposentadoria, do terceiro lugar em diante apenas 10% ou menos dos poloneses acreditam que os investimentos públicos deveriam ir para ajudar os pobres, educação, meio ambiente, moradia e infraestrutura.

No caso da Hungria, 29% da população acredita que a situação econômica do país está melhor agora do que em 2012, e 27% acredita que a situação política é melhor hoje do que há quatro anos. Os valores estão na média do que foi observado nos outros países em transição. O otimismo no país também cresceu, de 27% em 2010 para 39% em 2016, mas ainda sim os húngaros se encontram bem menos otimistas quando comparados com a média de 50% da região em transição.

O apoio à democracia no país cresceu modestamente, de 53% para 59%, e com isso agora se encontra acima da média da região de transição. A respeito dos aspectos da democracia presente no país, a crença é moderada. Segundo a população húngara, a função democrática mais presente no país é a paz e a estabilidade, com 63%. O segundo aspecto democrático garantido pelo país é a liberdade de expressão, seguido pelas eleições livres e a igualdade de gênero. De maneira geral, os aspectos democráticos garantidos pela Hungria estão na média dos países em transição, mas quando comparado com a Alemanha por exemplo, as taxas são menores em todos os tópicos.

Figura 5 – Instituições democráticas básicas na Hungria

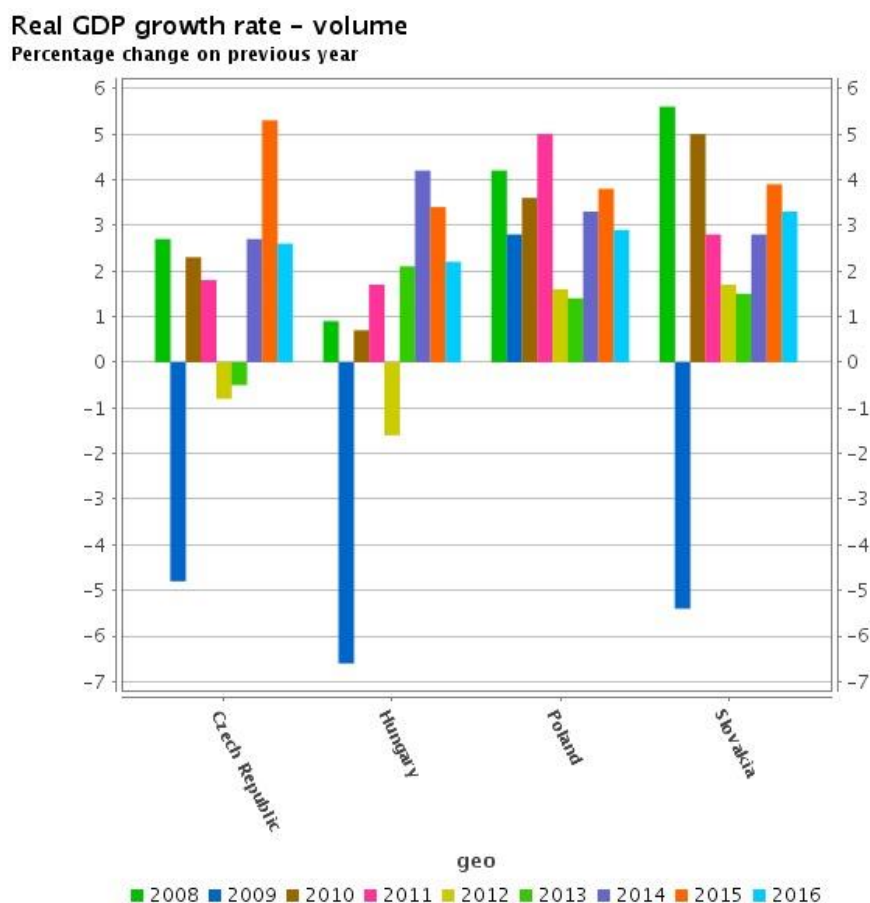


Fonte: Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (2016).

De forma geral, a maioria da população húngara se encontra satisfeita com os serviços públicos oferecidos, e se mantém na média em comparação com outros países da transição e com a Alemanha e Itália. A única exceção seria a falta de satisfação com as rodovias nacionais, que possui um número de satisfação de apenas 45%, a insatisfação vem principalmente pelos moradores rurais da Hungria, e quando comparado com os outros serviços, o nível de satisfação é quase a metade.

Segundo a pesquisa, 45% dos húngaros gostariam que os investimentos públicos priorizassem a saúde, porém apenas 36% dos que pediram por mais investimentos na saúde estariam dispostos a pagar mais impostos para que isso fosse possível. Em segundo lugar, 22% dos entrevistados gostariam que os investimentos ajudassem os pobres. As seguintes prioridades incluem aposentadoria, educação, moradia, infraestrutura e meio ambiente, nessa ordem.

Figura 6 – Taxa de crescimento PIB (2008-2016)



Fonte: Eurostat, 2016.

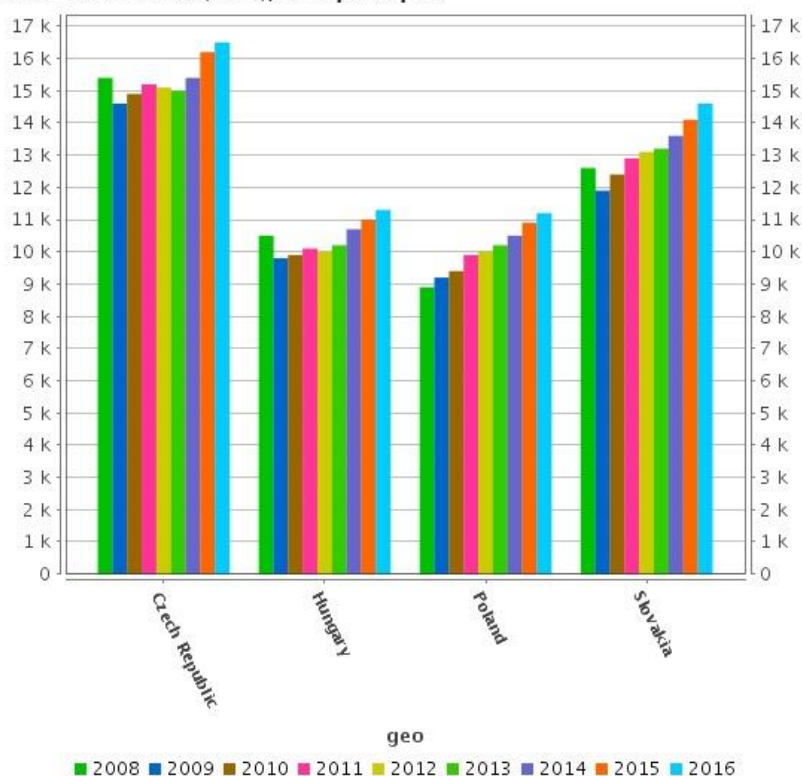
Em termos econômicos, o PIB, a renda per capita, o desemprego, a balança comercial e o nível de pobreza e exclusão social são importantes para compreender a realidade contemporânea da região.

A primeira estatística a ser analisada é a do produto interno bruto (PIB). De maneira geral, todos os países apresentaram queda no crescimento do PIB de 2015 para 2016, mas ainda assim apresentam taxas maiores de crescimento do que alguns dos anos anteriores, como é o exemplo de 2009, no qual houve uma queda drástica em relação ao ano anterior, na República Tcheca, na Hungria e na Eslováquia. No caso da Polônia, o crescimento foi maior em 2016 do que em 2009, 2012 e 2013.

Em 2016, segundo o site da União Europeia, o PIB da República Tcheca foi de €174.412 bilhões, da Hungria de €112.399 bilhões, da Polônia de €424.269 bilhões e por fim da Eslováquia €80.958 bilhões.

Figura 7 – Taxa de crescimento de PIB per capita (2008-2016)

Real GDP per capita, growth rate and totals
 Percentage change on previous year, EUR per inhabitant
 Chain linked volumes (2010), euro per capita



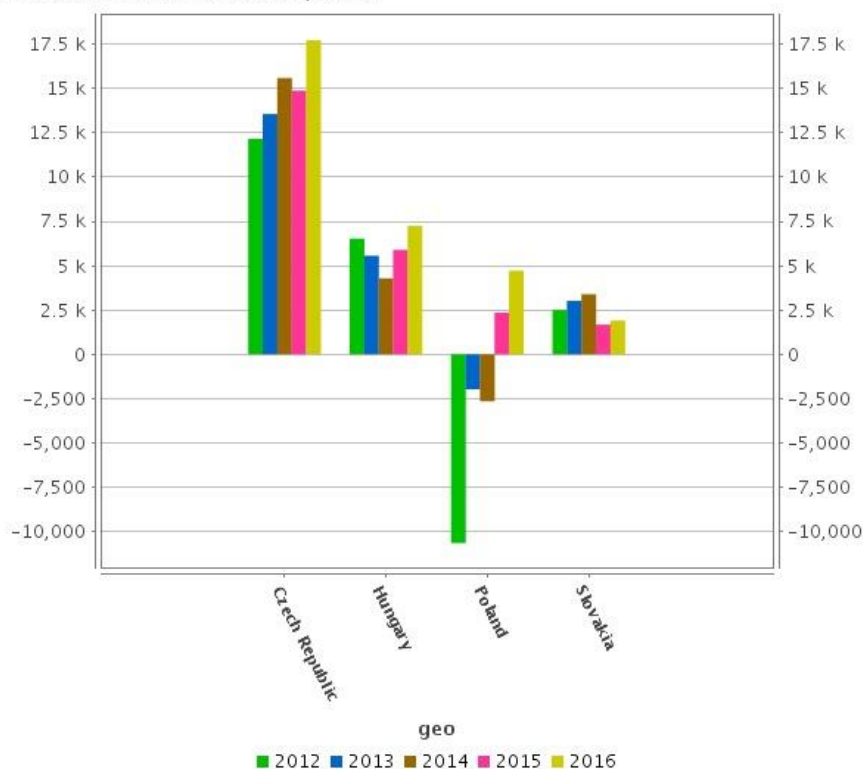
Fonte: Eurostat, 2016.

A respeito da renda per capita, os números de 2016 são os maiores vistos nos últimos oito anos. Há uma diferença entre os números dos países, de forma que a renda per capita na República Tcheca é significativamente maior do que na Hungria e na Polônia, por exemplo. A disparidade é menor quando compara-se com a Eslováquia, mas ainda sim é significativa.

A próxima tabela trata da balança comercial dos países aqui estudados. De novo se pode notar nos dados da tabela que há uma disparidade grande quando se compara a República Tcheca com os outros países vizinhos, estes números justificam de certa forma a transição de um país receptor de investimentos para um país doador no Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Embora a Polônia, a Hungria e a Eslováquia não tenham um número tão significativo quanto o da República Tcheca, o saldo da balança comercial nestes países é positivo no ano de 2016.

Figura 8 – Balança comercial (2012-2016)

International trade, by reporting country, total product
 Million EUR
 Trade balance in million ECU/EURO

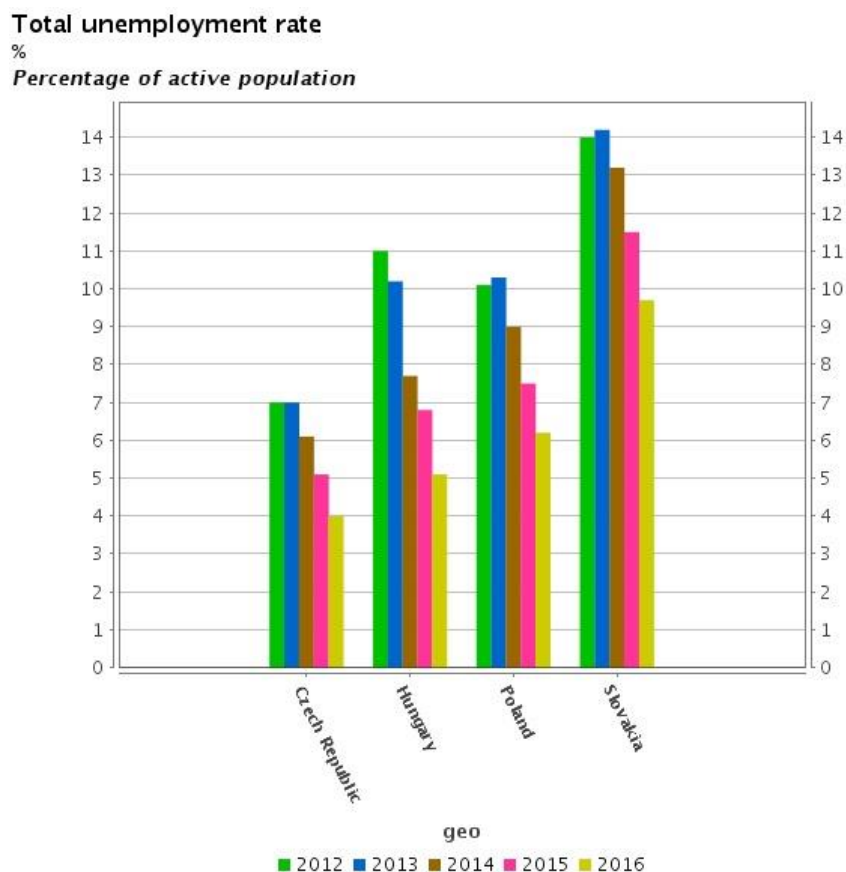


Fonte: Eurostat, 2016.

Ainda ligado a economia, mas a relacionando com a sociedade, taxas como a do desemprego, da pobreza e exclusão social são importantes para compreender a realidade econômica da região de forma mais ampla.

A respeito da taxa de desemprego, houve uma queda em todos os países, sendo que o país com a menor taxa de desemprego em 2016 foi a República Tcheca, com cerca de 4%. Embora a menor taxa seja a da República Tcheca, a Hungria por exemplo diminuiu mais da metade a sua taxa em 2016 em comparação com 2012, onde a taxa de desemprego foi a mais alta dos últimos anos. De maneira geral, a taxa de desemprego pode ser considerada baixa quando compara-se por exemplo com a Itália, que possui uma taxa de cerca de 11,7% em 2016, ou com a Espanha, que possui uma taxa 19,6% em 2016. Já quando se compara com a Alemanha, por exemplo, que a taxa de desemprego em 2016 era 4,1%, apenas a República Tcheca se aproxima do valor (EUROSTAT, 2016).

Figura 9 – Taxa de desemprego (2012-2016)

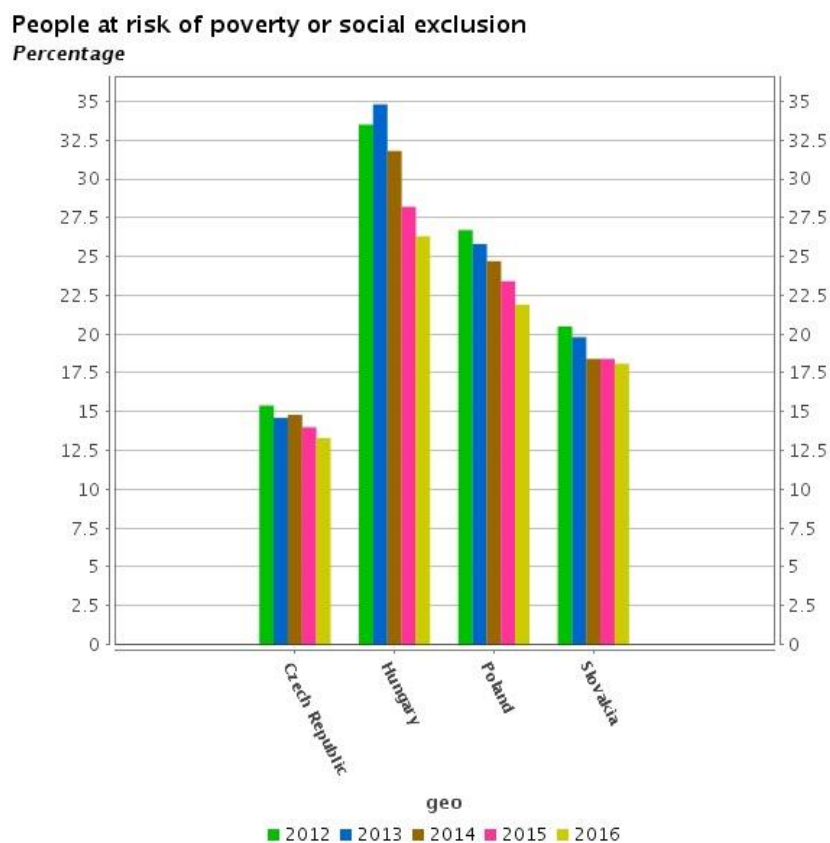


Fonte: Eurostat, 2016.

A última tabela a ser analisada é a respeito da taxa de pobreza e exclusão social nos países estudados. A República Tcheca, de maneira geral não mostrou muita variação na taxa nos últimos anos, e é a que apresenta a menor porcentagem, seguido da Eslováquia, Polônia e Hungria, respectivamente. A taxa da República Tcheca em 2015, é uma das mais baixas da Europa, menor até mesmo do que a estatística da Dinamarca, por exemplo, que foi de 17,7% em 2015. Os outros países têm as taxas na média dos outros países europeus (EUROSTAT, 2015).

Ainda relacionando o econômico com o social, a desigualdade é um tema que deve ser discutido nos dias atuais, principalmente nos países de transição, já que antes, a desigualdade teoricamente não existia. O crescimento da desigualdade nos anos iniciais da transição já era de se esperar, já que a intensificação do individualismo liberal gera inevitavelmente a desigualdade. De tal modo, no princípio da transição, essa desigualdade fez com que os indivíduos se esforçassem e competissem de forma saudável de modo que houve um desenvolvimento na região.

Figura 10 – Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (2012-2016)



Fonte: Eurostat, 2016.

Today, most transition countries display levels of income inequality similar to those observed in many advanced economies, with significant variation from country to country. For instance, Georgia, Russia and Turkey have higher Gini coefficients, on a par with that of the United States, while measures of inequality are lower in Hungary, the Slovak Republic and Slovenia, on a par with advanced European economies. Inequality in the region tends, on average, to be lower than in other emerging markets, although the gap has narrowed since the start of the transition process. (EBRD, 2017, p.17)

Antes da transição, os níveis de desigualdade nos países do Leste Europeu eram baixos para o padrão internacional, como já foi dito anteriormente, pelo menos de maneira teórica. Embora, as taxas tenham aumentado significativamente nos primeiros anos da transição, os números ainda são moderados quando comparado com outras partes do mundo, além disso, as taxas de pobreza diminuíram com o tempo, como foi visto anteriormente (EBRD, 2017).

Além da desigualdade, há também a questão da desigualdade de oportunidades. A desigualdade de oportunidade ocorre quando as pessoas de uma

sociedade enfrentam diferenças na hora de ter acesso às mesmas oportunidades, essas diferenças podem ser por conta de gênero, etnia, lugar onde nasceu, histórico familiar, entre outros. E essa diferença no acesso a oportunidades gera de certa forma a desigualdade, já que essa diferença interfere no sucesso acadêmico e profissional do indivíduo.

[...]inequality of opportunity remains higher in the EBRD region than it is in western European comparator countries such as Germany. Parental background is the key circumstance influencing inequality of opportunity, followed by gender and place of birth. Inequality of opportunity is also strongly correlated with inequality of observed incomes: in all countries with high levels of inequality of opportunity, income inequality is also high. Inequality of opportunity is substantially higher in terms of getting a good job that provides financial security than it is in terms of getting a job in general. Moreover, inequality of opportunity with respect to tertiary education is higher among younger people (those who started school after 1989) than it is among older people (those who started school before the fall of the Berlin Wall). (EBRD, 2017, p. 45)

Em questão de desigualdade de oportunidade, na Polônia, por exemplo, o histórico familiar gera 68% do total dessa desigualdade, histórico familiar como o nível escolar dos pais e seu envolvimento com partidos comunistas. O gênero é responsável por 27% dessa desigualdade, o lugar de nascimento 3% e a etnia 2% (EBRD, 2017). Assim como nas taxas de desigualdade, a desigualdade de oportunidade apresenta taxas baixas na região de transição, quando comparada com outras regiões do mundo.

O que pode ser notado no contexto atual da região do Leste Europeu é que seus governos estão todos experimentando uma fase de conservadorismo e nacionalismo, nenhum dos primeiro-ministros estão abertos a receber refugiados ou imigrantes.

Os países da região passam por um momento de crescimento econômico e a maior parte de suas sociedades estão satisfeitas com os serviços prestados, além de acreditar que houve desenvolvimento nos últimos anos. As taxas de desemprego, desigualdade e pobreza, embora tenham crescido nos primeiros anos após o fim da Guerra Fria e conseqüentemente do fim do regime comunista na região, ainda não podem ser considerados números alarmantes, e ainda sim são menores na região do que em outros lugares no mundo.

4.2 AINDA PERDURA O COMUNISMO?

Após a dissolução do bloco soviético, a maioria dos partidos comunistas na região do Leste Europeu se transformaram em partidos social-democratas, ou em geral apenas não utilizam mais do “comunismo” no nome. Isso se deve principalmente pelo fato de que o nome comunista pode vir a assustar os eleitores, ao lembrá-los das décadas de domínio soviético. Entretanto, é claro que há exceções, e ainda persistem alguns partidos que se proclamam abertamente comunistas e seguem ideais marxistas.

As communist regimes collapsed across East Central Europe in 1989, the defeat of the communist parties seemed complete. After all, these were the same regimes that had shown no regard for basic civic rights, had “strategically planned” the economies into negative growth rates, and had displayed a remarkable propensity for corruption and self-enrichment. Over forty years of oppression had left the people with memories that were as bitter as they were vivid, and the popular uprisings of 1989 fought to remove the parties from power. The first demand voiced by the masses of demonstrators in the streets, and by their representatives negotiating with party officials, was that the communist stranglehold on the economy and the polity finally end. The democratic breakthroughs of 1989 thus bade farewell to regimes widely despised by their own citizens. (GRZYMALA-BUSSE, 2004, p.1)

As memórias do leste a respeito do comunismo, não eram das melhores, lembranças de uma União Soviética presente e invasiva no cotidiano dos ex países-satélites vinha com os nomes dos partidos comunistas. Por esse motivo, para se reinventar e tentar continuar relevante na política dos países agora democráticos, os partidos comunistas tiveram que mudar seus nomes, símbolos e adotaram novos ideais. De certa forma, em alguns dos países, os partidos comunistas até conseguiram sucesso, principalmente nas primeiras eleições no início da transição.

E mesmo não sendo mais tão populares, os partidos comunistas no Leste Europeu ainda existem, mesmo que seja com outra cara, com novos líderes, e mudanças na sua estrutura política. Os partidos mais relevantes no Leste Europeu após a dissolução soviética são: o Partido Comunista da Boêmia e Morávia (KSČM) na República Tcheca; o Partido Socialista Húngaro (MSzP); o partido Social Democracia da Polônia (SdRP) até 1999 e depois fazendo parte da Aliança da Esquerda Democrática (SLD); e o Partido da Esquerda Democrática na Eslováquia (SDL'), que foi dissolvido em 2004.

O Partido Comunista da Boêmia e Morávia foi um dos únicos partidos que continuam utilizando de “comunista” no nome. O partido foi criado em 1990, a partir da dissolução do Partido Comunista da Checoslováquia. Por ser um dos partidos que mais manteve as diretrizes do antigo comunismo escancarado, o partido não tem muito sucesso nas eleições, porém geralmente com uma porcentagem de votos estável, entre 10% e 20%. Embora não seja o partido mais popular, sempre consegue manter alguns assentos no parlamento.

Segundo o próprio site do partido, o KSČM:

tem como meta o socialismo, a sociedade democrática livre, cidadãos iguais, a sociedade política e economicamente pluralista, construído para máxima autonomia do povo civil, próspera e socialmente justa, cuidando de preservar e melhorar o meio ambiente, proporcionando às pessoas um nível de vida decente e promover a paz e a segurança. (KSČM, 2017)

O partido decidiu por eleger uma estratégia de continuidade, no qual manteve a ideologia, o nome comunista, os símbolos e a sua estrutura organizacional. Essa estratégia trouxe ao partido um eleitorado baixo e uma dificuldade em fazer coalizões com outros partidos, que acabam por “excluir” o partido comunista, como um ato de rebelião. O KSČM espera o apoio não a partir de identificação com as políticas partidárias, mas sim como uma forma de protesto às situações político e econômicas dos governos atuais, quando estas piorarem (GRZYMALA-BUSSE, 2004). É uma estratégia imprevisível, que pode ser que nunca funcione, se o status quo não incomodar a população tcheca.

Além de escolher uma estratégia de continuidade, o partido não reconheceu os erros do passado de seu antecessor, o Partido Comunista da Checoslováquia, que foi criado em 1921 e perdurou até 1990. Além de admitir alguns erros cometidos por Stalin, o partido defendia o comunismo da época e colocava como um período de desenvolvimento econômico e progresso social, ou seja, uma era positiva para o país.

The party did not fully renounce its post-1968 repression or its forcible takeover of power in 1948. To do so would call into question the legitimacy of the entire postwar communist system in Czechoslovakia, so important to the party rank and file. Instead, the party extolled the glories of the old communists, did not disavow the hardliners among them, made use of the traditional communist hammer-and-sickle symbols, and continued to insist on a communist identity. (GRZYMALA-BUSSE, 2004, p.89)

Como já foi dito anteriormente, o partido tem um eleitorado estável desde o seu início e os outros partidos excluem o KSČM de possíveis coalizões. O eleitorado do KSČM é em geral cidadãos mais velhos de cidades menores, ou pessoas que acabaram se dando mal com o sistema político e econômico pós transição.

A tabela abaixo mostra os números das primeiras eleições democráticas na República Tcheca após a Revolução de Veludo. Em negrito estão as coalizões feitas pelos partidos, como se pode ver na tabela abaixo, nas primeiras eleições nenhum partido realizou coalizão com o KSČM, porém este teve uma porcentagem consideravelmente significativa por si só. Embora não tenha ganhado uma eleição até os dias atuais, o partido nunca deixou de ter deputados presentes no parlamento.

Tabela 1 – Primeiras eleições na República Tcheca

PARTIDOS	1990	1992	1996	1998
KSČM	13.2%	14.1%	10.3%	11%
ČSSD Partido Social Democrata Tcheco	4%	6.5%	26.4%	32.3%
KDU-ČSL União Cristã e Democrata - Partido Popular Checoslováco	8.7%	6.3%	8.1%	9%
ODS Partido dos Democratas Cívicos	49.5%	29.7%	29.6%	27.7%
ODA Aliança Democrática Cívica	n/d	5.9%	6.4%	n/d
SPR-RSČ Coalizão para República - Partido Republicano da Tchecoslováquia	n/d	5.9%	8%	6.9%
HSD-SMS Movimento para Democracia Autônoma - Partido para Morávia e Silésia	8.4%	5.9%	n/d	n/d
US União Liberdade	n/d	n/d	n/d	8.6%

Fonte: Modificado a partir de Grzymala-Busse (2004).

Nas últimas eleições, realizadas em outubro de 2017, o partido recebeu 7.76% dos votos, conseguindo assim 15 assentos no parlamento. O partido foi o quinto mais votado nessas eleições, ficando atrás dos seguintes partidos: ANO 2011, ODS,

Partido Pirata e partido Liberdade e Democracia Direta (SDP), respectivamente (VOLBY, 2017). Os resultados dessa eleição foram os mais baixos desde a criação do partido.

Na Hungria, o Partido Socialista Húngaro obteve muito sucesso popular. Das eleições ocorridas no país até hoje, o partido ficou em primeiro lugar em diversos anos, mostrando assim o sucesso do partido no país. A diferença na aprovação do MSzP na Hungria e do KSČM na República Tcheca pode ser explicada principalmente pelas diferentes abordagens escolhidas por cada partido. Como já foi explicado anteriormente, o KSČM optou por não quebrar com o passado e mesmo após a adoção da democracia, o partido não quis mudar seus ideais. Diferente disso, o MSzP decidiu reformar o partido, que antes era o Partido Socialista Operário Húngaro (MSzMP), que havia governado a Hungria entre 1956 e 1989. O MSzP decidiu adotar um ideal social-democrata e ser mais liberal na economia, se tornando um partido centro-esquerda.

The Hungarian party had an active role in the dismantling of the communist bloc, and its reformist stances had been accepted for years. As a result, the party was not as discredited as the others and had greater initial acceptance. Consequently, it did not have to centralize quite as much as the others to retain competitiveness; its structures were neither as filled with orthodox obstructionists, nor were they as discredited as the others. Nonetheless, the MSzP streamlined and vertically integrated the organization considerably. (GRZYMALA-BUSSE, 2004, p.111)

O partido não só quebrou com o passado, alterando suas ideologias, se mostrando mais liberal, como também reconheceu os erros do passado do antigo partido, diferente do que ocorreu com os outros partidos na região. O MSzP condenou a repressão Stalinista, a repressão dos movimentos de 1956, a incapacidade do partido de descentralizar reformas na década de 70, o déficit no orçamento, entre outras coisas (GRZYMALA-BUSSE, 2004).

Além do MSzP, que deixou de ser um partido comunista e dessa forma encontrou sucesso no eleitorado húngaro, foi criado também em 1989 o Partido Trabalhista Húngaro, que declara seus ideais comunistas abertamente. O partido nunca conseguiu suceder nas eleições e não conseguiu votos suficientes para obter assentos no parlamento húngaro.

Como se pode ver na tabela abaixo, tirando o primeiro ano de eleições, o partido obteve a maior porcentagem de votos, e em 1994 realizou uma coalizão com o SzDSz, mostrando que o partido não encontra problemas em se unir com partidos de oposição, e o mesmo vale ao contrário. Em 2002 o partido compunha 46.11% do parlamento húngaro, além de ter realizado uma coalizão com o SzDSz, que contava 4,92% do parlamento, contabilizando dessa forma a maioria parlamentar¹².

Tabela 2 – Primeiras eleições na Hungria

PARTIDOS	1990	1994	1998
MSzP Partido Socialista Húngaro	10.5%	33%	32.3%
Social Democratas	3%	1%	0.1%
SzDSz Aliança dos Democratas Livres	21.4%	19.7%	7.8%
Fidesz Aliança Cívica Húngara	8.6%	7%	28.2%
MDF Fórum Democrático Húngaro	24.7%	12%	3.1%
FKGP Partido Independente Cívico de Pequenos Proprietários e Trabalhadores Agrários	11.7%	8.8%	13.7%
KDNP Partido Popular Democrático Cristão	6.5%	7.5%	2.6%
MIEP Partido da Justiça e Vida Húngara	n/d	1.6%	5.5%

Fonte: Modificado a partir de Grzymala-Busse (2004).

O partido se reelegeu em 2006, mantendo a aliança com o SzDSz. Em 2010 o partido perdeu para o Fidesz, compondo apenas 15.28% do parlamento. O mesmo ocorreu em 2014, no qual mesmo com uma coalizão com outros partidos o MSzP conseguiu apenas 19.10%, ficando novamente atrás do Fidesz¹³. Os números mostram que o partido perdeu força nas últimas eleições, mas mesmo assim continua sendo um dos maiores partidos do país.

¹² Dados retirados do site do Ministério do Interior da Hungria.

¹³ Idem.

Na Polônia, o partido mais relevante de esquerda é a Aliança da Esquerda Democrática criada em 1991 como uma coalizão de partidos centro-esquerda e depois como um único partido em 1999. O partido conta com um histórico de eleitorado instável, chegando a alcançar grande aceitação e maioria parlamentar por um período e em outro momento não alcançando sequer um representante no parlamento.

Até 1989, a única oposição relevante na política polonesa era o Solidariedade, a partir daí, a divisão dos partidos ocorreu de maneira simples. Os partidos derivados da oposição como o Solidariedade, eram considerados partidos de direita, e os partidos pós-comunistas como o SLD, de esquerda. O processo de estabelecimento dos partidos de esquerda foram mais lentos quando comparados com os da direita, já que estes tiveram que reestruturar seus partidos para se adaptar a nova democracia. De maneira geral, o grupo de esquerda mais relevante durante todos os anos após o início da democracia foi o SLD, que adotou diversos nomes durante os anos, sob coalizões e alianças diferentes. Outros partidos de ideais comunistas não tiveram tanta importância na política polonesa (MATERSKA-SOSNOWSKA, 2010).

A respeito da quebra com o passado, o partido não foi capaz de se redimir pelos feitos durante o período comunista, um dos motivos pode ser porque grande parte dos eventos controversos aconteceram a poucos anos antes da criação do partido, como por exemplo a repressão dos protestos trabalhistas em 1976 e 1981 (GRZYMALA-BUSSE, 2004).

[...]The conflicts between the party and society were too recent, and the new party elites and activists too involved, for the party's past actions to be condemned. They were to prove a considerable barrier to coalitions and parliamentary cooperation.

On the other hand, the party changed its symbols immediately, ceremoniously removing the flags of the PZPR at the Extraordinary Congress. Shortly thereafter, the party replaced the old symbols with the red rose of Social Democratic parties, to underscore its new commitment [...] (GRZYMALA-BUSSE, 2004, p.105)

Mesmo não se redimindo pelo passado, o SLD passou por uma mudança política e conseguiu ganhar os eleitores na primeira década de eleições parlamentares. O partido entretanto teve dificuldades em fazer coalizões nas primeiras eleições, assim como o partido comunista da República Tcheca, conseguindo em 1993 apenas uma coalizão com um partido que tinha suas raízes também

esquerdistas, o Partido Popular Polonês, que anos depois adotou uma ideologia centro-direita.

Tabela 3 – Primeiras eleições na Polônia

PARTIDOS	1991	1993	1997	2001
SLD	12%	20.4%	27.1%	40.4%
Social Democratas	0.5%	n/d	n/d	n/d
PSL Partido Popular Polonês	9.2%	15.4%	7.3%	8.9%
UD União Democrática	12.3%	10.6%	13.4%	3.1%
ZChN União Nacional Cristã	9%	6.4%	no AWS	n/d
PC Centro Comum	8.7%	4.4%	no AWS	n/d
KLD Congresso Liberal Democrático	7.5%	n/d	n/d	n/d
KPN Confederação da Polônia Independente	7.6%	5.8%	no AWS	n/d
UP União dos Trabalhadores	4.7%	7.3%	4.2%	no SLD
AWS Ação Eleitoral Solidariedade	5.1%	4.9%	33.8%	5.6%
LPR Liga das Famílias Polonesas	n/d	n/d	n/d	7.9%
Samoobrona	n/d	1.1%	0.1%	12.2%
PiS Lei e Justiça	n/d	n/d	n/d	9.5%
PO Plataforma Cívica	n/d	n/d	n/d	12.7%

Fonte: Modificado a partir de Grzymala-Busse (2004).

As eleições de 2001 representam o ponto mais alto do partido, que após essas eleições, diminuiu cada vez mais o seu eleitorado. Um partido que cresceu muito nos últimos anos e ganhou o lugar do SLD foi o Lei e Justiça, que hoje é o maior partido no país. As eleições de 2015 contam a primeira vez que o SLD não conseguiu nenhum representante no parlamento, com apenas 7.6% dos votos, o partido que estava sob

a coligação da Esquerda Unida, não obteve o número de votos suficientes como coligação para conseguir assentos no parlamento.

O Partido da Esquerda Democrática na Eslováquia, o SDL', foi extinto em 2004, porém foi o partido mais relevante de esquerda até o fim da década de 90, quando foi criado o Direção - Social Democracia (Smer). O país conta uma grande variedade de partidos nos dias atuais, porém dos mais relevantes, apenas o Smer é centro-esquerda.

O SDL', sucessor do Partido Comunista da Eslováquia, rompeu com os ideais comunistas e adotou a social-democracia como ideologia central, e por ter se reestruturado da maneira que o fez, conseguiu uma boa aceitação no eleitorado eslovaco nas primeiras eleições. O partido também não encontrou dificuldades em fazer coalizões com outros partidos, mesmo sendo de oposição. O apoio ao partido porém, foi instável, como consequência da política inconsistente e ambiguidade programática, além de constantemente mudar seus apelos (GRZYMALA-BUSSE, 2004).

A quebra com o passado foi essencial para que o partido conseguisse manter sua influência na política do país. Embora não fossem capazes de dissolver o partido, reconheceram que precisavam mudar sua estrutura e identidade e centralizar o partido (GRZYMALA-BUSSE, 2004).

[...] the Slovak party elites rapidly acted to change the party's structure and identity, and did so with little consultation of the party's members or activists. The new leaders had a profoundly reformist orientation, but not necessarily the administrative experience – nor were they particularly numerous within the party. As a result, they felt unable to dissolve the party [...] (GRZYMALA-BUSSE, 2004, p.97)

Nas últimas eleições que participou, o partido não obteve nenhum representante no parlamento eslovaco, conseguindo apenas 1.36% dos votos. Em 2002 o Smer já estava concorrendo eleições e já se mostrava forte nos resultados, com 13.46% dos votos. Desde então, o partido vem liderando as eleições na Eslováquia. Mesmo se tratando de um partido que descende do fim do SDL', o Smer conta com diferentes estruturas, representações e ideais.

Tabela 4 – Primeiras eleições na Eslováquia

PARTIDOS	1990	1992	1994	1998
SDL'	13.8%	14.7%	10.4% (como SV ¹⁴)	14.7%
HZDS Movimento para uma Eslováquia Democrática	33.5%	37.3%	35%	27%
SNS Partido Nacional Eslovaco	11%	7.9%	5.4%	9.1%
ZRS União dos Trabalhadores Eslovacos	n/d	n/d	7.3%	1.3%
Coalizão Húngara	8.6%	7.9%	10.2%	9.1%
SDK Coalizão Democrática da Eslováquia	n/d	n/d	n/d	26.3%
Social Democratas	1.8%	4%	no SV	no SDK
KDH Movimento Democrático Cristão	19%	8.9%	10.1%	no SDK
DU União Democrática	n/d	n/d	8.6%	no SDK
SOP Partido da Compreensão Cívica	n/d	n/d	n/d	8%

Fonte: Modificado a partir de Grzymala-Busse (2004).

Para finalizar o estudo dos principais partidos pós-comunistas na década de 90, a tabela abaixo mostra como foi a transformação organizacional desses partidos. Como se pode notar, cada partido tem a sua particularidade e adotou diferentes estratégias para continuarem relevantes durante a atual democracia. Como já havia sido analisado anteriormente, o KSČM decidiu por manter suas raízes comunistas e dessa forma foi o único a ter uma mínima transformação quando comparado com os outros partidos. O partido também se manteve descentralizado e esse pode ser um dos motivos, dentre muitos outros, pela qual o partido não conseguiu se elevar no período democrático atual.

¹⁴ Coligação Escolha Comum.

Um fato que se pode notar é que os partidos perderam um significativo número de membros com o passar dos anos, o que pode ser explicado pela quantidade de novos partidos que foram surgindo ao longo da década de 90.

Tabela 5 – Transformação organizacional dos partidos comunistas

	KSČM (República Tcheca)	SDL' (Eslováquia)	SdRP (Polônia)	MSzP (Hungria)
CENTRALIZAÇÃO	Mínima	Muito alta	Muito alta	Alta
MEMBROS:				
1989	1.250.000	450.000	2.100.000	870.000
1992	200.000	45.000	60.000	40.000
1999	125.000	28.000	60.000	40.000
QUEBRA COM O PASSADO	Mínima	Média: incapazes de dissolver o partido	Média: não se desculparam pelo passado recente	Muito alta: se desculparam por todo o passado comunista
TIMING DA TRANSFORMAÇÃO	Atrasado	Imediato	Imediato	Imediato

Fonte: Modificado a partir de Grzymala-Busse (2004).

Dos partidos acima, apenas o KSČM manteve como ideologia o comunismo, os outros partiram para a linha da social-democracia e por isso tiveram mais sucesso nas eleições. Ainda existem partidos que se denominam comunistas, assim como o KSČM, em outros países, porém esses são praticamente irrelevantes nos números de votos, como é o caso do Partido Comunista da Eslováquia (KSS), o Partido dos Trabalhadores Húngaros, que já foi citado anteriormente e o Partido Comunista Polonês (KPP).

O que se vê na direção dos países nos dias atuais é uma tendência centro-direita, com exceção da Polônia, que é atualmente dirigida por um partido centro-esquerda. Porém o comunismo de extrema esquerda que foi presente por muito tempo na região, já não tem mais força e foi substituído por uma leva de partidos que optaram por adotar o social-democracia como ideologia.

4.3 ALARGAMENTO DAS RELAÇÕES

Após a dissolução do bloco soviético, o alargamento das relações dos ex países-satélites com o resto da Europa e com instituições e organizações internacionais era inevitável, pelo menos se os países da região quisessem ter algum reconhecimento internacional. De tal forma, a adesão da Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia em organizações internacionais como a OTAN e a OMC ocorreram após o fim da Guerra Fria. As relações econômicas e políticas com outros países além da Europa também era possível depois do fim da hegemonia soviética na região, aumentando de maneira extrema as possibilidades de crescimento do Leste Europeu.

Como um só Estado, a Eslováquia aderiu à ONU em 19 de janeiro de 1993. A Tchecoslováquia, como antecessor da Eslováquia, foi um dos países fundadores da ONU, em 1945. Segundo o site do Ministério de Relações Exteriores da Eslováquia:

Slovak priorities in the UN are based on universal values of multilateralism, equality, transparency, respect for freedom and human rights, peace and security, social, economic and environmental development.

Nos dias atuais, a participação do país na ONU é um dos pilares da sua política externa. O país participou do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), de 2010 a 2012, sendo que no último ano, o representante eslovaco Miloš Koterec foi presidente do conselho. O país também participou como membro não-permanente do Conselho de Segurança entre 2006 e 2007 e no Conselho de Direitos Humanos de 2008 a 2011, o país foi eleito novamente em 2017 e retornará ao Conselho de Direitos Humanos em 2018. O país também teve o seu Ministro das Relações Exteriores e Europeias, Miroslav Lajčák, como presidente da 72ª Assembleia Geral, em 2017.

O país tem grande envolvimento com ações ligadas aos direitos humanos na ONU, mas além disso também participa de ações que preveem manter a paz e a segurança. A Eslováquia atualmente participa de operações de missão de paz no Chipre (UNFICYP), no Haiti (MINUSTAH) e no Oriente Médio (UNTSO).

Na área econômica, o país se tornou membro da OMC em 1995, em maio de 2004 o país também participa como membro da União Europeia. Como membro

individual, o país participou de 3 contenciosos no órgão, sendo que em todos eles a Eslováquia foi o país demandado. O primeiro dos casos teve como demandante a Suíça e dizia respeito a medidas de importação de produtos lácteos e o trânsito de gado. O segundo caso teve como demandante a Hungria e dizia respeito a medidas que afetavam o direito de importação de trigo da Hungria. O último caso que tratava sobre medidas de salvaguardas na importação de açúcar teve como demandante a Polônia. Como membro da União Europeia o país também esteve presente em outros casos.

A respeito de relações bilaterais, a Eslováquia possui relações com diversos países no mundo todo, seja de maneira econômica ou política. Apenas para citar um exemplo de relações bilaterais, a Eslováquia estabeleceu relações efetivas com os Estados Unidos a partir de 1993, e desde então os laços diplomáticos entre os dois são significativamente fortes, a Eslováquia é um grande aliado e parceiro dos EUA principalmente diante da OTAN. A respeito de relações econômicas, o site do Departamento de Estado do governo americano ressalta os seguintes pontos:

U.S. exports to Slovakia include energy equipment, medical equipment and supplies, electrical and electronic machinery and components, automotive parts and components, chemical products, and plastics. U.S. imports from Slovakia are dominated by Volkswagen and Audi sport utility vehicles that are manufactured in Slovakia. The United States and Slovakia have a bilateral investment treaty. Slovakia participates in the Visa Waiver Program, which allows nationals of participating countries to travel to the United States for certain business or tourism purposes for stays of 90 days or less without obtaining a visa.

Os Estados Unidos teve também grande influência na adesão dos países do Leste Europeu na OTAN, após a dissolução do bloco soviético. A superpotência americana exerce grande influência sobre o órgão e por isso desde 1989 queria expandir a OTAN para a Europa Oriental, mais do que pela simples adesão à organização, pela maior zona de influência que isso daria aos EUA.

[...]Isso contrariou a visão de alguns líderes europeus, que a consideram um fardo estratégico-diplomático e financeiro. Nessa visão, ela se apresenta como um instrumento de subordinação da Europa aos EUA, bem como um elemento de entrave à obtenção de um status de maioria, o que retarda um salto qualitativo. Antecipando-se a UE, a OTAN foi ampliada, incorporando, em 1999, países como a Polônia, a Tchêquia e a Hungria, e em 2004, os países bálticos, a Eslováquia, a Eslovênia, a Romênia e a Bulgária, o que reforça a presença

americana. Daí o desejo de criar um elemento de compensação, com a adesão da maioria desses países à UE, que aumenta a influência da União sobre o leste. (VISENTINI, 2015, p.35)

Com a adesão à OTAN, já em 2008, as contribuições militares da Eslováquia eram de maior parte oferecidas a operações lideradas pela OTAN. Neste ano o país disponibilizou 551 soldados, dos quais 313 foram para operações da OTAN, 199 para missões da ONU e 39 para operações da União Europeia. O país contribuiu com a operação Força Internacional de Assistência pela Segurança (ISAF) no Afeganistão, além da operação da OTAN no Kosovo.

A República Tcheca, assim como a Eslováquia, entrou na ONU como país membro individual apenas em 1993. Desde então, o país tem sido muito ativo no órgão. A República Tcheca já foi membro não permanente do Conselho de Segurança entre 1994 e 1995. O país também foi membro rotativo da ECOSOC três vezes, tendo o primeiro mandato de 1996 a 1998, o segundo de 1999 a 2001 e o terceiro de 2006 a 2008. Além disso, na 57ª Assembleia Geral da ONU, o presidente foi um representante tcheco.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) coloca que as principais prioridades do país em relação a ONU são: a cooperação, para trazer um multilateralismo efetivo ao país; a proteção e a promoção dos direitos humanos; apoio aos esforços das estratégias da ONU contra o terrorismo; e também a proteção climática e o desenvolvimento sustentável. O país também apoia os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e busca sempre participar nas operações humanitárias e nas atividades que buscam promover o desenvolvimento.

A República Tcheca participou de inúmeras missões da ONU como por exemplo no Iraque (UNGCI) de 1991 a 2003, no Chad (MINURCAT) em 2009 e inúmeras outras, o MRE coloca que o país já contribuiu com cerca de 30 missões desde a sua adesão.

O país é membro da OMC desde 1995 e como membro individual, e não como parte da UE, só participou de três contenciosos, dos três casos, em apenas um a República Tcheca é o demandante. Neste caso, o demandado foi a Hungria, e o contencioso se deu por medidas de salvaguarda aplicadas em produtos de aço importados da República Tcheca. O primeiro caso que o país foi demandado, o demandante foi a Hungria, e o contencioso foi a respeito de medidas que afetavam os direitos aduaneiros de trigo da Hungria. O último caso teve como o demandante a

Polônia que acusou a República Tcheca de aplicar impostos adicionais na importação de carne de porco polonesa.

A respeito de relações com outras nações além da UE, a República Tcheca tem um amplo leque de relações bilaterais com diversos países. Entre um dos países que possuem um relacionamento político e econômico com a República Tcheca é o Japão. O MRE japonês coloca como histórico de suas relações:

Japan and then-Czechoslovakia established diplomatic relations when the latter gained its independence with the collapse of the Austro-Hungarian Empire after World War I. Overcoming a lengthy period of diplomatic relations suspension since 1939, Japan resumed its ties with Czechoslovakia in 1957. When the Czech Republic declared independence in 1993, Japan was among the first countries to welcome the new state by giving it diplomatic recognition.

Traditionally Japan and the Czech Republic (including the Czechoslovakia era) had enjoyed good relations with no significant pending issues between them, though the differences in political and economic systems kept their relations to a limited extent until the wave of democratization swept over Central and Eastern Europe in 1989. Recently, relations have become much closer in a variety of fields, including political, economic, and cultural areas.

Em termos econômicos, a República Tcheca em 2016 importou do Japão ¥134.1 bilhões (cerca de US\$1.180 bilhão), principalmente em maquinário elétrico, e exportou ¥82 bilhões (cerca de US\$722 milhões), principalmente em componentes mecânicos. Além disso, o Japão realizou investimentos diretos, que até maio de 2017 somavam US\$3.787 bilhões.

A República Tcheca é bem ativa na OTAN e já participou de diversas missões de paz e outras operações em nome do órgão. Assim como a Eslováquia, a República Tcheca participa da ISAF no Afeganistão de diversas maneiras. Também participa nos dias atuais da KFOR, no Kosovo. Além disso, por muitos anos, o país ajudou na estabilidade da região dos Balcãs, sob a liderança da OTAN.

A Hungria, aderiu à ONU em 14 de dezembro de 1955, e sempre foi ativo e engajado nas ações do órgão.

[...]Hungary is deeply committed to multilateralism and firmly adheres to the purposes and principles laid down in the Charter of the United Nations. Hungary strongly supports the Organisation's activities in the fields of the maintenance of international peace and security, sustainable economic and social development, disarmament and non-proliferation, climate change, as well as the strengthening of

international law and the protection of human rights. (Ministério das Relações Exteriores)

O país teve a oportunidade de fazer parte do Conselho de Segurança como membro não-permanente duas vezes desde que aderiu à ONU. A primeira vez de 1968 a 1969 e na segunda vez de 1992 a 1993. O país também foi parte do Conselho de Direitos Humanos de 2009 a 2012 e participou da ECOSOC de 2011 a 2013.

A Hungria sempre se apresenta nas operações da ONU e das missões de paz. desde 1988 cerca de dois mil oficiais húngaros trabalharam em missões ad ONU. O país já participou, ou participa de missões no Chipre, Líbano, Kosovo, Congo, Bósnia-Herzegovina, entre outros.

Na OMC, o país participa como membro desde 1995. Desde então, a Hungria já participou de nove contenciosos na OMC, sendo cinco desses como o demandante, dois como demandado e dois como terceira parte. Alguns dos casos como os que envolviam a Eslováquia e a República Tcheca já foram citados anteriormente. Apenas um exemplo de cada participação da Hungria, como demandante participou de um contencioso no qual acusava a Romênia de proibir a importação de trigo e farinha de trigo; no caso de demandado, a Hungria foi acusada pela Argentina, Nova Zelândia, Austrália, Canadá, Tailândia e Estados Unidos de realizar subsídios na exportação de produtos agrícolas; como terceira parte participou de um contencioso no qual os EUA acusou o Japão de adotar medidas que afetavam os produtos agrícolas.

As relações bilaterais da Hungria e China tem se intensificado nos últimos anos, com diversos programas de cooperação econômica, política e cultural. Alguns momentos importantes da relação Hungria-China, pelo MRE da China:

The two sides conducted vigorous economic and trade, financial, cultural and people-to-people, inter-party, military and local-level exchanges and cooperation. Minister for National Economy Mihaly Varga attended upon invitation the 15th China Hi-Tech Fair. The two sides signed a bilateral currency swap agreement of 10 billion yuan or 375 billion forints. Delegations of Chinese middle school students and students from the earthquake-hit Lushan County, Sichuan Province, made learning tours to Hungary. The third Confucius Institute in Hungary was established at the University of Miskolc. The two sides signed an agreement to set up a training center at the Confucius Institute of the Lorand University that would train Chinese-language teachers in Central and Eastern Europe. The "Happy Spring Festival" event was successfully held in Hungary. The two sides signed an agreement on establishing cultural centers in each other's countries and the Hungary Culture Center was officially launched in Beijing.

A respeito de sua relação com a OTAN e suas operações e missões, a Hungria também teve um grande papel em garantir a estabilidade na Bósnia-Herzegovina. O país também participou da operação no Kosovo, em 2008 a Hungria teve 470 soldados húngaros servindo a missão. A Hungria também faz parte da operação ISAF no Afeganistão, e também participou de uma operação aérea nos Balcãs.

A Polônia, foi um dos países fundadores da ONU em 1945. O país possui uma ação ativa na instituição e suas prioridades dentro da organização são ações que busquem garantir a segurança e a paz internacional, promover os direitos humanos e a democracia, expandir ajuda para erradicar a pobreza, e também proteção ambiental.

An important area of active involvement of Poland in the UN work was our presence in the peacekeeping operations. Polish Armed Forces participated inter alia in international peacekeeping missions since 1953 (NNSC – Korean Peninsula), and in the operations of the United Nations since 1973 (UNEP II - Egypt), while the Polish police was present in missions since 1992 (UNPROFOR - former Yugoslavia). In the UN, Poland stresses especially the principles of the functioning of peacekeeping missions, as well as post-conflict reconstruction in the countries in which operations took place. (Missão Permanente da Polônia na ONU em Nova York)

Como um dos membros fundadores da instituição, a Polônia teve a oportunidade de participar como membro não-permanente do Conselho de Segurança seis vezes, sendo elas: de 1946 a 1947, em 1960, de 1970 a 1971, de 1982 a 1983, de 1996 a 1997, e agora foi eleito novamente para participar do conselho em 2018 e 2019. A Polônia também foi membro do Conselho de Direitos Humanos de 2010 a 2013.

No âmbito econômico da OMC, o país aderiu a organização em 1995, assim como os outros. Desde a sua adesão, a Polônia participou de cinco contenciosos, sendo três desses como demandante, um como demandado e um como terceira parte. Dos casos em que a Polônia foi demandante, dois já foram citados anteriormente, de tal forma, o último caso diz respeito a direitos anti-dumping no comércio de ferro e aço, e o caso teve como país demandado a Tailândia. Como demandado o país foi questionado pela Índia sobre o regime de importação de automóveis. Por último, o país participou como terceira parte em um contencioso entre a União Europeia e o Canadá, a respeito de proteção de patentes de produtos farmacêuticos.

As relações bilaterais Brasil-Polônia datam de meados do século XIX, as relações se estreitaram no entreguerras. Nos dias atuais as relações entre os dois países vai além do comércio, abrangendo também cultura, educação, tecnologia e segurança. No viés econômico, o Brasil é o principal parceiro econômico da Polônia na América Latina, e o comércio entre os dois ultrapassou a marca de US\$1 bilhão em 2012. Grande parte desse fluxo comercial se deve às exportações do Brasil de aeronaves da Embraer. No âmbito educacional, a Polônia foi um dos parceiros brasileiros no programa Ciências Sem Fronteiras. Militarmente, cooperações bilaterais se intensificaram entre os dois, com por exemplo o programa de intercâmbio de oficiais.

Além disso, na Polônia, a embaixada brasileira realiza atividades e programações, envolvendo cinema, música e literatura, para propagar a cultura brasileira no país e buscar integrar mais os dois países de forma mais cultural.

Desde 1996, a Polônia participa e contribui com as operações e missões da OTAN. A respeito das participações mais relevantes da Polônia nas operações da OTAN, segundo a Delegação Permanente da Polônia na OTAN, são:

[...]operation ISAF in Afghanistan (2004-2014), in art. 5 maritime operation Active Endeavour in the Mediterranean Sea (2005-2011) and in NATO crisis management operations, i.a. IFOR and SFOR in Bosnia and Hercegovina (1996-2004), AFOR in Albania (1996), Amber Fox and Allied Harmony in Macedonia (2001-2003), as well as in training missions: NTM-I in Iraq (2005-2006), NTM-A in Afghanistan (2009-2014) and in humanitarian mission Swift Relief in Pakistan (2005-2006).

Atualmente, a Polônia está envolvida em operações no Afeganistão, no Kosovo (desde 1999), operação marítima no Mar Mediterrâneo (desde 2016). O país também apoia missões de paz na África, como no caso da missão da Somália, desde 2007.

Como foi possível concluir, os países do leste estão presentes nas principais organizações e instituições, e não apenas presentes como também ativas. A região busca a cada dia mais se colocar no cenário internacional de maneira individual, como pode ser visto nos exemplos de relações bilaterais de cada país. É importante que mesmo com todos os países fazendo parte da União Europeia, não dependam econômico, político e militarmente do bloco, se certificando de também agir de maneira independente, seja nas instituições ou diante de outros países.

4.4 UNIÃO EUROPEIA E LESTE EUROPEU: ATÉ ONDE CHEGAMOS?

A União Europeia que se conhece hoje teve início nos finais da 2ª Guerra Mundial, com o objetivo principal de prevenir a Europa de uma nova guerra, com a ajuda da cooperação econômica e política. Desse modo, em 1950 se iniciaram as negociações que levariam a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), constituído pela RFA, a Itália, a França, a Bélgica, os Países Baixos e Luxemburgo. O acordo de criação da CECA tinha como objetivo conciliar questões tanto de exploração do carvão e dos minérios de ferro como do funcionamento de indústrias do setor (OLIVEIRA et al., 2006).

O acordo tinha objetivo concreto, que propunha a implementação de uma indústria pesada comunitária de aço e carvão, e essa indústria comunitária seria o ponto comum entre os membros da comunidade e com o tempo geraria uma integração mais profunda. Esse foi o primeiro passo da integração da região, que nesse acordo, instaurou um mercado comum desses bens. O sucesso da CECA inspirou os países europeus a irem mais além com o processo de integração.

Com isso, em 1951 tentaram estabelecer um projeto, chamado Comunidade Europeia de Defesa (CED) que era uma comunidade diferente da CECA, com um caráter mais político. Porém o projeto foi rejeitado e isso mostrou a incapacidade da Europa, naquele momento, de ceder parte de suas soberanias nacionais em prol de uma maior integração da região. A integração política ainda não era possível nessa época, de forma que buscaram então continuar a integração no plano econômico.

Deste modo, em 25 de março de 1957, com o Tratado de Roma, são criados a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom). O Euratom buscava, segundo Oliveira et al. (2006, p.48):

[...]organização comunitária da utilização pacífica de energia nuclear, o desenvolvimento do comércio de energia convencional e atômica, a organização de uma rede europeia de vias de transporte e, eventualmente, a preparação progressiva de um mercado comum sem direitos alfandegários, quotas e licenças de comércio.

O segundo projeto, bem mais ambicioso, visava criar um mercado comum mais amplo do que o decretado pelo CECA, alargando as relações e abordando mais bens e serviços.

O mercado comum estabelecia uma união aduaneira, que acabava com os direitos alfandegários e com outras restrições ao comércio entre os membros, erigindo uma tarifa externa comum - medidas que entrariam em vigor progressivamente, ao longo de um período de transição de 12 anos. A criação do Mercado Comum Europeu (MCE) levaria também à abolição de outros obstáculos, como aqueles que existiam na circulação de trabalhadores, dos bens e serviços e dos capitais entre os Estados membros, além do estabelecimento de condições favoráveis à livre concorrência, ficando proibidas formas danosas de proteção, discriminação e de associação entre as empresas nacionais. Por fim a grande inovação do Tratado era o estabelecimento de políticas comunitárias, e com ele já se instituía uma política agrícola. (OLIVEIRA et al., 2006, p.48)

Com a criação da CEE, finalmente um passo foi dado em direção a integração política, mesmo que de início sutil, e ligada à temas econômicos, que já era uma área bem explorada pela integração exercida na região. Mesmo assim, o receio dos países membros da CEE era grande e a integração política era um grande passo a ser dado. O desafio de ceder parte da soberania nacional para o bloco regional ainda persiste nos dias atuais, principalmente com a nomeação de partidos eurocéticos em toda Europa, como é o exemplo de Andrej Babis, o recém eleito primeiro-ministro da República Tcheca.

A tentativa de maior integração política ocorreu durante toda a década de 70, a primeira tentativa de estabelecer essa integração foi na Conferência de Cúpula de Haia, em 1969; seguiu-se com os debates na Cúpula de Chefes de Estado em Paris, em 1972; depois novamente em 1974, em Paris. Nesse meio tempo, a CEE cresceu em número de membros, com o ingresso do Reino Unido, da Dinamarca e da Irlanda em janeiro de 1973.

O alcance de integração desejado demorou a ocorrer. Isso porque a década de 70 foi um período de pessimismo geral, com crises econômicas e políticas, como exemplo a Crise do Petróleo de 1973, no qual o petróleo teve um grande aumento de preço pelos países produtores o que causou uma crise econômica, que perdurou até a década de 80 (OLIVEIRA et al., 2005). No momento os países não estavam pensando em ampliar sua integração regional, e por isso o desenvolvimento do bloco foi deixado de lado por um tempo.

Porém um passo importante para o desenvolvimento do bloco ocorreu nessa década, que foram as eleições gerais do Parlamento Europeu, em 1979. Nos anos 80 mais países ingressaram no bloco, o primeiro foi a Grécia, em 1981 e depois Portugal e Espanha, em 1986. A entrada desses países no bloco demonstrou a dificuldade do

bloco para trabalhar a desigualdade entre os países. Até então, todos os países membros do bloco eram países desenvolvidos e que estavam em uma boa situação econômica e social naquele momento, o que não ocorria com a Grécia, país que contava com uma grande desigualdade perante aos altos padrões do bloco europeu e também não ocorria com Portugal e Espanha, países que haviam acabado de sair de um regime ditatorial e ainda estavam se reestruturando, de todas as formas (FONTAINE, 2014; OLIVEIRA et al., 2005).

Em 1986, o Ato Único Europeu foi assinado. Se tratava de um tratado com uma série de medidas, programas, e textos que ditavam as regras da integração, para alcançar o verdadeiro mercado comum desejado pelo bloco. Um novo tratado veio em 1991, em Maastricht, em um novo contexto histórico, com o fim da Guerra Fria e a redemocratização dos países da Europa Central e Oriental.

O Tratado de Maastricht criou a União Europeia, e adicionou cooperação dos países membros em temas como política externa e defesa interna. O que vinha sendo tentado desde décadas atrás, estava começando a se tornar realidade. A União Europeia, que é o maior bloco de integração regional dos dias atuais, é composta pelo Conselho Europeu, pelo Conselho da União Europeia, pelo Parlamento Europeu, pela Comissão Europeia, pelo Tribunal de Justiça, pelo Banco Central Europeu e pelo Tribunal de Contas. Essas instituições do bloco, cada uma com sua atribuição, tem parte das competências doadas pelos governos nacionais de cada país membro, para que o bloco possa cuidar das áreas que a dizem respeito.

Com o tratado surgia uma nova organização, a União Europeia, que se estabelecia sobre três pilares: as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum (Pesc), e a cooperação nos campos da justiça e das questões internas, em que se costuravam princípios gerais, ressaltando-se o da subsidiariedade, do respeito à democracia e aos direitos humanos, e guiados por uma estrutura institucional de natureza supranacional encabeçada pelo Conselho Europeu. Uma inovação de importante impacto simbólico e psicológico foi a criação da 'cidadania europeia', pela qual todo súdito de um Estado membro tornava-se cidadão da União, tendo o direito de viver e trabalhar no território de qualquer um dos parceiros, de votar e se candidatar nas eleições locais e do Parlamento Europeu. (OLIVEIRA et al., 2005, p.56)

Em 1995 ocorre a adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia. E em 2004, após mais de seis anos de negociação, ocorre o maior alargamento do bloco até então, com a adesão de 12 países: Bulgária, Hungria, República Tcheca, Chipre,

Malta, Estônia, Lituânia, Letônia, Polônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Grande parte dos países aderidos, ou faziam parte da União Soviética, ou faziam parte do bloco soviético, o que colocava os novos países membros em uma situação de disparidade com os países já parte do bloco. Da mesma forma que ocorreu com a entrada da Grécia, Portugal e Espanha, a região possuía realidades distintas das vividas nos outros países da União.

Essa região [Europa Oriental] está introduzindo importantes problemas econômicos e de segurança na agenda da integração, como as migrações, os conflitos, o narcotráfico, a ação das máfias e, finalmente, a instabilidade financeira. A conversão do antigo campo soviético em uma espécie de Terceiro Mundo colocou a UE frente a uma contradição de tipo Norte-Sul em suas fronteiras. (VISENTINI, 2015, p.29)

Com o Tratado de Maastricht também foi estabelecido uma União Econômica e Monetária, que substituiu as moedas nacionais dos países membros por uma moeda única, o euro. A necessidade de se criar uma união monetária vinha pela dificuldade dos países membros em fazer negócios, já que havia uma distorção do comércio devido às mudanças constantes de taxa de câmbio, o estabelecimento de uma moeda única também previa uma diminuição nos custos dos negócios e maiores condições de planejamento empresariais (OLIVEIRA et al., 2005). As relações econômicas na zona do euro são muito fortes, porém nem todo país decidiu por adotar a moeda única e isso não significa que os países que decidiram manter suas moedas não têm um nível elevado de relações econômicas com os países da zona euro.

O Tratado de Lisboa, que foi assinado em 2007 e entrou em vigor em 2009, altera todos os antigos tratados, porém não os substitui. O Tratado serviu para unificar todas as antigas constituições de forma a continuar o desenvolvimento do bloco em termos políticos e reforçar a integração em termos econômicos.

O último país a entrar para o bloco foi a Croácia, em 2013, e com isso totaliza 28 países hoje membros da União Europeia. Atualmente, entretanto, há países em negociações para futuramente aderir ao bloco, como é o caso da Turquia, Islândia, Sérvia, Macedônia e Montenegro.

Figura 11 - Países membros da União Europeia em 2017



Fonte: Toda Matéria.

As instituições que foram mencionadas anteriormente, junto com comissões consultivas variáveis, permitem o funcionamento da União Europeia. Todos os países membros do bloco tem representações nas instituições políticas da UE.

A primeira e mais importante instituição política do bloco é o Conselho Europeu, que é composto pelos presidentes e/ou primeiro-ministros de cada país membro. Reúne-se quatro vezes ao ano e tem um presidente eleito por maioria qualificada com um mandato de dois anos e meio, podendo se reeleger uma vez. A instituição estabelece os objetivos do bloco e determina as políticas para que os objetivos sejam alcançados, além de tomar decisões sobre questões que não foram resolvidas pelo Conselho da União Europeia (FONTAINE, 2014).

O Conselho da União Europeia por sua vez, é composto por ministros dos governos nacionais de cada membro. De tal forma, os ministros variam de acordo com o tema da ordem de trabalho: indústria, agricultura, comércio exterior, transportes,

entre outros. Sua função consiste principalmente em aprovar legislação, e adotar o orçamento do bloco, e essas responsabilidades são compartilhadas com o Parlamento Europeu. As decisões da instituição podem ser tomadas por maioria simples, maioria qualificada ou unanimidade, dependendo do caso (FONTAINE, 2014).

A presidência do Conselho da UE é rotativa, no qual cada Estado-membro tem um mandato de 6 meses. Todos os países do Leste Europeu estudados neste trabalho já tiveram a presidência do Conselho por um período. A República Tcheca foi presidente de janeiro a junho de 2009, a Eslováquia de julho a dezembro de 2016, a Hungria de janeiro a julho de 2011 e a Polônia de julho a dezembro de 2011¹⁵.

O Parlamento Europeu como já foi dito anteriormente, compartilha de competências com o Conselho da UE, porém o Parlamento difere dos outros órgãos por se tratar de uma representação pública. Desde 1979 os países membros, através de eleições diretas, escolhem seus representantes parlamentares, a cada cinco anos. Além das responsabilidades legislativas e orçamentárias, o Parlamento também é o órgão de controle democrático da Comissão Europeia.

De cinco em cinco anos, quando chega o momento de nomear uma nova Comissão, o Parlamento Europeu recém- eleito pode aprovar ou rejeitar, por maioria simples, a pessoa nomeada pelo Conselho Europeu para o lugar de presidente da Comissão. Este voto reflete de forma clara os resultados das eleições anteriores para o PE. O Parlamento também entrevista individualmente os membros propostos para integrarem a Comissão antes de aprovar a nova Comissão como um todo. (FONTAINE, 2014, p.14)

A formação do Parlamento Europeu, se dá a partir da população dos países membros. Ou seja, a quantidade de representantes no parlamento é proporcional à população de cada país. De tal forma, no Parlamento atual, constituído de 751 deputados, a Hungria tem 21 representantes, a República Tcheca também tem 21 representantes, a Eslováquia 13 e a Polônia 51 (FONTAINE, 2014).

A Comissão Europeia é responsável pela elaboração da legislação, e por isso é considerada vital para o funcionamento do bloco. Os membros são nomeados por cinco anos, sob a aprovação do Parlamento Europeu, como foi dito anteriormente. Cada Estado membro elege um comissário para participar do órgão, que também é composto por um presidente e por um alto-representante para Negócios Estrangeiros

¹⁵ Dados disponíveis no site da União Europeia.

e Política de Segurança (FONTAINE, 2014). O membro nomeado pela República Tcheca é Věra Jourová, responsável pela Justiça, os Consumidores e a Igualdade de Gênero; o membro nomeado pela Eslováquia é Maroš Šefčovič, vice-presidente responsável pela União da Energia; o membro nomeado pela Hungria é Tibor Navracsics, responsável pela Educação, a Cultura, a Juventude e o Esporte; e por fim o representante nomeado pela Polônia é Elżbieta Bieńkowska, responsável pelo Mercado Interno, a Indústria, o Empreendedorismo e Pequenas e Médias Empresas¹⁶.

O Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas são compostos por um representante de cada país membro. O Tribunal de Justiça tem como função “garantir o cumprimento dos direitos da União Europeia e a interpretação e aplicação corretas dos tratados” (FONTAINE, 2014, p.15). Já o Tribunal de Contas “verifica a legalidade e a regularidade das receitas e despesas da União Europeia, assim como a sua boa gestão financeira” (FONTAINE, 2014, p.15). Por último, o Banco Central Europeu, tem como função cuidar da política monetária do bloco e do euro, a partir da garantia de estabilidade dos preços e supervisão dos bancos nacionais.

Além dos órgãos principais, o bloco possui órgãos consultivos, como o Comitê Econômico e Social Europeu, o Comitê das Regiões e o Banco Europeu de Investimento. O primeiro órgão possui 12 membros representantes da República Tcheca, 9 representantes da Eslováquia, 12 representantes húngaros e 21 representantes poloneses. O segundo órgão conta com o mesmo número de representantes de cada país, com exceção da Polônia, que possui 18 membros no Comitê das Regiões¹⁷.

É claro que por se tratar de um bloco antes de tudo de integração econômica, as relações os países do Leste Europeu com o bloco da perspectiva econômica é o enfoque mais interessante para o desenvolvimento dos estudos no trabalho. O orçamento e os fundos da União Europeia vem quase que 94% das contribuições financeiras dos países membros. Cada país contribui de acordo com a sua economia, ou seja, quanto maior a economia de um país, mais ele deve contribuir com os fundos da União, e o contrário também é válido. Os fundos não tem como objetivo redistribuir a renda entre os países membros, mas sim contribuir com as necessidades de cada país em seus respectivos setores carentes.

¹⁶ Dados disponíveis no site da União Europeia.

¹⁷ Idem.

O site oficial da União Europeia disponibiliza todos os dados referentes ao bloco, seja na área econômica, política ou social. Em termos financeiros, a União Europeia coloca que em 2015 os gastos do bloco com a República Tcheca foram de €7.075 bilhões, já a contribuição do país para o orçamento do bloco foi de €1.315 bilhão. Os gastos do bloco no país vão para diferentes projetos de diversas áreas, como infraestrutura; agricultura e desenvolvimento rural; cultura, educação e emprego; saúde e pesquisas; e meio ambiente e energia.

No setor de infraestrutura alguns exemplos de projetos são: a construção de novas estradas que ligam a região central com a região Zlín (investidos €272.2 milhões), no qual foram construídas duas novas rodovias, sendo uma delas de via expressa, para ajudar no fluxo das rodovias e diminuir o congestionamento, além de ajudar na economia do país; a extensão do metrô de Praga (investidos €330 milhões), no qual previam 4 novas estações e 6km de uma nova linha, que servirá cerca de 127 mil cidadãos tchecos no dia-a-dia; e o canal de gás Trans-Europeu (investidos €14 milhões), que criou um gasoduto de ligação entre a República Tcheca e a Polônia, assegurando o suprimento de energia para ambos os países.

No setor de agricultura e desenvolvimento rural pode-se ressaltar o projeto de contribuição para o desenvolvimento da estação de biogás de Dešov no qual foi investido €1.1 milhão. Outro projeto foi o da contribuição para melhores condições da pecuária da região de Zlín, no qual foram investidos cerca de €104 mil, para prover uma melhor infraestrutura para o gado e garantir que seja mantida a qualidade dos produtos criados a partir desses animais.

O projeto EFEKT foi criado para ajudar os desempregados em desvantagem, como por exemplo recém-graduados, mães com filhos pequenos, ou maiores de 50 anos. Foi investido cerca de €208 mil no programa, que pretendia atingir um público de 160 pessoas.

Key activities include motivational sessions, training in computer skills and specific courses in trade and industry, project management and other business skills. Participants are also advised on how to negotiate the best employment conditions.

Meanwhile, employers who agree to engage project participants receive financial support for a period of up to 12 months. (Fundo Social Europeu)

Além de trabalho, o programa Erasmus oferece oportunidade para os estudantes universitários realizar um intercâmbio, no qual pode ser feita uma parte da grade curricular, ou realizar um estágio em algum dos países membros da UE. Cerca de 7 mil estudantes tchecos receberam a bolsa do programa entre 2011 e 2012, que consiste em €215 mensais para cada aluno.

Para saúde, o bloco investiu €5.5 milhões na reforma e modernização do departamento de radiologia do Liberec Regional Hospital, com a compra de novos equipamentos mais modernos para facilitar e agilizar diagnósticos. E para pesquisa, a União Europeia investiu €208 milhões na criação do chamado Instituto de Tecnologia Centro Europeu (CEITEC), na cidade de Brno, que receberia 600 pesquisadores de diferentes áreas.

A respeito do meio ambiente, a UE investiu na República Tcheca, €37.8 milhões para completar e modernizar a rede de esgotos na região de Brno, para reduzir a quantidade de poluentes e chegar a ainda mais cidadãos. Além disso, o país participa de um projeto junto com outros 14 países, para a prevenção de enchentes, chamado Flood Awareness and Prevention Policy (FLAPP project). O programa recebeu €1.1 milhão dos orçamentos da UE.

Os parceiros econômicos da República Tcheca são principalmente países da União Europeia mas não se restringem a eles. Os principais países para qual a República Tcheca exporta são a Alemanha, a Eslováquia e a Polônia. Já os países da qual eles mais importam são a Alemanha, a Polônia e a China. O país decidiu por manter a sua moeda, a coroa tcheca e portanto não participa da zona do euro.

Na Eslováquia, os gastos da União com o país foram de €3.735 bilhões, enquanto que a contribuição do país com o orçamento do bloco foi de €608 milhões, mostrando mais uma vez a disparidade de valores nas contribuições do país e nos investimentos do bloco. Da mesma forma que na República Tcheca e nos outros países membros do bloco, os investimentos foram para diversas áreas em inúmeros projetos.

A ferrovia eslovaca recebeu €88.5 milhões para realizar uma melhoria em suas linhas, para trocar ou modernizar os seus trens e deixar o transporte mais amigável para o meio ambiente e mais seguro para as milhares de pessoas que dependem do transporte diariamente. Na questão de infraestrutura, o bloco disponibilizou um montante de €67.5 milhões para a construção de novas estradas ligando a Eslováquia com a República Tcheca e com a Polônia.

O bloco também investiu cerca de €676 mil na reforma de um antigo chalé, o transformando em uma moderna acomodação turística na região de Zilina, uma região popular para turismo por estar rodeada de montanhas e lagos, a reforma ajuda a fomentar o turismo na região além de oferecer empregos para os locais. Na mesma região, o bloco investiu cerca de €1.3 milhão em uma companhia rural chamada Agrosev, para a compra de equipamentos mais modernos para potencializar o proveito dos milhares hectares pertencentes à empresa.

Na área da educação, o programa Erasmus também é bem forte no país. Entre 2012 e 2013, mais de três mil estudantes eslovacos realizaram o programa de intercâmbio Erasmus, e mais de 1.500 estudantes de diversos países da Europa realizaram intercâmbio no país também através do programa.

A região rural de Zilina também recebeu investimentos na área da saúde. A região sofria de falta de profissionais qualificados nas áreas de odontologia, anestesiologia, oncologia, entre outros. O projeto ajudou os profissionais a se especializarem por meio de treinamentos nas suas respectivas áreas de conhecimento. Foi introduzido no projeto cerca de €55 mil pelos fundos do bloco.

Na área de pesquisa e inovações, a União investiu €55 milhões em um projeto que busca realizar pesquisas sobre o grafeno¹⁸, sendo uma das empresas a receber recursos para a investigação eslovaca. Além de realizar pesquisas sobre o grafeno, o projeto em objetivo de buscar maneiras de explorar as propriedades do material, que está entre os materiais mais importantes do século XXI, sendo considerado por especialistas tão importante quanto o plástico ou o aço.

A União Europeia investiu €48.3 milhões no tratamento de água e esgoto de 6 regiões eslovacas, para modernizar ou substituir os sistemas de tratamento já existentes. O projeto tem como objetivo uma redução da poluição da água, para oferecer uma água mais segura e saudável para a população eslovaca. O bloco também investiu €1.5 milhões para ajudar a criar “pontes verdes” na área dos alpes, para que os animais não invadam as estradas, dessa forma prevenindo acidentes e preservando as espécies que vivem na região.

Na arena econômica, os principais parceiros econômicos da Eslováquia são países da União Europeia, e mais do que isso, são países de grande proximidade

¹⁸ Grafeno é uma das formas do carbono, é o carbono puro de forma fina, maleável, leve, quase transparente, resistente, denso e bom condutor de calor e eletricidade.

geográfica. Os principais parceiros exportadores são a Alemanha, a República Tcheca e a Polônia, e os principais parceiros importadores do país também são a Alemanha e a República Tcheca, além da Áustria. A Eslováquia é o único dos países abordados neste trabalho que adotou o euro como moeda, abandonando a coroa eslovaca.

No caso da Hungria, o país recebeu em 2015 do bloco €5.629 bilhões, em comparação com uma contribuição da Hungria para o orçamento do bloco de €946 milhões. Esse investimento no país foram para diversas áreas, desde infraestrutura e saúde, até educação e meio ambiente, assim como os outros países abordados no trabalho.

Dos gastos com infraestrutura estão mais uma vez investimentos para melhora de ferrovias e estradas.

A railway investment package in Közép-Dunántúl (Central Transdanubia) has shown major improvements on the Budapest-Székesfehérvár line. The route is of great importance since it is not only a European transit route, but also a busy line during the tourist season. (Comissão Europeia)

Com os €439 mil investidos pela União Europeia, o projeto procura reduzir o tempo das viagens além de reduzir a poluição e melhorar a segurança nos trens. O projeto também prevê desenvolvimento do turismo e com isso um avanço na economia da região. O bloco também investiu €201.1 milhões na expansão da rodovia M43, que conecta Szeged com a fronteira da Romênia, o que gera mais do que benefícios apenas para os locais, pois também coopera com o comércio internacional. Além disso, a expansão da rodovia vai ajudar a diminuir o congestionamento e melhorar a segurança na região.

O projeto de substituição do gás natural pelo biogás na fábrica de açúcar em Kaposvár teve €1.84 milhão de investimentos da União Europeia. De acordo com o projeto, a própria fábrica irá criar o biogás durante o ano todo, a partir de melaço e farelos, além do açúcar da beterraba. De tal forma, a fábrica poderá substituir o uso do gás natural, se mantendo mais sustentável.

O projeto Korányi trouxe a construção de um novo posto de atendimento na Semmelweis University, com um investimento de €27.6 milhões. A construção conta com um centro de diagnósticos e uma área de pouso para helicópteros. Alguns pesquisadores húngaros fazem parte de um outro projeto financiado pela União Europeia chamado “Human Brain Project”, no qual se pretende, com tecnologias

avançadas de computadores, criar um modelo detalhado do cérebro humano para ajudar no desenvolvimento de novos tratamentos para doenças cerebrais, além elaborar novas tecnologias informáticas. Cerca de €54 milhões foram investidos nesse projeto.

O programa Tanoda, que prevê diminuir a discriminação do nível educacional entre as crianças da Hungria, para que todas tenham a mesma qualidade de educação, mesmo os com menos condições contou com a participação de cerca de 66 escolas, que foram beneficiadas com o programa, com um investimento total de €7.5 milhões. A Hungria também é um país que utiliza do programa Erasmus, estima-se que cerca de 4 mil estudantes realizaram um intercâmbio pelo programa entre 2012 e 2013, recebendo uma ajuda do governo para cobrir os custos de viver em um país estrangeiro.

A Start Non-Profit Ltd possui um programa financiado pela União Europeia, com um investimento de €255 mil, o programa da companhia busca inserir no mercado de trabalho pessoas com habilidades diferenciais, realizando cursos de treinamento e oferecendo apoio para os funcionários que participam do projeto.

Na cidade de Mórahalom, com um investimento de €1 milhão dos fundos da UE, foi criado um sistema de energia geotermal, que serve de aquecimento para a prefeitura, a biblioteca municipal, uma escola primária e um jardim de infância, além de um hotel local, poupando cerca de 80% dos gastos com energia. O país também recebeu cerca de €52.7 milhões para um projeto que busca reduzir o nível de cheias do reservatório Szamos-Kraszna, para melhorar a gestão paisagística da área, já que a água retida vai servir para irrigação na região.

No ponto de vista econômico, os principais parceiros de exportação da Hungria são mais uma vez a Alemanha, também a Romênia e a Eslováquia. Já os parceiros de importação são a Alemanha, a China e a Áustria. De novo, a maior parte das relações econômicas acontecem dentro da UE, em países próximos. A Hungria, que não aderiu ao euro, tem como moeda oficial o forint húngaro.

A Polônia, como um país de população e área bem maior do que os outros países, também tem um total de investimentos da UE bem maior, contabilizando em 2015, €13.358 bilhões. Já a sua contribuição para o orçamento dos fundos do bloco no mesmo ano foram de €3.718 bilhões. Os investimentos da UE no país tem programas similares aos dos outros países, como projetos de infraestrutura, educacional, de pesquisa, entre outros.

O bloco está financiando cerca de 60% do investimento necessário para a ampliação da rodovia A1 no país, com um investimento de €1.3 bilhão. A rodovia para ligar Toruń e Łódź, vai reduzir o tempo de viagem em 97 minutos, além de prevenir acidentes e ajudar nas relações econômicas das regiões. A União também investiu €204 milhões para modernizar a ferrovia que liga Wrocław à Poznań, de modo que haja a redução do tempo de viagem dos passageiros, e que as ferrovias se adequem aos padrões europeus.

A UE investiu €40 mil na reforma e modernização de um edifício agrícola na cidade de Międzychód, tornando o edifício em um centro de educação ambiental, melhorando a economia da cidade com a chegada de mais turistas. Também pensando no desesenvolvimento das zonas rurais, foi oferecido cerca de €72 mil à uma ONG de jovens com o projeto de ensinar pessoas mais velhas a usar o computador e a internet, melhorando o nível de conhecimento tecnológico em áreas rurais.

Com 85% do financiamento oferecido pela UE (€77.8 milhões), foi construído um centro de pesquisas biomédicas em Varsóvia.

The centre will carry out research on some of the most prevalent human diseases, such as cancer and heart disease, but will also focus on new diagnostic methods and therapeutic approaches. (Comissão Europeia)

O projeto “Individual Employment Paths” realizado na região de Warmińsko-Mazurskie, busca ajudar pessoas com mais de 45 anos que estejam há algum tempo sem emprego, ou que tenham algum tipo de incapacidade, física ou mental, a conseguir um emprego. Foi investido cerca de €393 mil no programa, que teve sucesso e foi ampliado para outras partes do país.

Um projeto realizado pela União Europeia, com orçamento de €75.8 milhões, reformou e construiu redes de abastecimento de água e esgoto na cidade de Kielce, fornecendo a cerca de 20 mil pessoas, água segura para beber. Também na esfera de meio ambiente e energia, a UE investiu €66.7 milhões na criação de um gasoduto entre Szczecin e Gdańsk, permitindo que os excedentes fossem armazenados.

A respeito das relações econômicas da Polônia, o país realiza exportações principalmente para a Alemanha, República Tcheca e Reino Unido. As importações ocorrem principalmente da Alemanha, da China e da Rússia. Como já dito

previamente, a Eslováquia foi o único país dentre os abordados no trabalho, que adotou o euro, a Polônia se manteve com o zloti polaco.

Como foi possível notar a partir da relação dos países da região do Leste Europeu com a União Europeia, nos dias atuais boas partes dos investimentos para o desenvolvimento dos países provém do bloco, além da maioria dos países realizar mais negócios com os países vizinhos, ou outros países membros da UE do que com outras nações ao redor do mundo. Há sim exceções, como a China, mas de modo geral, as relações com a União Europeia são predominantes.

Embora hoje alguns dos países tenham governantes euroceticistas, não se pode negar que o alargamento das relações entre o Leste e a UE trouxe inúmeros avanços para a região, principalmente na forma de infraestrutura e desenvolvimentos tecnológicos.

4.5 PERSPECTIVAS PARA O LESTE EUROPEU

A partir do que foi visto no decorrer deste capítulo, do panorama atual do mundo e da região do Leste Europeu, dos partidos eleitos nos governos atuais, das dificuldades recorrentes do mundo contemporâneo, do alargamento das relações da região com as instituições e organizações mais influentes e também a realidade das relações do Leste Europeu com o bloco da União Europeia, o que se pode notar é uma incoerência de ações que dificultam prever o futuro da região.

O mundo globalizado atual passa por uma série de novas dificuldades, como a questão dos refugiados e do meio ambiente, por exemplo. Principalmente na Europa, a questão dos refugiados vem se tornando uma das maiores preocupações dos governos, com um fluxo enorme de pessoas que foram para a Europa, desde 2015. Com mais de um milhão de refugiados, os principais países pela qual eles chegam ao continente é pela Grécia e Itália. Como já foi visto anteriormente, a UE procura realocar esses refugiados, colocando uma cota para cada país receber.

Porém o que se vê na região do Leste Europeu ultimamente é um conservadorismo nacionalista que não quer receber refugiados ou imigrantes em geral em seus países. Essa onda de conservadorismo na verdade ainda pode ser vista no mundo todo, não só a respeito dos refugiados, mas também com o movimento LGBT, com as mulheres, com os pobres, etc. Os partidos no poder no Leste Europeu, com exceção da Eslováquia (centro-esquerda) estão passando por um período

euroceticista, o que pode causar uma mudança na relação entre a Hungria, a Polônia e a República Tcheca e a União Europeia.

Outro fato importante a ser destacado sobre o panorama atual da UE é a saída do Reino Unido do bloco, pelo Brexit em 2016. Foi a primeira vez que um país decidiu deixar o bloco, e as repercussões continuam ainda hoje. Alguns dos debates a respeito do Brexit é se essa atitude do Reino Unido vai incentivar outros países ao fazer o mesmo.

[...]the EU likely faces a fundamental choice between those supporting further integration as the solution to the bloc's woes and those contending that integration has gone too far and should be put on hold (or possibly even reversed in certain areas). Whereas some experts argue that "more EU" is necessary to deliver economic growth and ensure security, others are skeptical that national governments will be inclined to cede more authority to a Brussels bureaucracy viewed as opaque and out of touch with the problems of average citizens. At the same time, some contend that Brexit could ultimately lead to a more like-minded EU, able to pursue deeper integration without UK opposition. (ARCHICK, 2017, p.8)

Já existem alguns outros projetos como o Brexit circulando pelo bloco, porém nenhum ainda tomou força. A atitude do Reino Unido também gera um debate sobre o bloco, como mudanças que podem ser feitas para melhorar a integração, se essa integração deve mesmo avançar, ou se já é o suficiente.

Outra dificuldade que o bloco enfrenta é uma crise econômica da zona do euro, alavancada pela crise na Grécia. A partir da crise financeira iniciada em 2009, houve uma discussão sobre manter ou não a Grécia na zona do euro ou até mesmo na UE, porém isso não aconteceu. Após uma série de medidas de austeridade, ajuda financeira dos bancos europeus e outras instituições, o país ainda não conseguiu se recuperar. Junto com a instabilidade econômica da Grécia veio uma instabilidade também para toda a zona do euro.

Citando apenas essas como algumas das dificuldades que a Europa vem passando nos últimos anos, é impossível prever o seu futuro. Porém existem alguns cenários que são mais possíveis que outros. Alguns dos possíveis cenários para União Europeia nos próximos anos incluem continuar a funcionar como é hoje, estabelecer uma UE de duas velocidades, adotar uma configuração mais livre e intergovernamental ou adotar uma configuração mais estreita e integrada (ARCHICK, 2017).

No primeiro dos cenários, a UE manteria suas configurações atuais, sem realizar reformas nos processos decisórios. Tentaria buscar encontrar soluções mais gerais para os problemas europeus como a crise da zona do euro e a questão dos refugiados. A integração ainda seria almejada, porém apenas quando e onde fosse possível, mesmo que a maior integração possa se tornar cada dia mais difícil.

No segundo cenário o bloco seria dividido entre um centro mais integrado de países e um grupo de países periféricos mais livres para escolher quais políticas quer aderir ou não.

Many suggest that a two-speed EU already exists in practice, with varying membership on a range of EU initiatives, such as the eurozone, Schengen, justice and home affairs issues, and defense policy. Others suggest that a formal two-tier structure could undermine solidarity and create frictions between “core” and “periphery” member states. (ARCHICK, 2017, p.18)

Algumas pessoas também acreditam que a integração só vai acontecer em alguns campos específicos futuramente, como da segurança, e da zona do euro, com a adoção de políticas econômicas comuns.

Sobre o terceiro cenário, se imagina que uma maior integração seria suspensa por algum tempo, e em algumas áreas pode ser que até retroceda. Isso se daria porque os governos nacionais exigiriam encarregar-se das soberanias oferecidas ao bloco. Esse cenário tem a possibilidade de ocorrer caso mais partidos eurocéticos cheguem ao poder nos países do bloco. No caso de uma União Europeia mais livre, como seria nesse caso, as chances de alargamento seriam maiores para os países que desejassem ingressar o bloco, como a Turquia, a Geórgia e a Ucrânia.

No último cenário, de uma configuração mais integrada, se supõe que o bloco iria superar suas dificuldades atuais e voltaria mais forte e mais integrado. Quem acredita na possibilidade desse cenário, acredita que a saída do Reino Unido, e caso ocorra, uma eventual saída da Grécia, deixaria o bloco menor e mais unido para resolver questões políticas e econômicas. A partir desse cenário, não se acredita em um alargamento da União Europeia.

Realmente todos os cenários são possíveis tendo em vista a realidade atual do bloco, porém com a crescente eleição de partidos nacionalistas e euroceticistas, com a incapacidade de solucionar os problemas econômicos da crise da zona do euro, e também com a incapacidade de resolver a questão dos refugiados sem a cooperação

de todos os países membros, o bloco está se encaminhando para um futuro no qual o bloco perde um pouco a sua importância, e de tal forma não é capaz de seguir uma maior integração.

A integração europeia, ao assumir algumas das competências nacionais para o plano comunitário, abriu espaço para arranjos regionais. Por outro lado, a globalização criou novas bases políticas e fluxos econômicos, e, principalmente, alterou os fundamentos sobre os quais foram construídos os espaços nacionais, tanto política como economicamente. As regiões ricas não desejam mais contribuir para as mais pobres[...]

Até o presente, as rupturas têm sido evitadas por recorrentes concessões tributárias dos governos centrais. Todavia, se o fenômeno avançar, mais grave do que reconstituir o mapa medieval europeu, com micropaíses, o fenômeno é preocupante por seu conteúdo político. (VISENTINI, 2015, p.42)

A União Europeia, que auxiliou a região do Leste Europeu a desenvolver após a transição, com investimentos diretos nos países, na forma de criar parceiros econômicos de proximidade regional, embora ainda seja a fonte central das relações do Leste Europeu, não é a única. Como foi visto anteriormente, a Hungria, a Polônia, a República Tcheca e a Eslováquia são parte das maiores organizações do mundo, e mesmo que na OMC por exemplo atuem sob o nome do bloco, também agem de maneira individual. Cada país tem a sua representatividade na ONU, também na OMC, na OTAN, entre inúmeras outras instituições. Além disso, os países também realizam relações bilaterais com diversos países além da União Europeia.

Embora alguns partidos eurocéticos estejam no poder agora, como é o caso do ANO 2011 que acabou de ser eleito na República Tcheca, o Fidesz na Hungria e o PiS na Polônia, é pouco provável que algum projeto separatista venha a ocorrer tão cedo. Pode ser que a integração cesse com a presença desses partidos, mas não chegaria tão longe a ponto de haver a retirada dos países da União Europeia. Tentar resolver a questão dos refugiados na região do Leste Europeu também pode ajudar a desgastar as relações dos países com a União, já que todos estão muito relutantes em aceitar as condições impostas pelo bloco.

Não é provável que os países da região adotem o euro como moeda local, como fez a Eslováquia, pelo menos não em um futuro próximo. As relações com outras instituições além da União Europeia vem aumentando nos últimos anos, e deve continuar assim, com a tentativa dos países de se inserirem no cenário internacional

de forma individual. Além disso, o alargamento das relações bilaterais deve ser mais valorizado nos próximos anos, também seguindo o que já vem ocorrendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o tema debatido ao longo dos três capítulos, foi possível compreender melhor da história recente da região do Leste Europeu, assim como obter um panorama atual da sociedade contemporânea.

Durante muito tempo a região da Hungria, Polônia, Eslováquia e República Tcheca esteve sob o domínio do bloco soviético e se manteve afastada de relações externas ao bloco, sob um regime muitas vezes autoritário, onde todas as políticas visavam satisfazer apenas as vontades e necessidades de Moscou. Enquanto isso, no lado capitalista, o mundo passava por um fenômeno de globalização, que se tornou mais forte após o fim da Guerra Fria. Embora essa globalização visasse trazer desenvolvimento econômico, político e cultural suas consequências muitas vezes são muito opostas. Questões de desigualdade e exclusão social são efeitos negativos da globalização, e esses efeitos podem ser encontrados em qualquer lugar do mundo, seja em grande ou pequena escala.

Com o fim da Guerra Fria, os países da região do Leste Europeu tiveram que enfrentar esses problemas, com a transição de um regime que em modos teóricos não havia desigualdade nem pobreza. Em termos práticos era mais difícil de ser medido, e por esse motivo, nos anos após a transição, de forma numérica teve um aumento considerável nessas áreas. Mesmo com uma taxa mais elevada nos anos após a transição, a região tem um nível baixo de desemprego, desigualdade, pobreza e exclusão social quando comparado com outras regiões do mundo, e até mesmo com alguns países na Europa.

A região sempre deixou claro a insatisfação com o regime soviético, e durante vários momentos tentou revoluções separatistas através de manifestações em diversos países. Esses movimentos nacionalistas foram repreendidos pela União Soviética e em alguns desses momentos gerando inúmeras mortes, como foi o caso da revolução de 1956 na Hungria, que foi ignorada pela ONU.

O Leste Europeu só conseguiu se separar dos soviéticos quando o bloco já estava bem fragilizado político e economicamente, já aos finais do século XX. Com isso a região já iniciou um processo de alargamento de suas relações, se inserindo em organizações como a OTAN e a OMC, além de realizar relações bilaterais com todo o mundo, o que era proibido sob regime soviético.

A adesão à União Europeia também aconteceu para tentar integrar mais a região com o resto da Europa, além de trazer mais investimentos para desenvolver projetos econômicos, como de infraestrutura e energia, e também projetos sociais e culturais, como de educação e pesquisa, que foram vistos no capítulo 3. Embora a adesão à UE seja recente (quando se pensa no contexto histórico da região), as relações já sofrem de uma instabilidade na região.

Os problemas econômicos com a zona do euro e a questão dos refugiados, somados das eleições de partidos anti-UE, coloca a prova da integração da região com o bloco. Além disso, eventos como a saída do Reino Unido da UE também pode desencadear outros movimentos de separação, como já vem ocorrendo com alguns países atualmente.

A partir do que foi visto sobre os países da região até o presente momento, é possível acreditar que ao menos em um futuro próximo os países não exerçam maiores integrações com a UE, talvez exceto pela Eslováquia, que elegeu um partido pró-UE. Previsões econômicas são mais difíceis, já que a qualquer momento pode estourar uma crise em alguma parte do mundo que pode afetar os países do Leste Europeu, porém o que vem acontecendo nos últimos anos é um crescimento, mesmo que sutil às vezes, as taxas de desemprego também caíram nos últimos anos, e a taxa da República Tcheca em especial é uma das mais baixas da Europa.

Com os resultados dos níveis de satisfação da população com os seus governos, com a economia e com a infraestrutura, também se pode notar que a região tende a um caminho positivo no futuro, se nenhum evento ocorrer para perturbar esse caminho.

REFERÊNCIAS

- A ESLOVÁQUIA e o alargamento da União Europeia. **Parlamento Europeu**, 2000. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/enlargement/briefings/pdf/13a1_pt.pdf>. Acesso em 28 out 2017.
- ABOUT the IMF. **International Monetary Found**. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/About>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- ALEXANDER, June G.; BOROS-KAZAI, András; MILLER, Daniel E.. In: FRUCHT, Richard. **Eastern Europe**: An introduction to the people, lands and culture, v.2. California: ABC-Clio, 2005.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDREJ Kiska é eleito presidente da Eslováquia. **Estadão**, 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,andrej-kiska-e-eleito-presidente-da-eslovaquia,1146798>>. Acesso em: 9 out 2017.
- ARBEX, José. **Guerra Fria: Terror de Estado, Política e Cultura**, São Paulo, Moderna, 1997.
- ARCHICK, Kristin. The European Union: Current challenges and future prospects. **FAS**, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44249.pdf>>. Acesso em: 20 out 2017.
- ASSEMBLEIA Geral elege novos membros para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. **Nações Unidas no Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-elege-novos-membros-para-o-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>>. Acesso em: 25 out 2017.
- AZEVEDO, Rita. Entenda o que é bitcoin. **Exame**, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/entenda-o-que-e-bitcoin/>>. Acesso em: 10 nov 2017.
- BANDOW, Doug. Democratic failure in the Czech Republic authors a communist party revival. **Forbes**, 2013. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/dougbandow/2013/10/07/democratic-failure-in-the-czech-republic-authors-a-communist-party-revival/2/#e04884876b1b>>. Acesso em: 20 out 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BILIONÁRIO anti-imigração e União Europeia vence eleições parlamentares na República Tcheca. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/bilionario-andrej-babis-vence-eleicoes-parlamentares-na-republica-tcheca.ghtml>>. Acesso em: 5 out 2017.

CAPITALISMO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998. p.141.

CHAIRMAN of military committee praises Hungary's commitment to NATO. **North Atlantic Treaty Organization**, 2016. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_135519.htm>. Acesso em: 3 nov 2017.

CHINA and Hungary. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/xos_664404/gjlb_664408/3175_664570/>. Acesso em: 2 nov 2017.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

CIENSKI, Jan. Why Poland doesn't want refugees. **Político**, 2017. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/politics-nationalism-and-religion-explain-why-poland-doesnt-want-refugees/>>. Acesso em: 19 out 2017.

COBAIN, Ian; HENLEY, Jon. Anti-establishment billionaire Andrej Babiš to be named czech PM. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/oct/22/anti-establishment-billionaire-andrej-babis-to-be-named-czech-pm>>. Acesso em: 5 out 2017.

CZECH Republic country profile. **BBC**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-17220018>>. Acesso em: 6 out 2017.

CZECH Republic in NATO. **Permanent Delegation of the Czech Republic do NATO in Brussels**, 2017. Disponível em: <http://www.mzv.cz/nato.brussels/en/nato/our_nato_policies/czech_republic_in_nato.html>. Acesso em: 28 out 2017.

CZECH Republic: EBRD shareholder profile. **European Bank for Reconstruction and Development**. Disponível em: <<http://www.ebrd.com/who-we-are/structure-and-management/shareholders/czech-republic.html>>. Acesso em: 20 out 2017.

CZECH STATISTICAL OFFICE. **Volby**. Oferece informações sobre resultados de eleições na República Tcheca. Disponível em: <https://volby.cz/index_en.htm>. Acesso em: 21 out 2017.

DAVIES, Christian. Poland's president signs controversial law despite protests. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/jul/25/polands-president-signs-controversial-law-despite-protests>>. Acesso em: 19 out 2017.

DAY, Matthew. Czech elections: Communists could end up back in power. **The Telegraph**, 2013. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/czechrepublic/10404238/Czech-elections-Communists-could-end-up-back-in-power.html>>. Acesso em: 20 out 2017.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESLOVÁQUIA. **União Europeia**. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/slovakia_pt>. Acesso em: 10 out 2017.

FONTAINE, Pascal. A Europa em 12 lições. **CIED Bragança**, 2014. Disponível em: <<http://ciedbraganca.ipb.pt/wp/wp-content/uploads/2009/10/A-europa-em-12-li%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 30 out 2017.

GESSAT, Michael. German-Czech relations positive despite the past. **DW**, 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/german-czech-relations-positive-despite-the-past/a-15856252>>. Acesso em: 09 out. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

GRZYMALA-BUSSE, Anna M.. **Redeeming the communist past: the regeneration of communist parties in East Central Europe**. Cambridge: Cambridge Press University, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISTORICAL background. **Permanent Mission of the Republic of Poland to the United Nations in New York**. Disponível em: <http://nowyjorkonz.msz.gov.pl/en/poland_in_the_un/historical_background/>. Acesso em: 4 nov 2017.

HISTORY of czech military participation in operations abroad (1990-2017). **Ministry of Defense & Armed Forces of the Czech Republic**, 2017. Disponível em: <<http://www.army.cz/scripts/detail.php?id=5717>>. Acesso em: 29 out 2017.

HISTORY of Hungarian-NATO relations. **Ministry of Foreign Affairs**. Disponível em: <http://www.mfa.gov.hu/kum2005/Templates/OldTemplates/CikkSablonWord.aspx?NRMODE=Published&NRORIGINALURL=%2Fkum%2Fen%2Fbal%2Fforeign_policy%2Fsecurity_policy%2Fhungary_in_nato%2Fhistory_hungarian_nato_relations%2F&NRNODEGUID=%7BA5CB1B75-BEDA-48D3-BB32-68269DE485E8%7D&NRCACHEHINT=NoModifyGuest&printable=true>. Acesso em: 2 nov 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNGARIAN prime minister says migrants are 'poison' and 'not needed'. **The Guardian**, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/jul/26/hungarian-prime-minister-viktor-orban-praises-donald-trump>>. Acesso em: 16 out 2017.

HUNGARY and Slovakia take EU refugee quota scheme to court. **DW**, 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/hungary-and-slovakia-take-eu-refugee-quota-scheme-to-court/a-38781422>>. Acesso em: 12 out 2017.

HUNGARY candidate to the United Nations Security Council 2012-2013. **Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Hungary**. Disponível em: <http://www.mfa.gov.hu/NR/rdonlyres/991B8CE5-D2C3-4A50-B211-1CF793FD6A24/0/UNSC8_EN.pdf>. Acesso em 5 nov 2017.

HUNGARY country profile. **BBC**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-17380792>>. Acesso em: 6 out 2017.

HUNGARY'S prime minister welcomes US 'anti-LGBT hate group'. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/may/26/hungary-lgbt-world-congress-families-viktor-orban>>. Acesso em: 16 out 2017.

HUNGRIA. **União Europeia**. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/hungary_pt>. Acesso em: 10 out 2017.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JAPAN-CZECH Republic relations (overview). **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2017. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/europe/czech/data.html>>. Acesso em: 28 out 2017.

JEFFRIES, Ian. **Eastern Europe at the Turn of the Twenty-First Century: A guide to the economies in transition**. London, New York: Routledge, 2002.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOMUNISTICKÁ STRANA ČECH A MORAVY. **KSCM**, 2017. Oferece informações sobre o partido. Disponível em: <<https://www.kscm.cz/cs>>. Acesso em: 21 out 2017.

LIGHTBODY, Bradley. **The Cold War**. London: Routledge, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Bauru: EDIPRO, 1998.

MATERSKA-SOSNOWSKA, Anna. The crisis of social democracy in Poland: A new start for the left?. **IPG**, Poland, abril 2010. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2010-4/materska-sosnowska.pdf>>. Acesso em: 3 nov 2017.

MATTEI, Lauro. A globalização econômica como fator de exclusão social. **Katálysis**. Florianópolis, v.7, n.1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6919/6382>>. Acesso em: 22 set. 2017.

MIROSLAV Lajčák of Slovakia President of Seventy-second General Assembly. **United Nations**, 2017. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2017/ga11943.doc.htm>>. Acesso em: 1 nov 2017.

MONGE, Gustavo. 25 anos de Revolução de Veludo: otimismo, decepção e nova identidade. **UOL**, 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2014/11/16/25-anos-de-revolucao-de-veludo-otimismo-decepcao-e-nova-identidade.htm>>. Acesso em: 5 nov 2017.

NATIONAL ELECTION OFFICE. **National Election Office**. Oferece informações sobre resultados de eleições na Hungria. Disponível em: <http://election.hu/en/ovi/346/346_0.html#>. Acesso em: 21 out 2017.

NORWEGIAN CENTER FOR RESEARCH DATA. **NSD**. Oferece informações sobre eleições em toda Europa. Disponível em: <http://www.nsd.uib.no/european_election_database>. Acesso em: 21 out 2017.

OKEY, Robin. **Eastern Europe 1740-1985: feudalism to communism**. London, New York: Routledge, 2004.

OLIVEIRA, Henrique A. et al. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ORSI, Carlos. Grafeno: o que ele é e o que pode fazer pela economia do Brasil. **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/ideias/grafeno-o-que-ele-e-o-que-pode-fazer-pela-economia-do-brasil-5elqinre8g26xybdbjpg4e9qz>>. Acesso em: 24 out 2017.

PATOCKA, Jakub. The best results from the Czech elections would be chaos. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/oct/20/best-result-czech-republic-elections-chaos-andrej-babis>>. Acesso em: 5 out 2017.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLAND country profile. **BBC**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-17753718>>. Acesso em: 6 out 2017.

POLAND'S contribution to NATO operations and missions. **Permanent Delegation of the Republic of Poland to NATO**. Disponível em:

<http://brukselanato.msz.gov.pl/en/poland_in_nato/polish_commitment_to_operations_and_missions/>. Acesso em: 3 nov 2017.

POLÔNIA. **União Europeia**. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/poland_pt>. Acesso em: 5 out 2017.

PRESIDENTE da Polônia veta lei que ampliava controle de partido no poder sobre judiciário. **Carta Capital**, 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/24/presidente-da-polonia-veta-lei-que-ampliava-controle-de-partido-no-poder-sobre-judiciario/>>. Acesso em: 19 out 2017.

RANKIN, Jennifer. EU court dismisses complaints by Hungary and Slovakia over refugees quotas. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/sep/06/eu-court-dismisses-complaints-by-hungary-and-slovakia-over-refugees>>. Acesso em: 12 out 2017.

REFUGEE crisis: European Court of Justice rejects quota challenge. **DW**, 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/refugee-crisis-european-court-of-justice-rejects-quota-challenge/a-40375192>>. Acesso em: 13 out 2017.

REPÚBLICA da Polônia. **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5668-republica-da-polonia>>. Acesso em: 4 no 2017.

REPÚBLICA Tcheca. **União Europeia**. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/czechrepublic_pt>. Acesso em: 10 out 2017.

SEGRILLO, Angelo; AQUINO, Maria A.; ALBERT, Pedro G.; SZABO, Ladislao (org.). **Hungria 1956: ...e o muro começa a cair**. São Paulo: Contexto, 2006.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva; VENTURA, Deisy. **Globalização: significados e conseqüências**. In: ILHA, Adayr da Silva; VENTURA, Deisy. *O Mercosul em Movimento II*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SLOVAKIA and the United Nations. **Ministry of Foreign and European Affairs of the Slovak Republic**. Disponível em: <https://www.mzv.sk/web/en/foreign_policy/slovakia_and_the_united_nations>. Acesso em: 26 out 2017.

SLOVAKIA country profile. **BBC**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-17847682>>. Acesso em: 6 out 2017.

SLOVAKIA election: anti-immigration PM wins, but loses majority. **The Guardian**, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/mar/06/slovakia-election-anti-immigration-pm-wins-but-loses-majority>>. Acesso em: 9 out 2017.

SOCIALISMO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998. p.1196.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

TERRY, Chris. Communist Party of Bohemia and Moravia (KSCM). **The Democratic Society**, 2014. Disponível em: <<http://www.demsoc.org/2014/02/20/communist-party-of-bohemia-and-moravia-kscm/>>. Acesso em: 21 out 2017.

THE Slovak Republic. **NATO**. Disponível em: <<https://www.nato.int/issues/commitment/docs/090407-slovak-rep.pdf>>. Acesso em: 2 nov 2017.

THERBORN, Göran et al. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TREATY on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. **United Nations Office for Disarmament Affairs**. Disponível em: <<https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/text>>. Acesso em: 24 set. 2017.

U.S. relations with Slovakia. **U.S. Department of State**, 2016. Disponível em: <<https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3430.htm>>. Acesso em: 26 out 2017.

UN - United Nations. **Ministry of Foreign Affairs of the Czech Republic**. Disponível em: <http://www.mzv.cz/jnp/en/foreign_relations/international_organisations/un_united_nations/index.html>. Acesso em: 27 out 2017.

VAÏSSE, Maurice. **As relações internacionais a partir de 1945**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

VISENTINI, Paulo F.. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **WTO**. Apresenta dados e informações sobre a instituição. Disponível em: <<https://www.wto.org/index.htm>>. Acesso em: 25 out 2017.

WRÓBEL, Piotr. In: FRUCHT, Richard. **Eastern Europe: An introduction to the people, lands and culture**, v.1. California: ABC-Clio, 2005.

ZINNER, Paul E.. **National communism and popular revolt in eastern Europe**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1956.